

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

NORDAHL CHRISTIAN NEPTUNE

A TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ARTES VISUAIS

CAMPINAS

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

NORDAHL CHRISTIAN NEPTUNE

A TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Artes, do Instituto de Artes, da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do Título de Doutor em Artes.

Área de Concentração: Artes Visuais

Orientador: Prof. Dr. Adilson José Ruiz

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ARTES DA UNICAMP**

N353t Neptune, Nordahl Christian.
A televisão pública no Brasil. / Nordahl Christian Neptune. –
Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Prof. Dr. Adilson José Ruiz.
Tese(doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Artes.

1. Televisão. 2. Televisão pública. 3. Televisão educativa.
I. Ruiz, Adilson José. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Artes. III. Título.

(em/ia)

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The Public Television in Brazil.

Palavras-chave em inglês (Keywords):

Television

Public television

Educational television

Área de Concentração: Artes Visuais

Titulação: Doutor em Artes.

Banca examinadora:

Adilson José Ruiz (Orientador)

Laura Alves Martirani

Adolpho Carlos Françoso Queiróz

Paulo César da Silva Teles

Noel dos Santos Carvalho

José Mário De Martino

Pedro Henrique Falco Ortiz

José Eduardo Ribeiro de Paiva

Data da defesa: 12-12-2011

Programa de Pós-Graduação: Artes

Instituto de Artes
Comissão de Pós-Graduação

Defesa de Tese de Doutorado em Artes, apresentada pelo Doutorando Nordahl Christian Neptune - RA 948197 como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor, perante a Banca Examinadora:



Prof. Dr. Adilson José Ruiz
Presidente

Laura Alves Martirani
Profa. Dra. Laura Alves Martirani

Titular



Prof. Dr. Adolpho Carlos Françaoso Queiroz

Titular



Prof. Dr. Jose Mario de Martino

Titular

Noel dos Santos Carvalho

Prof. Dr. Noel Santos Carvalho

Titular

Dedicatória

Aos meus pais:

Nair Bressan Neptune que me deu a luz da vida.

André Martin Louis Neptune, que me deu a luz do saber (in memoriam).

Agradecimentos

Ao Orientador Professor Doutor Adilson José Ruiz, pela paciência, compreensão e dedicação durante o desenvolvimento da Tese.

Ao Co-orientador Professor Paulo Bastos Martins, pelos aconselhamentos durante o desenvolvimento desta Tese.

A Professora Doutora Laura Alves Martirani, pela colaboração e participação como Titular da Banca de Defesa da Tese.

Ao Professor Doutor Adolpho Carlos Françoso Queiroz, pela colaboração e participação como Titular da Banca de Defesa da Tese.

Ao Professor Doutor José Mario De Martino, pela colaboração e participação como Titular da Banca de Defesa da Tese.

Ao Professor Doutor Noel Santos Carvalho, pela colaboração e participação como Titular da Banca de Defesa da Tese.

Ao Professor Doutor Paulo César da Silva Teles, pela colaboração e participação como Suplente da Banca de Defesa da Tese.

Ao Professor Doutor Eduardo Ribeiro Paiva, pela colaboração e participação como Suplente da Banca de Defesa da Tese.

Ao Professor Doutor Pedro Henrique Falco Ortiz, pela colaboração e participação como Suplente da Banca de Defesa da Tese.

Aos pesquisadores e autores que contribuíram com esta Tese através de troca de informações via e-mail e redes sociais da internet, depoimentos e entrevistas.

Aos docentes e funcionários do Departamento de Midialogia, Multimeios e Comunicação e da Comissão de Pós-Graduação, do Instituto de Artes, pela eficiência e sempre pronta colaboração.

À companheira Alessandra Maria Elias

Aos filhos Romã, Gabi e Yuri

À neta Morena Flor

Aos amigos José Pedro Martins e André Gorga

A TELEVISÃO

Chico Buarque

O homem da rua
Fica só por teimosia
Não encontra companhia
Mas prá casa não vai não
Em casa a roda já mudou
Que a moda muda
A roda é triste
A roda é muda
Em volta lá da televisão...
No céu a lua
Surge grande e muito prosa
Dá uma volta graciosa
Pra chamar as atenções
O homem da rua
Que da lua está distante
Por ser nego bem falante
Fala só com seus botões...
O homem da rua
Com seu tamborim calado
Já pode esperar sentado
Sua escola não vem não
A sua gente
Está aprendendo humildemente
Um batuque diferente
Que vem lá da televisão...
No céu a lua
Que não estava no programa
Cheia e nua, chega e chama
Prá mostrar evoluções
O homem da rua
Não percebe o seu chamego
E por falta doutro nego
Samba só com seus botões...
Os namorados
Já dispensam seu namoro
Quem quer riso
Quem quer choro
Não faz mais esforço não
E a própria vida
Ainda vai sentar sentida
Vendo a vida mais vivida
Que vem lá da televisão...
O homem da rua
Por ser nego conformado
Deixa a lua ali de lado
E vai ligar os seus botões
No céu a lua
Encabulada e já mingando
Numa nuvem se ocultando, vai de volta pros sertões...
<http://letras.terra.com.br/chico-buarque/85828/>

RESUMO

A televisão pública no Brasil constitui o objeto central da Tese. O objetivo é avaliar possíveis alternativas que viabilizem sua sustentabilidade econômica e cultural; modelos de negócio, formas de financiamento e fomento.

Um marco histórico para a televisão brasileira foi a criação, em 2007, da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, a qual é subordinada a TV Brasil, cuja missão é coordenar, efetivamente, a primeira Rede Nacional de Televisão Pública (RNTP), composta por emissoras do campo público federal, estadual e municipal.

Os Decretos e Leis da Constituição Federal, que regem o sistema público de radiodifusão no País são insuficientes e a maioria obsoleta. Além de ampla revisão no marco regulatório do setor, é necessário definir com clareza as regras de gestão, modelos e funções para os três sistemas televisivos: o estatal, o público e o privado.

Entre os recursos utilizados na metodologia da pesquisa estão os registros orais (congressos, seminários, palestras, fóruns), os textuais (revisão de literatura, livros, revistas, jornais, anais, teses, dissertações, artigos, decretos, leis e pesquisas a documentos recentes) e os audiovisuais (TV, vídeo e internet).

Palavras Chaves: “Televisão”; “Televisão Pública”; “Televisão Educativa”; “Sustentabilidade Econômica à TV Pública”.

ABSTRACT

Public Television in Brazil is the central subject of the Thesis. The objective is to evaluate possible alternatives that enable its economic and cultural sustainability; business models, ways of financing and promotion.

A milestone in the history of Brazilian television was the creation in 2007, of EBC – Empresa Brasil de Comunicação, which is subject to TV Brasil, whose mission is to coordinate effectively the first Rede Nacional de Televisão Pública (RNTP), consisting of broadcasting stations at the level of country, state and county.

Decrees and Laws of the Federal Constitution, governing the public broadcasting system in the country are insufficiently and the majority obsolete. In addition to extensive revision in the regulatory sector, it is necessary to clearly define the management rules, models and functions for the three television systems: the state, public and private.

Among the resources used in the research methodology are the oral (records courses, congress, seminars, lectures, forums, workshops), the textual (e-mails interviews, literature review, books, magazines, journals, annals, theses, dissertations, articles, decrees, laws and searches of recent documents) and the audiovisual (TV, video and internet).

Key words: “Television”; “Public Television”; “Educational Television”; “Economic Sustainability to Public Television”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Emissoras Educativas no ano de 1977.

Figura 02 – Emissoras educativas que receberão concessão após 1978.

Figura 03 – Produção /Veiculação de Programas Didáticos de Ensino.

Figura 04 – Fontes de financiamento dos maiores serviços públicos de rádio e televisão do mundo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA TELEVISÃO NO BRASIL.....	07
CAPÍTULO II: A TRAJETÓRIA DA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL.....	35
CAPÍTULO III: A TELEVISÃO PÚBLICA NA ATUALIDADE.....	57
CAPÍTULO IV: PERSPECTIVAS DA TELEVISÃO PÚBLICA.....	73
CAPÍTULO V: SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA À TELEVISÃO PÚBLICA: FINANCIAMENTO, FOMENTO E MODELOS DE NEGÓCIO.....	91
CAPÍTULO 5.1: MODELOS DE FINANCIAMENTO EM OUTROS PAÍSES.....	99
CAPÍTULO 5.2: ALTERNATIVAS PARA FINANCIAMENTO NO BRASIL.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS.....	149
BIBLIOGRAFIA.....	159
LINKS ELETRÔNICOS.....	169
GLOSSÁRIO.....	177

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico digital é uma realidade que vem introduzindo, desde o final dos anos de 1980 do século passado, profundas modificações no quadro geral das comunicações no Brasil. No bojo dessas inovações um dos aspectos fundamentais que se impõem observar é o que diz respeito à televisão brasileira.

Nesta pesquisa nos debruçamos sobre as questões relativas à televisão pública. É preciso estabelecer alguns parâmetros que possam contribuir para que o conceito de televisão pública seja melhor compreendido pelo grande público brasileiro.

Ao contrário da grande maioria dos países, a televisão no Brasil, apesar do fato de as ondas hertzianas serem transferidas por meio de concessões públicas, se instalou por meio da iniciativa privada e construiu um modelo absolutamente vertical de televisão comercial. O Brasil é um dos poucos países do mundo onde uma empresa privada, dona de uma concessão pública de televisão, pode produzir e veicular todo e qualquer tipo de programação, criando um oligopólio de produção e distribuição de sinal de televisão impar, sem qualquer compromisso com os interesses públicos de toda a sua população. Isto acabou impedindo o público brasileiro de formar um juízo sobre o significado e importância de se ter uma televisão não só pública, mas voltada às suas demandas.

A idéia de TV Pública é ainda um tanto difusa para o cidadão comum, seja pela desinformação que os meios de comunicação dominantes costumam produzir, seja por sua legislação ultrapassada.

Há hoje uma quantidade abrangente de emissoras públicas nas esferas federais, estaduais e municipais, que formam o chamado campo público da televisão brasileira (não-comerciais) incluindo os canais culturais, comunitários e universitários.

A Constituição brasileira de 1988 trouxe avanços importantes não só para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, mas para a ordem

social, e particularmente no capítulo cinco, dedicado à comunicação social. Porém, há vários dispositivos da Carta Magna que não foram regulamentados até os dias atuais. Fato que gera insatisfação por parte dos setores envolvidos na radiodifusão pública.

O debate sobre a TV Pública brasileira vem tomando corpo com mais desenvoltura no seio da sociedade civil desde os primeiros anos do século XXI e produziu os seus frutos nos Fóruns Nacionais de TVs Públicas ocorridos, em 2007 e 2009, e em algumas resoluções da Conferência Nacional de Comunicação (ConFecom), da qual participaram representantes do Governo, de diversos segmentos da sociedade civil, e o próprio Presidente Lula.

O que nos propomos aqui é pesquisar a origem e o desenvolvimento da televisão brasileira - pública e privada, para contribuir para o avanço do conhecimento do conceito de televisão pública e, com base em experiências de outros países, para torná-la atraente aos espectadores e financeiramente sustentável.

Como sugere Carrato (2008), há, resumidamente, três aspectos fundamentais para se tentar compreender a televisão pública brasileira: a natureza jurídica, as formas de financiamento do sistema e o controle público do serviço.

A principal motivação que nos moveu para realizar este trabalho foi pesquisar e procurar entender os mecanismos que regem a televisão pública brasileira, apresentando uma perspectiva em curto prazo para a sua continuidade e, como consequência, avaliar possíveis alternativas de sustentabilidade econômica.

Esta pesquisa tem, portanto, os seguintes objetivos:

- a. Reconstruir a história da televisão no Brasil, balizando resumidamente os fatos marcantes e acontecimentos políticos, socioeconômicos e culturais significativos ao longo de mais de sessenta anos;
- b. Resgatar a memória da televisão pública brasileira;
- c. Destacar a importância do surgimento e desenvolvimento da EBC – Empresa

Brasil de Comunicação e de seu braço televisivo, a TV Brasil, como cabeça de rede de emissoras públicas na era digital;

d. Analisar formas de financiamento, fomento e modelos de negócio da televisão pública em alguns países da Europa e da América do Sul e, ainda, dos Estados Unidos da América.

Para atingir esses objetivos, julgamos pertinente lembrar as origens das televisões comercial e pública e montar um resumido painel de suas histórias até os dias de hoje, sendo que a primeira teve início efetivo em 18 de setembro de 1950 (Capítulo I) e a pública mais de uma década depois, em 1967 (Capítulo II).

Durante quatro anos acompanhamos e participamos de vários Congressos, Seminários, Palestras e Fóruns, cujo objetivo foi debater a televisão pública nos seus mais diversos desdobramentos.

Como metodologia de pesquisa, criamos um banco de dados contendo registros textuais: livros, revistas, jornais, anais, teses, dissertações, monografias, artigos, leis, revisão de literatura e pesquisa de documentos recentes sobre o assunto.

Os registros visuais sobre o tema, abrangendo, em sua maioria, depoimentos e entrevistas de personalidades de vários segmentos da sociedade, foram extraídos de sítios da internet: youtube, observatório da imprensa, coletivo intervozes de comunicação, ABTU (Associação Brasileira de Televisões Universitárias), ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de rádio e Televisão), ABEPEC (Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), entre tantos outros.

As relações de poder que contextualizam a história da televisão no Brasil estão inextricavelmente associadas à trajetória da TV Pública e suas perspectivas futuras.

Outro dado precisa ser acrescentado: a criação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) colocou o País na órbita digital.

As legislações, os marcos regulatórios e os modelos de negócio,

financiamento e fomento que deram certo para a televisão pública em outros países, como EUA, Reino Unido, Alemanha, Portugal, Canadá, Japão, Argentina, Chile e Espanha, devem indicar possíveis caminhos a sua sustentabilidade econômica. Um assunto que está vinculado a implicações tecnológicas e financeiras, mas que também é permeado pela própria noção que a sociedade tem da televisão pública e pelos processos de percepção estética, construção cultural e fortalecimento da cidadania em curso no Brasil.

Desde seu invento, a televisão se tornou um objeto de pesquisa interdisciplinar e envolve estudiosos de diversos campos do saber, tanto da área de ciências exatas (engenharia de telecomunicações, engenharia elétrica e eletrônica, sistemas de informação, ciências da computação), como da área de ciências humanas (comunicação social, sociologia, antropologia). Sem dúvida nenhuma, é um tema que requer investimentos públicos e privados para a geração de conhecimento e produção industrial.

Ao completar mais de 60 (sessenta) anos de vida, a televisão brasileira atingiu um padrão de excelência técnica que a coloca entre as primeiras do mundo. A televisão gera entretenimento e informação para milhões de pessoas, causando, como decorrência, impactos na sociedade, influenciando o conhecimento, os hábitos e costumes, a política e os mercados.

Com o progresso técnico advindo da portabilidade, mobilidade, flexibilidade e interatividade, aliadas às telecomunicações, informática e à migração para redes que utilizam IPTV (Internet Protocol Television) – Televisão via Protocolo da Internet, - a televisão está presente em todo lugar.

Cronologicamente, os fatos que propiciaram essa posição foram:

- a) O avanço da tecnologia dos satélites de comunicação;
- b) A sedimentação dos sistemas de televisão por assinatura;
- c) A criação das redes que alimentam ou virão a alimentar esses sistemas;
- d) O processo de digitalização das informações que por eles trafegam. Mas sem olvidar da prática diária da criação/realização dos Programas de TV,

que a cada dia, aperfeiçoam a linguagem e o dinamismo inerentes a esse significativo meio de comunicação.

CAPÍTULO I

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA TELEVISÃO NO BRASIL

Mesmo estando ciente de que o objeto de pesquisa da Tese não é a televisão comercial e sim a pública (classificada, a grosso modo, como não-comercial), consideramos importante o estudo da trajetória e do desenvolvimento da televisão comercial no Brasil, tendo em vista que as duas como quê se imbricam e ambas podem ser consideradas conseqüência uma da outra.

Um dos principais problemas em torno do debate entre os dois modelos, detectado durante a pesquisa, é que há uma confusão conceitual quando se mistura “sistema” com “modelo de gestão”. Todo sistema é público, a forma como os canais televisivos são administrados é que difere entre o que se pode designar por setor privado, responsável pelas televisões comerciais e a classe política/dirigente, que controla as televisões públicas. Ambos os modelos são imprescindíveis para a democracia, o que é preciso mensurar é a participação de cada um deles na formação do telespectador-cidadão. Enquanto a televisão comercial cumpre com a função de oferecer, numa visão maniqueísta, gratificação e escape a partir do entretenimento, a televisão pública precisa ser entendida pela sociedade como a possibilidade de um caminho útil para o alcance da informação e educação que pode prestar à formação do cidadão.

Optamos por seguir a linha histórica dos acontecimentos que marcaram e marcam a trajetória da televisão no País.

A televisão no Brasil sempre foi aberta, fornecendo o sinal sem que o telespectador tenha que pagar diretamente por ele (TV de sinal aberto). Praticamente todas as televisões UHF/VHF (Frequência Muito Alta / Frequência Ultra Alta) são abertas. Por sua vez, na televisão fechada (por assinatura, via cabo coaxial ou via satélite), o sinal só é disponível para o telespectador que se associa a uma empresa distribuidora e, dessa forma, paga por esse serviço. As televisões a cabo são exemplos mais comuns, seguidas de perto pelas televisões via satélite.

Qualquer que seja o sistema a que pertençam deveriam ter responsabilidade pública, uma vez que usam o espectro eletromagnético para as transmissões a partir de uma concessão pública que, por lei, deve ser periodicamente renovada.

A origem da televisão no Brasil tem a ver com a história do desenvolvimento de uma nação que se adaptou muito rapidamente, em um breve espaço de tempo, às bruscas mudanças tecnológicas, políticas, socioeconômicas, culturais e artísticas para se integrar a um mercado mundial de consumo.

A televisão sempre foi considerada e tratada como assunto técnico do âmbito da engenharia eletrônica ou no máximo como empreendimento comercial, que caberia ser analisado apenas pela iniciativa privada e pelo governo, sem a participação de nenhum outro setor social. No início, não foi considerada um bem público para a formação da sociedade, e sim um empreendimento comercial. A exploração do direito privado baseado em concessões foi a linha base para sua utilização durante vários governos.

Embora a história da televisão em nosso país dê grande destaque ao seu pioneirismo “é extremamente evasiva no que se refere aos interesses econômicos e políticos que motivaram a iniciativa” (CARRATO, 2008). Lembrando que tanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como os Estados Unidos da América estavam aconselhando a utilização dos meios de comunicação de massa para promover o desenvolvimento nacional; centrado no crescimento econômico e tendo a industrialização, como seu principal fator.

Enquanto na Europa, e mesmo nos Estados Unidos, em primeiro lugar estavam os telespectadores, entendidos como cidadãos, entre nós, desde o começo, os telespectadores foram considerados apenas consumidores e tratados como tal.

Ao contrário da televisão norte-americana que teve sua origem influenciada pelo cinema ou da televisão francesa, que buscou inspiração no teatro, a televisão brasileira tem sua origem no rádio, que na época era o veículo de

comunicação mais popular. Foi ele que forneceu a mão-de-obra (técnicos e artistas), as fórmulas dos programas e o modelo comercial adotado. Sem outra alternativa, esse modelo institucional perdurou até o final dos anos sessenta, quando a televisão já havia se consolidado como o mais importante e poderoso meio de comunicação de massa da indústria cultural brasileira.

O aparecimento da televisão no Brasil teve um caráter de aventura, sendo os primeiros anos marcados pela aprendizagem, com improvisos ao vivo (não havia ainda o videotape). O alto custo do aparelho televisor - que era importado - restringia o seu acesso às classes mais abastadas. Os recursos técnicos eram primários, dispondo as emissoras apenas do suficiente para manter as estações no ar. Alguns técnicos tiveram aperfeiçoamento no exterior, mas a grande maioria trabalhava na base da improvisação e da intuição.

A Constituição brasileira de 1934 foi a primeira a contemplar a competência privativa da União para explorar ou dar em concessão os serviços de telégrafos, radiocomunicação e navegação aérea. Já, a Constituição de 1937 foi a primeira da história a utilizar a expressão radiodifusão, ainda que tenha sido para fins de estabelecimento da censura pelo regime ditatorial (1937-1945), em que tanto o poder Executivo quanto o Legislativo estavam subjugados à Presidência da República.

A radiodifusão é um gênero que compreende todos os serviços que utilizam o espectro eletromagnético de radiocomunicação destinado à recepção direta pelo público em geral, dos quais se destacam o rádio (radiodifusão sonora) e a televisão (radiodifusão de sons e de imagens) e outras espécies de emissão.

A primeira demonstração de televisão no País aconteceu no pavilhão de entrada da Feira de Amostras do Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1939. Logo no início da década de 40, houve outra, no Museu de Arte, em São Paulo.

Em 1939, Getúlio Vargas, quando instituiu o Estado Novo, criou o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, para exercer a dupla função de controlar e censurar as artes e os meios de comunicação, centralizar, orientar e coordenar a propaganda oficial, que se fazia em torno de sua figura. Abrangia a

imprensa, a literatura, o teatro, o cinema, o esporte, a recreação, a radiodifusão e quaisquer outras manifestações culturais. Os meios de comunicação oficial associavam a figura do Presidente a feitos que eram de interesse de grande parte da população: os trabalhadores. O DIP era o mecanismo oficial de aproximação do Presidente das camadas menos favorecidas economicamente, camadas estas que ganharam direitos de cidadania durante o seu governo.

Na Constituição Federal de 1946, a radiodifusão no país incorporou o modelo federativo e atribuiu à União a competência quanto à organização e exploração dos serviços de âmbitos estadual e municipal. Esse modelo foi inspirado de outras ditaduras mundiais da década de 1930, cujo primeiro papel era fazer propaganda e cultuar a personalidade do ditador, através do caudilhismo, destinada à classe menos favorecida intelectualmente da população e, ao mesmo tempo, impondo e fabricando notícias para alcançar a classe formadora de opinião, mais preparada intelectualmente, mas não menos susceptível a esses métodos de publicidade recém aplicados mundialmente. Como observa Ortiz (2006, p.39,40,51):

Embora tivesse uma concepção centralizadora e uma expectativa de utilização da radiodifusão como instrumento na promoção da educação e transmissão da palavra oficial, o governo Vargas se mostrou vacilante no momento de implantar um sistema de radiodifusão sob controle do Estado. No que tange à produção e à circulação de bens e serviços, adotou-se uma política liberal, de cunho conservador à medida que excluiu a maioria da população do acesso e da participação no processo de comunicação social.

É oportuno destacar fato que ocorreu em 1947, quando aconteceu a Convenção Internacional de Telecomunicações, em *Atlantic City*, EUA, depois revista em Buenos Aires em 1952 e, posteriormente, analisada em Genebra, no ano de 1992, na qual o Brasil ratificou as bases conceituais de Telecomunicação, Radiocomunicação e Radiodifusão. A Convenção Internacional contempla as seguintes definições:

- telecomunicação é toda transmissão ou recepção de símbolos, sinais, fac-símiles, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, radioeletricidade, meios óticos ou outros sinais eletromagnéticos;
- radiocomunicação é toda telecomunicação por meio de ondas hertzianas;
- radiodifusão é um serviço de radiocomunicação que efetua emissões destinadas à recepção direta do pelo público em geral. Este serviço pode compreender emissões sonoras, de televisão, ou de fac-símiles e outras espécies de emissão.

A disputa entre os países era no sentido de conquistar mais espaço eletromagnético de freqüências, sendo ainda mais acentuada em razão da briga pela hegemonia mundial entre os Estados Unidos da América e a União Soviética.

Em 1948, surge outro fato marcante no cenário televisivo: agências de publicidade descobrem o poder de persuasão da televisão e esta passa a ser programada por essas agências, que com anúncios regulares a transformam no novo veículo publicitário da massa popular. Na disputa pelas verbas publicitárias, a televisão assumia, definitivamente, o seu caráter comercial que permanece até os dias de hoje.

As primeiras imagens oficiais da televisão brasileira foram transmitidas em 18 de setembro de 1950, pela PRF-3 TV TUPI de São Paulo, num dia tecnicamente difícil em função de uma das três câmeras ter apresentado defeito e dos vários aconselhamentos de técnicos norte-americanos para que se adiasse a transmissão. Argumento veementemente rejeitado pelo jornalista e empresário paraibano Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968), conhecido como Chatô, que manteve a data de 18 de setembro e deu-se então o início da televisão brasileira, a primeira da América Latina. Numa transmissão perfeita, apesar da deficiência de uma câmera, para espanto da equipe de técnicos estrangeiros.

Sobre o show de inauguração da TV Tupi, Leal Filho (2000, p. 153-155) comenta:

Foi um espetáculo de rádio realizado diante das câmaras, com um desfile de nomes consagrados. Sem modelos externos, a televisão brasileira criou padrões e se consolidou como uma das mais importantes do mundo. Originaram programas como “TV de Vanguarda”, “Grande Teatro Tupi”, “Sítio do Pica-pau Amarelo” (1951), Brecht, Lorca, Shakespeare e Monteiro Lobato estavam na tela. A TV Tupi contribuiu na criação do padrão brasileiro de televisão.

Chateaubriand, buscando viabilizar a televisão brasileira, fechou um contrato comercial anual antecipado no valor de dezesseis milhões de cruzeiros com as marcas: Antártica, Moinho Santista, Seguradora Sul América e Laminação Pignatari, o que lhe permitiu o desembarque no Brasil, sob forte sigilo, de todo o equipamento adquirido da norte-americana “Radio Corporation of America” (RCA Vitor) para a instalação da primeira emissora de televisão comercial do País e também a importação de 300 televisores para a veiculação. Chatô não apenas instalou a primeira televisão brasileira, mas também colocou o Brasil, numa corrida contra o tempo, como quarto país do mundo a ter televisão.

Poucas pessoas presenciaram o momento histórico quando a televisão brasileira foi ao ar, havia apenas duzentos aparelhos de televisão em toda a cidade, financiados pela própria emissora e espalhados por pontos estratégicos.

O artista de rádio, televisão e cinema Lima Duarte teve participação direta no evento e concedeu entrevista a David Mattos (2004, p.121-122), organizador do livro “Pioneiros do rádio e da TV no Brasil: depoimentos à Pró-TV”, sobre o primeiro dia da televisão:

Particpei de um quadro cômico, fazendo o papel de um dos alunos de uma escolinha comandada por um professor engraçado, meio caipira, uma espécie de Mazzaropi da época. Havia umas dezoito pessoas no estúdio, pouca gente. Dentre os homens que

estavam lá, acho que sou o único que ainda está vivo. Dentre as mulheres, ainda estão vivas Yara Lins e Lolita Rodrigues. No meio das pessoas, estavam o Adhemar de Barros e o Dr. Assis Chateaubriand, que foi um grande visionário, um homem que tinha a visão do futuro. Delirante e louco no bom sentido, ele implantou a televisão no Brasil; pressentiu o poder e a grandeza desse instrumento fantástico que é a televisão.

A televisão, como indústria, foi estabelecida quase simultaneamente em cinco países da América Latina: Brasil, Cuba, Argentina, Venezuela e México. Antes do Brasil apenas quatro outros países produziam sua própria programação: Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e França.

A proliferação de estações de emissoras de televisão teve seu início antes do golpe militar de 1964, na administração do Presidente Juscelino Kubitschek (1956–1961). O ato de concessão não se regulava por critérios objetivos de interesse público, era o Presidente quem dispunha de um formidável poder avassalador das demais forças políticas e econômicas, em benefício próprio.

No final da década de cinquenta e nos anos subjacentes surgiram no País, a TV Paulista, A TV Rio e a TV Record. Desta vez a televisão brasileira chegava para escrever sua história, e aqui política e tecnologia vão se entrelaçar, nesta construção, até os tempos atuais.

A programação das emissoras promovia entretenimento, alinhada por parâmetros comerciais. Visava ao mercado de consumo, tendo como objetivo principal sua sustentação empresarial e lucratividade, que gerava uma política de competitividade que hoje opera praticamente sem limites ou obrigações no que se refere ao seu conteúdo. A indústria cresceu, estabeleceu-se e tem mostrado sua eficiência, no que consideramos uma distorção, se analisado do ponto de vista social e cultural.

A TV Tupi usou, pela primeira vez, o videotape, numa adaptação de "Hamlet", de Shakespeare. Foi o primeiro teleteatro a usar o VT no Brasil.

Em 1962, durante o conturbado governo de João Goulart, foi constituído

o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), através da Lei n. 4.117, que adotou o *trusteeship model*, mediante o *Communications Act*, regulando tanto as comunicações *strictu sensu* (telefone e telégrafo) quanto a radiodifusão. Foi moldado e identificado com as diretrizes de integração nacional, segurança e desenvolvimento propagado pela Escola Superior de Guerra (ESG). O CBT trouxe inovações na conceituação jurídica das concessões de rádio e televisão, porém cometeu um erro em atribuir ao executivo o poder de julgar e decidir, unilateralmente, a aplicação de sanções ou a renovação de concessões.

Com a promulgação do CBT houve autorização para exploração de serviços dos troncos que integram o Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT), inclusive suas conexões internacionais e de radiocomunicações, ressalvadas as exceções legais. Porém, nunca houve uma política democrática de concessões e nem uma legislação que controlasse esses meios de comunicação.

O modelo brasileiro de televisão teve sua origem caracterizada por uma interconexão entre o Estado paternalista e os grupos hegemônicos presentes no negócio da mídia. Seguiu de perto o modelo norte americano, com televisões comerciais sustentadas através de financiamento da programação mediante inserções comerciais. Sempre esteve na nossa Constituição a idéia de que a telecomunicação, a comunicação de massa é um serviço público federal que pode ser exercido diretamente pelo poder público ou pode ser concedido a particulares.

No período em que o Presidente João Goulart esteve na presidência (1961-1964), foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e a empresa pública - Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL). Por sua vez, o setor privado constituiu a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), que surgiu em 1962, na luta contra os vetos do presidente Goulart ao Código Brasileiro de Telecomunicações.

Nesse momento, o empresariado de radiodifusão começa a despertar e parte para um trabalho de esclarecimento da sociedade, por meio de seus congressistas. João Medeiros Calmon, presidente da Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (AESP), liderou um grupo de trabalho que reuniu subsídios

para a discussão sobre os vetos. O grupo conseguiu reunir em um encontro histórico no Hotel Nacional, em Brasília, representantes de 213 empresas.

A ABERT surgiu como uma sociedade civil sem fins econômicos, de duração indeterminada, constituída por empresas de radiodifusão autorizadas a funcionar no País e por outras pessoas físicas e jurídicas com vínculos e participação no setor. Tem como objetivo a defesa da liberdade de expressão, em todas as suas formas, bem como dos interesses das emissoras de radiodifusão, suas prerrogativas como executoras de serviços de interesse público, assim como seus direitos e garantias.

A ausência de uma representação organizada nacionalmente fez com que os empresários da radiodifusão atuassem apenas a nível regional, por intermédio dos sindicatos. Radiodifusão era sinônimo de Diários e Emissoras Associados, de propriedade do empresário Assis Chateaubriand, que acabou se transformando em interlocutor informal do setor com o Governo e com a sociedade. A falta de unicidade, no entanto, permitiu que outros interlocutores surgissem nesse processo. É o caso da Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (AESP) e do Sindicato das Empresas Proprietárias.

Além da AESP, existiam ainda quatro associações estaduais – Associação Bahiana de Radiodifusão (ABART), Associação Paraense de Emissoras de Rádio e Televisão (APERTEC), Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco (ASSERP) e do Ceará (APERTEC /CE). A política em defesa da classe era tímida, por um lado pela falta de sintonia entre as empresas paulistas e cariocas, por outro pela inexistência de uma conscientização do empresariado sobre a necessidade da formação de uma classe homogênea e unida.

O empresariado da radiodifusão só começou a se mobilizar depois do início dos debates da classe em torno do projeto que previa a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações.

A queda de João Goulart em 1964 ocasionou drástica mudança nos meios de comunicação de massa, pois o sistema político e a situação

socioeconômica do país foram alterados totalmente pela definição e adoção de um modelo econômico para o desenvolvimento nacional. A deposição de “Jango” teve duplo significado para o país: marcou o fim do período populista de Getúlio Vargas, iniciado em 1945; a intervenção militar, por sua vez, significou o retorno da prática salvacionista originária dos primeiros tempos da República e da opção política extraconstitucional para resolver os conflitos políticos.

No lugar de “Jango”, assumiu uma junta militar que decretou o Ato Institucional n. 1 (AI-1), conferindo ao Congresso o poder de eleger o presidente. Em 14 de abril de 1965 foi eleito o general Humberto Castelo Branco, iniciando uma seqüência de presidentes militares que terminaria apenas em 1985.

A televisão e outros meios de comunicação passaram a exercer o papel de difusor, não apenas da ideologia do regime militar, como também de bens duráveis e não duráveis.

O Decreto-Lei n. 236/67, de 28 de fevereiro de 1967, foi o primeiro diploma legal que fez a separação entre Radiodifusão Privada e Radiodifusão Educativa e, ao fazê-lo, impôs restrições absolutamente inadequadas, dispostas, principalmente, no caput do Art. 13 e em seu Parágrafo Único:

Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

§ único: A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

A restrição a que se refere o parágrafo do art. 13 foi revogada quando da promulgação da Lei nº 7.505, de 02/07/1986, conhecida como Lei Sarney, que instituiu benefícios fiscais às operações de caráter cultural e artístico. Essa lei previa expressamente que as pessoas jurídicas que viessem a produzir tais

operações pudessem receber doações, patrocínios e investimentos e, ainda, que pudessem divulgá-los. O Art. 2º VI, dessa lei incluiu entre as operações passíveis de serem incentivadas: a produção de vídeos, filmes e outras formas de reprodução videofonográfica, de caráter cultural.

Após a criação do Ministério das Comunicações, em 1967, o processo de concessão de licenças passou a levar em conta não apenas as necessidades nacionais, mas também os objetivos do Conselho de Segurança Nacional. Entretanto, como revela Mattos (2002, p. 51), “o favoritismo político nas concessões prolongou-se até o governo de José Ribamar Sarney”. Na realidade as concessões por favoritismo político continuaram até o governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Além do estabelecimento do Ministério das Comunicações (MiniCom), que englobou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), o Governo Federal criou, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTV), com sede no Rio de Janeiro e que tinha como propósito estimular e dar apoio ao surgimento de novas emissoras educativas.

Esse fato fez com que o processo de concessão de licenças passasse a levar em consideração, não apenas as necessidades nacionais, mas também os objetivos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que era promover o desenvolvimento e a integração nacional. Após esse Decreto, nenhuma modificação substancial foi promovida no regime jurídico da radiodifusão até o ano de 1988, quando a nova Constituição estabeleceu normas e diretrizes que anularam os critérios casuísticos utilizados até então.

Ainda em 1968, com a efervescência das greves operárias, do movimento estudantil e dos festivais de música popular brasileira, o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici deu início a um período de perseguições políticas e censura. Universidades foram invadidas, teatros fechados e alguns artistas foram ‘convidados’ a se retirar do país, por serem considerados ‘perigosos’

ou 'subversivos' ao regime. Entre eles estavam políticos, escritores e músicos como Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil.

Culturalmente, o País atravessava um período de grande vigor e criatividade. A bossa nova foi uma de suas maiores expressões e significou uma profunda transformação na música popular. Ela projetou uma ruptura estética, sem abrir mão, no entanto, da criativa tradição do samba urbano. Os festivais de música deram o tom na arena da cultura brasileira nos anos 60 (sessenta).

No período de administração do Presidente Médici (1969-1974), estabeleceu-se o Programa Nacional de Teleeducação (Prontel), que expandiu a infraestrutura dos serviços de telecomunicações, que além de introduzir a televisão a cor, propiciou outras mudanças significativas ao desenvolvimento da televisão. Mas contraditoriamente, foi nesse governo que a censura aos meios de comunicação de massa foi avassaladora, praticada em nome do Conselho de Segurança Nacional (CSN), a fim de manter a ordem, a paz social e o desenvolvimento nacional.

Em 15 de junho de 1969, surge o primeiro modelo de televisão alternativo ao comercial, com a implantação da Rádio e TV Cultura de São Paulo, emissoras da Fundação Padre Anchieta. Nesse ano, também, foi inaugurada a estação de rastreamento de satélite de Itaboraí, no Rio de Janeiro. O Brasil iniciou suas transmissões televisivas na América Latina, criando condições operacionais para as telecomunicações, facilitando o acesso à rede de microondas, cabo coaxial, satélite, televisão a cor e televisão digital.

Os anos 60 (sessenta) foram marcados pelas transmissões via satélite que possibilitaram, entre outras coisas, a exibição da chegada do homem à lua. No início dessa década, além da sistematização política havia uma limitação técnica referente ao setor televisivo, razão pelas quais o mesmo era marcado pela fragmentação, limitando-se pela atuação de diversas empresas locais e regionais que prestavam serviços de modo não coordenado, o que impedia a formação de uma rede nacional integrada. A exigência de obrigações técnicas que só poderiam ser cumpridas mediante vultosos recursos financeiros não só reduziu

drasticamente o número de concorrentes como favoreceu a concentração de emissoras nas mãos de poucos.

Vale destacar que a presença maior do Estado no campo dos meios de comunicação só se fez sentir no início dos anos 70 (setenta) quando da implantação da Rede Nacional de Televisão (RNT), que forneceu o suporte necessário para que os programas chegassem a uma grande parte do território nacional e as redes passassem a ter características nacionais. A televisão e seus programas passaram por enormes transformações, ocorrendo a expansão das empresas do setor e de suas redes por todo o mundo ocidental. Nessa época era a principal e mais barata fonte de lazer da população, invadindo os lares brasileiros e atraindo anunciantes.

Segundo Sampaio de Alencar (2007, p.268):

Os historiadores colocam a data de 19 de fevereiro de 1972, como o segundo marco importante na evolução da televisão brasileira, quando foi feita a primeira transmissão oficial de televisão em cores no Brasil, com a exibição da Festa da Uva em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, pela Rede Globo, seguindo o sistema de transmissão híbrido (alemão/brasileiro) PAL (Phase Alternative Line)-M (padrão de formação de imagens).

Antes disso já haviam sido feitos testes com transmissão em cores seguindo o padrão norte-americano, o NTSC (National Television System Committee), em 1962 pela Televisão Excelsior, do Rio de Janeiro e 1963 pela Televisão Tupi, de São Paulo. A Copa do Mundo de 1970 foi vista em cores, no padrão norte-americano, por poucos privilegiados em salas montadas pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

O governo de Médici marcou profundamente a história política do país como o mais tenebroso e repressor da República. Todavia, paradoxalmente, o país viveu um clima de euforia durante os anos de 1969 a 1973 proporcionado pelo

“milagre econômico”, que ampliou o poder de compra da classe média e permitiu a realização de obras monumentais destinadas a estabelecer a integração nacional.

O clima eufórico e entusiasta foi construído por uma forte campanha de propaganda, facilitada pelos avanços das telecomunicações e pelo poder aquisitivo de parte da população. O aparelho televisor, principal veículo de comunicação de massa, invadiu as residências da classe média, que tinha crédito e facilidades para comprá-lo. Espalhados por todo o País, muito colaboraram na propagação de anúncios e até músicas grandiloqüentes e ufanistas com seus refrões pegajosos: “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Este é um país que vai para frente”, ou nas músicas “Eu te amo meu Brasil” (“meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil”) da dupla da Jovem Guarda, Don e Ravel. Assim como a marchinha campeã, “Prá frente Brasil”, de 1970, muito usada pelo regime militar, que caracterizou a vitória do Brasil como uma conquista do governo.

Durante a ditadura militar era clara a predileção do regime por programas culturais ao invés dos educacionais, e tal fato tinha uma explicação bastante simples: os primeiros eram mais facilmente controlados pela censura, e desta maneira, os programas educacionais quase que sumiram por completo. Toda produção artística, peças teatrais, filmes, letras de música, programação de Rádio e TV, estavam sobre o crivo prévio da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), este órgão era quem determinava o que deveria ser exibido, inclusive determinando ainda o horário e classificação etária; também cortava diálogos e muitas vezes provocava a exclusão de textos das obras.

Tempos em que falar e exibir o inadequado gerava perseguições, torturas e até mortes, mas, mesmo assim, os militares subestimaram, sem o saber, a inteligência dos trabalhadores da televisão, que criaram artifícios para guardarem em arquivos muitos dos programas censurados, resguardando a memória dos tempos difíceis.

No dribble ao rigoroso controle e intromissão militar, os homens da TV conseguiram burlar o regime, como relata Maria Ancora da Luz (2010, p.66):

Ao receber ordens do MEC - Ministério da Educação e Cultura para apagarem programas inteiros de conteúdo político, Wilson Rocha, espertamente trocou as etiquetas desses programas, passando a identificá-los como partidas futebolísticas. O truque deu certo e desta maneira muito material pode ser preservado.

A partir de 1973, a conjuntura internacional sofreu forte impacto em decorrência da crise mundial do petróleo. No Brasil, as exportações sofreram grande queda, houve retorno da inflação, desaceleração do crescimento, recessão e o fim do “milagre econômico”.

Na gestão do general Ernesto Geisel (1974-1979) o humor dos órgãos de repressão oscilava conforme o equilíbrio de poder entre os setores moderados e radicais dentro do governo, levando a situações inusitadas, conforme relata Simões (2004, p.43):

A intervenção da Censura não se fixava apenas em casos de conotação política, econômica ou atos de suposto mau comportamento. Um surto de meningite em São Paulo matou mais de duzentas pessoas em julho de 1974 e coincidiu com o ponto alto da epidemia de desinformação, pois os jornais, revistas e emissoras de televisão não podiam noticiar quase nada.

Mesmo sendo um fato que diz respeito à televisão pública, cuja história perpassa à da televisão comercial e vice-versa, cabe aqui registrar que em 1975 foi inaugurada a TVE - Televisão Educativa do Rio de Janeiro, da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), vinculada ao Governo Federal.

Retornando ao caminho da televisão comercial, no Governo João Baptista Figueiredo (1979-1985), o desgaste da ditadura militar já se fazia sentir e

algumas das reivindicações da sociedade foram se concretizando. Uma delas foi a anistia política, sancionada pelo Presidente em 1979.

A censura aos meios de comunicação foi se abrandando. No dia 3 de fevereiro de 1980 acabou, oficialmente, a censura ao telejornalismo brasileiro. Os programas jornalísticos ganharam novo fôlego. Os telejornais deixaram de ser somente informativos e passaram a discutir idéias e opiniões. Os debates, em programas juvenis e de entrevistas, passaram a focar a tentativa de esclarecimento de questões relevantes.

“Roque Santeiro”, novela de Dias Gomes, cuja exibição havia sido vetada pelo governo militar na década de 1970, pôde ser exibida pela Rede Globo em 1985, tornando-se um dos maiores fenômenos de audiência do gênero no país.

Com o fim da ditadura, a produção da TVE – Televisão Educativa do Rio de Janeiro promoveu uma busca nos arquivos da emissora para colocar no ar programas antes proibidos, assim como também passou a trazer convidados vetados na emissora, até então. Todos tinham muito a dizer no novo Brasil de 1985, um país que testemunhara a morte do seu primeiro presidente eleito através do movimento “Diretas já”, Tancredo Neves.

A Portaria Interministerial MEC/Minicom Nº 568, de 21/10/1980, substituiu a Portaria MEC/Minicom Nº 408, de 29/07/1970 e ambas dispunham sobre a regulamentação do tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais deviam destinar à transmissão de programas educacionais. Segundo a Portaria Nº 568, a coordenação dessa atividade caberia à Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT) do Ministério da Educação e Cultura e as emissoras educativas deveriam assumir a produção de programas para as televisões comerciais que não tivessem programação própria para cumprir os ditames legais.

Essa Portaria foi suspensa em 1991 através de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. O convênio foi renovado algumas vezes e sua última versão pode ser analisada no documento Convênio Nº 01/03, de 07/05/2003. A suspensão representou uma perda para a população brasileira, pois esse espaço

obrigatoriamente cedido pelas televisões (e também pelas Rádios) comerciais era ocupado por programas como: “Projeto Minerva” (Rádio), Telenovela Didática “João da Silva”, “Telecurso do 2º Grau”, “Telecurso do 1º Grau”, entre outros.

Durante os vinte anos de governos militares, o Estado exerceu um papel decisivo no desenvolvimento e regulamentação dos veículos de comunicação de massa e em especial dos meios de transmissão, estabelecendo leis e agências reguladoras e adotando novas tecnologias no sistema nacional de telecomunicações. Foi ampliado o sistema telefônico e implantadas as linhas de microondas, aperfeiçoando a transmissão de televisão em todo o território nacional.

Nesse período, a televisão brasileira avançou e melhorou suas técnicas e a expressão audiovisual, bem como iniciou um processo de tentativa de nacionalização da programação. O governo queria substituir a violência dos filmes enlatados americanos por programas mais amenos, o que, em parte, foi viabilizado através de isenções fiscais, co-produções de órgãos ligados ao governo com emissoras comerciais, além de outros incentivos.

A crise econômica da década de 1980, agravada no governo do Presidente José Ribamar Sarney (1985-1989), teve consequências drásticas para o futuro do país. Em um momento de grandes transformações mundiais, que exigiam modernização e investimentos, a economia brasileira estava estagnada e com baixos índices de crescimento.

Para minorar os excessos cometidos pelo governo militar, no governo Sarney foram suspensas mais de cem concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão assinadas pelo então Presidente General João Batista Figueiredo. Mas, por paradoxal que seja, utilizou critérios idênticos nas concessões, usando-as como ‘moedas’ políticas, mediante a distribuição a políticos ou ‘amigos do poder’.

Como afirmam Camparelli e Lima (2005, p.79):

Não houve um processo substancial de democratização do setor de comunicação audiovisual em razão, entre outros fatores, do fenômeno denominado ‘coronelismo eletrônico’, que é a relação de

clientelismo político entre os detentores do Poder Público e os proprietários de canais de televisão, o que configura uma barreira à diversidade representativa que caracteriza uma televisão onde o interesse público deveria ser priorizado em relação aos interesses particulares.

Essa política foi reforçada pelo Ministério das Comunicações, ocupado na época pelo Senador baiano, Antonio Carlos Magalhães, indicado pelo empresariado da comunicação.

Também foram regulados os serviços de televisão por assinatura, mediante a edição do Decreto n. 95.741/88 e da Portaria do Ministério das Comunicações n. 250/89. O governo federal anuncia a abertura de concorrência para a exploração de duas novas redes de televisão. Estavam em jogo as concessões que pertenciam às extintas televisões: sete da Televisão Tupi, duas da Televisão Excelsior de São Paulo e uma da Televisão Continental.

A partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, o ato de outorga ou renovação da concessão de uma emissora de televisão passou a depender da aprovação do Congresso Nacional e não apenas da decisão pessoal de quem estava no exercício da Presidência da República.

As regras de utilização da televisão, baseadas em concessões, sempre estiveram na esfera de exploração do direito privado, em vários governos e se consagrou como uma poderosa arma ou 'Quarto Poder' no jogo de troca de favores entre os políticos e os empresários. Segundo Melo (2001, p.37): "o crescimento inicial da televisão foi devido ao favoritismo político, o qual concedia licenças para exploração de canais sem um plano preestabelecido".

A Carta Magna da Constituição Federal de 1988 prevê, em seu caput, art. 223, que "o Poder Executivo, ao outorgar e renovar as concessões, permissões e autorizações para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, deverá observar o princípio da complementaridade dos sistemas público, estatal e

privado da atividade”. Porém, passados vinte e três anos, esse e outros dispositivos da Carta Magna não foram regulamentados.

Coerente com seu caráter geral progressista produziu alguns avanços significativos na ordem social, e particularmente no capítulo 5 (cinco) dedicado à comunicação social (artigos 220-224):

- A constitucionalização do princípio dos direitos à comunicação e à informação;
- A abolição da censura;
- A vedação de monopólio ou oligopólio aos meios de comunicação;
- A regionalização da produção cultural, artística e jornalística;
- A manutenção do caráter nacionalista do controle da radiodifusão;
- A radiodifusão alicerçada em três segmentos complementares: estatal, público e comercial;
- A criação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional.

No atribulado governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), as concessões de televisão foram desvirtuadamente utilizadas como instrumento político, havendo a recusa de adoção do sorteio sempre que houvesse mais de um candidato para a mesma licença. Concomitantemente foram suspensos os procedimentos de distribuição dos sinais de televisão por cabo (Distv) pela então Secretaria Nacional de Telecomunicações.

Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), as expectativas de democratização da comunicação social não foram atendidas na medida em que o governo promoveu a distribuição de concessões de serviços de repetição e retransmissão, sendo uma parte destinada a empresas ou entidades controladas por políticos, como também foram distribuídas outorgas de televisão educativa sem a realização de licitação. Além disso, no período foram

concedidas as primeiras autorizações para a prestação de serviço de distribuição de sinais por satélite (mediante meras portarias do Ministério das Comunicações).

O caso paradigmático dessa nova política foi a política de comunicações que vem sendo executada a partir de 1995. Estamos nos referindo a uma única política de comunicações não às diferentes políticas públicas que até recentemente foram articuladas isoladamente para as áreas de telecomunicações, *mass media* (radiodifusão) e informática.

A convergência tecnológica está dissolvendo as fronteiras entre o telefone, a televisão e o computador (a Internet). Decorre daí a inevitável fusão das antigas políticas setoriais em uma única política de comunicações.

De janeiro de 1995 a dezembro de 1996, o Ministério das Comunicações outorgou, nos bastidores do planalto, 1.808 permissões para o serviço de retransmissão de televisão em todo o País. Com o lançamento do satélite brasileiro Galaxy III-R, é inaugurado um novo sistema de televisão por assinatura, que leva o sinal diretamente do satélite à casa do assinante: a Direct TV. No mesmo ano, 1996, surge a Sky-Net.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo tendo anunciado o fim do uso político das concessões de emissoras de rádio e televisão, como havia ocorrido escandalosamente nos períodos João Figueiredo e José Sarney, deixou aberta uma porta para o balcão de negócios: as emissoras de televisões educativas continuaram sendo autorizadas pelo Executivo. Dessa maneira, a maioria delas foram para universidades, igrejas e profissionais de radiodifusão, sendo que muitas foram parar em fundações ligadas a políticos.

No segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) elaborou-se o projeto de Lei referente à Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (ANCINAV) e aprovou-se a Emenda Constitucional n. 36/2002 que permitiu a entrada de capital estrangeiro na mídia e a respectiva lei de regulamentação em virtude da crise financeira que abalou o setor.

No período de 2000 a agosto de 2001, foram outorgadas apenas quarenta e quatro novas concessões de canais de televisão, sendo que dessas,

vinte e sete encontravam-se em tramitação e outros quarenta e oito processos anteriores estavam sob a análise do Legislativo. Esta providência, entretanto, não revelou ser tão eficaz quanto se imaginava. Continuaram ocorrendo excessos e as pequenas emissoras comerciais interioranas queixavam-se da concorrência desleal (inserção de publicidade) praticada por algumas das retransmissoras mistas.

Criada em 2001 pela Medida Provisória 2228-1, durante o governo FHC, excluindo-se a televisão da respectiva regulação, a ANCINE – Agência Nacional do Cinema é uma agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. Tem atividades voltadas à produção e distribuição de filmes de longa e curta-metragem e sua comunicação ao público em salas de exibição, vídeo doméstico, televisão e demais meios de difusão eletrônica. É uma autarquia especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada desde 2003 ao Ministério da Cultura, com sede e foro no Distrito Federal, escritório central no Rio de Janeiro e escritório regional em São Paulo.

A ANCINE é administrada por uma diretoria colegiada aprovada pelo Senado e composta por um diretor-presidente e três diretores, todos com mandatos fixos, aos quais se subordinam cinco Superintendências: Acompanhamento de Mercado, Desenvolvimento Econômico, Fiscalização, Fomento e Registro, além da Secretaria de Gestão Interna e da Superintendência Executiva.

Essa instituição, em 16 de dezembro de 2011, colocará a Lei 12.485 para consulta pública na internet. A Lei deve regulamentar o setor de TV paga no Brasil. Também anunciou o investimento de R\$450 milhões no setor de audiovisual, fato que deverá ter forte impacto na TV aberta por conta dos incentivos para o mercado de produção de conteúdo para a televisão pública. Não se pode olvidar que a TV Cultura e a TV Brasil ajudaram a organizar e qualificar a produção independente no Brasil.

Quanto ao processo de digitalização televisiva no País o diferencial é o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), instituído por Decreto 4.901, de 26 de novembro de 2003, pelo Ministério das Comunicações durante o

primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006). Entre os padrões tecnológicos referentes à televisão digital saiu vencedor o japonês ISDB (*Integrated Services Digital Broadcasting*). As outras opções eram o norte-americano ATSC (*Advanced Television Systems Committee*) e o europeu DVB (*Digital Video Broadcasting*).

O SBTVD-T (Decreto n.4.901, 2003) tem como objetivos promover, planejar e incentivar:

- A inclusão digital
- A diversidade cultural do país;
- A língua portuguesa, por meio do acesso à tecnologia digital;
- A democratização da informação;
- O processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo que garanta a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda;
- Ações e modelos de negócios para a TVD adequados à realidade econômica e empresarial do Brasil;
- A indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais.

De acordo com Djalma de Oliveira (2005, p.376)

O padrão nipo-brasileiro proporciona imagem e qualidade de alta definição para o máximo de 1920x1080 pontos, imagem entrelaçada; áudio também de alta qualidade - sistema 5.1; recepção de TV em receptores móveis Full-HD, em veículos; e receptores portáteis como aparelhos de celulares, adaptadores para notebooks nas resoluções SQVGA/QVGA/CIT. Apresenta excelente tratamento contra interferências. As imagens são limpas, não há chuveiros nem distorções e a interatividade dá-se através do controle remoto.

O modelo do SBTVD-T permitirá ao usuário o diálogo com a emissora e a sua interação com o programa através do uso de um controle remoto ou teclado com o propósito de se tornar mais ativo e seletivo; interagir com serviços e conteúdos providos pela emissora e contatar com novas formas de ensino e de aprendizagem através da Educação a Distância (EaD). Porém, o seu grau de interação está submetido aos diferentes níveis de interatividade pré-delimitados pela emissora e está sujeita a posse do conversor digital e de um televisor já integrado.

O SBTVD-T permitirá ainda a multiprogramação onde um mesmo canal pode apresentar na mesma tela um programa em Full HD (*High Definition*), 2 em HD e 2 em SD (*Standart Definition*), porém o governo brasileiro somente liberou estes recursos para os canais federais. Esta função está vetada para os canais comerciais por pressão das maiores redes de televisão abertas do Brasil junto ao governo.

A multiprogramação é resultado da aplicação de técnicas de compressão de dados que permite que sejam transmitidos mais de um serviço em um espaço de banda onde na televisão analógica se permitia apenas um. Em outras palavras, esse recurso permite que uma emissora ofereça à audiência várias programações em um mesmo canal de frequência. Cada um destes serviços, em multiprogramação, deve fazer sentido por si só e o telespectador pode assisti-lo do início ao fim.

Em entrevista concebida a RTV Unicamp, durante o Fórum de TV digital e TV educativa, o experiente jornalista Paulo Markun (Unicamp, 2011) com mais de quarenta anos de atuação profissional, foi apresentador do programa Roda Viva e presidente da Fundação Padre Anchieta, entidade mantenedora da TV Cultura, afirmou que o Brasil já perdeu o bonde do modelo digital de televisão:

O modelo digital brasileiro foi concebido para ter interatividade e multiprogramação, peças chaves do projeto brasileiro de TV

digital. Mas nada disso foi aplicado. A multiprogramação poderá ser usada, por exemplo, em um canal para falar da saúde. Em outro canal educativo, para exibir somente documentários brasileiros. Mas isso não existe. A única emissora que está praticando isso muito precariamente é a TV Cultura. O avanço tecnológico está deixando a TV digital ultrapassada como alternativa de interatividade. Na Holanda, por exemplo, há tecnologias muito simples, que são softwares que permitem que a pessoa utilize o celular ou o notebook ou o computador como *setup box* para interatividade na televisão.

Acho que o grande desafio da TV Educativa é perceber que ela não é mais TV. Ser TV é passado, não tem mais sentido. Pensar apenas e tão somente em televisão é olhar para trás. Eu não estou dizendo aqui – nem sou defensor do apocalipse – que a televisão vai acabar. Mas neste cenário não temos como recuperar o tempo perdido. É preciso queimar etapas.

O projeto que o Executivo preparou para criar uma nova lei de comunicação de massa, também conhecida como Lei Geral do Audiovisual, é um tema bastante polêmico, não só porque trata das mais modernas tecnologias à disposição da sociedade, mas também porque aborda questões delicadas, como a concentração da propriedade. Essa Lei não tratará mais das telecomunicações que já têm sua lei própria e, por enquanto, aguarda parecer no Congresso. Há muitos interesses envolvidos na sua aprovação e, para piorar a situação, tem muitos parlamentares que possuem emissoras de radiodifusão, o que não é nenhuma novidade.

Segundo a ABN – Agência Brasileira de Notícias (ABN, 2005), estudos apontaram que o ideal seria uma lei global, abordando a chamada convergência tecnológica, com normas sobre telecomunicações, comunicação de massa e internet. Espera-se também que a nova legislação supere as anteriores, algumas

de 1962, incluindo portarias e decretos baixados durante a ditadura, mas ainda em vigor.

O Conselho de Comunicação Social, composto por representantes tanto das empresas quanto dos profissionais dos meios de comunicação, além da sociedade civil, tem como estratégia iniciar o debate pelas questões mais polêmicas. Uma delas é se o governo teria independência suficiente em relação ao empresariado dos meios de comunicação, entre eles os detentores de concessões públicas, a ponto de enviar um projeto sem privilégios a determinados setores e segmentos.

Organizações atuantes na luta pelo direito à democratização da comunicação e informação cobraram, desde o início do governo Lula, a convocação da Iª Conferência Nacional da Comunicação (Confecom). Em fevereiro de 2009, o pleito foi atendido e o Ministério da Comunicação Social programou o evento para 14 a 17 de dezembro, em Brasília, que contou com a presença da Presidência da República. Era o desfecho de uma série de etapas municipais e estaduais em que representantes da sociedade civil, dos empresários e do poder público desencadearam debates regionais e designaram delegados à derradeira etapa nacional.

Em janeiro de 2010, Dilma Rousseff, tornou-se a primeira mulher da história a se eleger Presidente do Brasil e, segundo, seus assessores, acompanha de perto o projeto do executivo PLC N. 116/2010, o qual define regras da comunicação audiovisual e estabelece novas normas para a produção e veiculação de TV por assinatura.

O Projeto de Lei Complementar – PLC 116/2010 tramitou durante quatro anos nos corredores do Senado até ser aprovado pelo plenário no final de agosto de 2011. Vai organizar e dinamizar o setor da televisão por assinatura, isso significa: supervisionar a convergência da televisão paga com as operadoras de telefonia, desconcentrar o mercado, estimular a concorrência e, sobretudo, alavancar a produção de conteúdo nacional para televisão. Hoje, há no país apenas 11 milhões de assinantes; aprovado o PLC 116 serão 35 milhões em cinco

anos. O texto subirá à sanção presidencial e até março de 2012 deverá ser regulamentado, enquanto a ANATEL e a ANCINE se preparam para as suas novas funções fiscalizadoras.

Resumidamente, o projeto abre o mercado de TV a cabo para as empresas de telecomunicações nacionais e estrangeiras e unifica a regulamentação de televisão por assinatura. A iniciativa pretende ampliar a competição e, com isso, baratear os serviços. Um dos pontos mais polêmicos do projeto, que aguarda a sanção da Presidente Dilma, prevê cotas para a programação nacional e independente. A reserva é de três horas semanais em horário nobre durante um período de 12 anos. Metade deste tempo, para a produção independente. A Agência Nacional do Cinema é a entidade designada para fiscalizar a aplicação das cotas.

Em entrevista ao sítio do Observatório da Imprensa (30/08/2011) e exibido pela TV Brasil, o atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, avaliou que o consumidor será o maior beneficiado com a aprovação do PLC 116 no setor de telecomunicações do Brasil:

Esse PL, na verdade, irá possibilitar o aumento da oferta, estimular a disputa, a competição entre as empresas que já atuam e novas empresas que vão atuar como, por exemplo, as grandes empresas telefônicas ou pequenas empresas que já tenham cadastro na Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações]. Mais de 600 empresas estão cadastradas à espera de permissão para explorar a TV a cabo, mesmo que seja em um número pequeno de municípios.

O ministro comentou que estúdios, produtoras e redes de televisão irão lucrar com as cotas para a produção nacional:

A indústria cultural e do entretenimento terá um grande impulso e será valorizada. Além disso, aumentará a oferta de

empregos para diversos profissionais do mercado audiovisual. Sobre a possibilidade de que parte do horário seja destinada à exibição de programas de caráter religioso ou de vendas. Existirá uma exigência de jornalismo e de produção cultural nacional. Eu acho que canais com conteúdo religioso certamente vão continuar existindo, como existem hoje, mas não vejo como enquadrá-los neste conceito de produção nacional, independente, de cultura. Seria uma interpretação muito elástica.

Com a Lei Geral do Audiovisual prevê-se que mais empregos serão gerados, mais filmes e séries de TV produzidos, mais diversidade será colocada na tela do brasileiro. O jogo parece bom para todos os agentes, ainda mais com a fartura de instrumentos disponíveis para financiamento ao conteúdo audiovisual. Ganham o mercado cultural brasileiro, as empresas e, principalmente, o cidadão de nosso País.

A previsão do governo era de que até 2013, todos os municípios brasileiros estivessem aptos a receber a transmissão pelo novo sistema, tanto o sinal analógico como o digital. Porém, o prazo foi estendido para o ano de 2016. A partir desta data a transmissão no país deverá ser somente digital, o que afetará especialmente os canais públicos, caso seja destinada para a telefonia móvel.

Esse é o modelo de negócio adotado pela televisão comercial, iniciado por Assis Chateaubriand e seus “Diários Associados”, na década de cinquenta, e continuado por Roberto Marinho, da Rede Globo de Televisão. Ele tem uma sustentabilidade econômica propiciada por instituições governamentais e pelo mercado, por Leis de fomento ao audiovisual, por financiamentos de bancos nacionais e estrangeiros, doações e, principalmente, por inserções de publicidade, propaganda e marketing na grade de sua programação.

Atualmente, o panorama das principais redes de televisão privada no Brasil é um negócio dominado por nove famílias e/ou grupos empresariais que controlam 80% (oitenta por cento) das concessões de canais de televisão (Família Marinho, Família Abravanel, Bispo Edir Macedo, Família Saad, Família Martinez,

Família Civita, Amilcare Dallevo Junior, Carvalho, Barros Filho), inexistindo, entre eles, diferenças substanciais entre a quantidade de geradoras e retransmissoras. Por ser um negócio, o que todas almejam chama-se audiência e no jogo de interesses quem sai lucrando é aquela que tem a capacidade de conquistar o maior número de telespectadores.

A trajetória da televisão pública, que é o objeto da pesquisa da Tese e que será analisada no próximo Capítulo, perpassa a da televisão comercial e vice-versa.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA DA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

De forma quase idêntica ao que ocorreu na história da televisão privada no Brasil, a da televisão pública é norteada por decisões governamentais.

A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações define as televisões públicas como serviço de televisão educativa a ser explorado pela União, Estados, Territórios, Municípios, Universidades e Fundações, destinados estritamente à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

O Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963, regulamentou os serviços de radiodifusão, fixando os objetivos do rádio e da televisão, considerados de interesse nacional. Em 1964 foi aprovada a Lei n. 6.301, que criou a Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS) como órgão responsável pela exploração dos serviços de rádio e televisão do Governo.

Em julho de 1965, o então Ministério da Educação e Cultura (MEC) formalizou o pedido de reserva de cem canais de televisão para fins educativos.

O surgimento da televisão pública no Brasil foi uma tentativa de reequilibrar o cenário televisivo, para dar ao público o que a televisão comercial ocultava: informação e, sobretudo, educação, considerados produtos televisivos de prestígio, mas de baixa ou nenhuma lucratividade. E já veio com forte viés estatal, porque o Decreto-Lei 236, que a instituiu em 28 de fevereiro de 1967 e segue em vigor, faculta a possibilidade de requerer outorgas de radiodifusão educativa apenas a governos, fundações e universidades. Esse decreto modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecendo o total de, no máximo dez estações para cada grupo/entidade, limitando em cinco o número de emissoras em VHF. No final de 1968, foi inaugurada a rede nacional de microondas.

A primeira televisão pública brasileira educativa a entrar em operação em 1967, a rigor, nasceu universitária. Foi a Televisão Universitária de

Pernambuco, criada no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFP), seguida, em 1969, pela Televisão Cultura, da Fundação Padre Anchieta, vinculada ao governo do Estado de São Paulo. Aliás, como já foi mencionado anteriormente, a TVE do Rio de Janeiro surgiu em 1975.

Prosseguindo no contar histórico, a missão de reequilibrar o sistema televisivo, conforme pretendido na época, não foi cumprida pela TVE – Televisão Educativa. Carente de recursos e apoio político, limitada por uma legislação confusa, presa à concepção equivocada de uma teleducação receosa de divertir enquanto ensina, a televisão educativa nunca conseguiu seduzir a maior parcela do público, a ponto de rivalizar com a televisão comercial nos índices de audiência.

Mas a televisão pública realizou programas de êxito, alguns significativos como “Vila Sésamo”, “Rá-Tim-Bum”, “Vox Populi”, “Roda Viva”.

No geral, limitou-se a uma audiência periférica, raramente superior a 5% do universo de telespectadores, o que comprometeu o seu desenvolvimento.

Nos últimos quarenta anos, os três níveis de governo, as fundações públicas e as universidades federais conquistaram a maior parte das outorgas educativas.

O sistema público de televisão brasileiro começou a operar em 1969, dezenove anos após a estréia da televisão no País. Além do atraso histórico, surge sob a tutela da ditadura militar, que lhe impôs, desde o início, finalidades exclusivamente didáticas e de caráter educativo, justificando o paternalismo estatal. Como conseqüência, as televisões comerciais acabaram por estabelecer, à falta de concorrência, as bases de funcionamento do veículo e a natureza das relações com os telespectadores.

Em 1976 é lançado o primeiro diploma legal tratando de radiodifusão educativa, pelo Ministério da Educação e Cultura, através do qual a concessão de canais educativos passava a ser feita pelo Ministério das Comunicações, após a emissão de um parecer técnico pelo Ministério da Educação. Tais critérios foram regulamentados, posteriormente, pela Portaria MEC Nº 232, de 20/03/1980.

Algumas emissoras educativas tiveram como raiz de sua criação razões de ordem política, outras a tenacidade de idealistas, mas de forma geral foram concebidas com objetivos de complementar a carência do ensino.

Em 1977, existiam as seguintes emissoras educativas de televisão:

EMISSORA	RAZÃO SOCIAL	VINCULAÇÃO
TVE do Rio de Janeiro	Fundação Pública	Federal (Ministério da Educação)
TVE do Amazonas	Fundação Pública	Estadual (Sec. Comunicação)
TVE do Ceará	Fundação Pública	Estadual (Sec. Educação)
TVE do Espírito Santo	Fundação Pública	Estadual (Sec. Educação)
TVE do Maranhão	Fundação Pública	Estadual (Sec. Educação)
TVU de Pernambuco	Universidade	Federal (Ministério da Educação)
TVU do Rio G. do Norte	Universidade	Federal (Ministério da Educação)
TVE do Rio G. do Sul	Administração Direta	Estadual (Sec. de Educação)
TV Cultura de São Paulo	Fundação Privada	Estadual (Sec. de Cultura)

Figura 01 - Emissoras Educativas 1977. Fonte: Luz, 2006, p. 16.

Entre 1978 a 1983 foram distribuídas várias concessões para televisões educativas, entre as quais:

canal 11	Recife
canal 9	Salvador
canal 2	Manaus
canal 8	Santa Maria (RS)
canal 7	Porto Alegre
canal 11	Goiânia
Canal 2	São Paulo

canal 3	Maceió
canal 15	Fortaleza
canal 2	São Luís do Maranhão

Figura 02. Emissoras educativas que receberão concessão após 1978.

Essa situação perdurou até 1978, quando, por iniciativa do PRONTEL (Programa Nacional de Teleeducação), foi realizada a primeira Reunião das Televisões Educativas, em Nova Friburgo (RJ), que teve como resultado a formação de uma pequena rede de nove emissoras para transmitir a Copa do Mundo de 1978, pois a Televisão Cultura (SP) detinha os direitos de transmissão e se dispôs a compartilhá-los.

Apesar do esforço despendido, havia muita incompreensão sobre os propósitos e fundamentos da televisão pública. Nas décadas de setenta e noventa aconteceram duas tentativas de se formar uma rede efetiva de emissoras educativas e culturais, que porém não vingaram.

Em 1979, o governo Figueiredo criou a Secretaria de Aplicações Tecnológicas – SEAT/MEC), que substituiu o PRONTEL. Houve uma nova reunião com as nove emissoras educativas, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, onde foi criado o Sistema Nacional de Televisão Educativa – SINTED, cuja coordenação político-administrativa ficou a cargo da SEAT/MEC, enquanto a coordenação operacional ficou sob a responsabilidade da Televisão Educativa, do Rio de Janeiro (uma unidade da FCBTVE), emissora diretamente vinculada ao Governo Federal.

No início da década de 1980, emissoras coordenadas pelo FCBTVE criaram o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), cujo objetivo principal era produzir intercâmbio de programas entre as emissoras e permitir que estas veiculassem uma programação constituída, diferentemente do que ocorria, e ainda ocorre, com as redes comerciais, onde há uma ou duas emissoras cabeças de rede, e as demais meramente retransmitem a programação por elas produzida.

Essa iniciativa constituiu, na verdade, a primeira tentativa de se promover uma rede nacional de televisão pública.

Em 1982, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, embora mantivesse esta denominação, teve a sua sigla modificada de FCBTVE para FUNTEVÊ. Mas a sigla não foi a única alteração, a FUNTEVÊ incorporou a SEAT/MEC e, também, o Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC (SER), órgão responsável pela gestão da Rádio MEC.

Na fase de abertura política, a TVE produziu quarenta programas. Nessa época Fernando Barbosa Lima, criador de vários programas televisivos, dirigia o Centro Nacional de TV Educativa Gilson Amado, é quando a TVE se renova. Foram criados os programas: “Sem Censura”, “Jornal da Verdade”, “Tribunal da História”, “Cadernos e Cinema”, “Um nome da História”, “Advogado do Diabo”, “Eu sou o Show”, “Metrópoles da Arte”, “Tribunal do Povo”, “Sexta Independente”, “Caderno 2”, “Tio Maneco”, “Teatro Infantil”, a série “I Love you” – que ensinava o idioma inglês.

Entre as experiências mais significativas dessa época, destacam-se as seguintes emissoras e respectivos programas didáticos:

TVE Ceará	De 5 ^a a 8 ^a série (Primeiro Grau)
TVE Maranhão	1 ^a e 4 ^a série (Primeiro Grau)
TVE Rio Grande do Norte	1 ^a e 4 ^a série (Primeiro Grau)
TV Cultura de São Paulo	Ensino Supletivo: Curso de Madureza Ginasial
FCBTVE/TVE do Rio de Janeiro	Telecurso 2000 1 ^o Grau: Novela Pedagógica João da Silva Ensino Supletivo do 1 ^o Grau: Novela- aula. Projeto Conquista

Figura 03- Produção / Veiculação de Programas Didáticos de Ensino. Fonte: Luz. 2006, p. 17.

A Televisão Educativa do Rio de Janeiro coordenava as operações do SINRED e, nos primeiros anos, fez uso do sistema de microondas da Embratel para gerar as imagens da programação transmitida em conjunto pelas emissoras integrantes. Em 1987, com a entrada em funcionamento do Satélite Brasilsat 1, a TVE do Rio de Janeiro passou a ser a única emissora pública com acesso ao satélite. Isto reforçou a sua condição de coordenadora operacional. Entre 1983 e 1994, houve uma importante alteração do “status quo” das emissoras educativas.

Durante o período de 1983 e 1984 surgiram novas emissoras educativas: Televisão Cultura do Pará, TVE do Piauí, TVE de Alagoas, TVE Aperipê de Sergipe, TVE da Bahia, TV Minas Educativa e Cultural, TVE do Paraná, TVE de Juiz de Fora, TVE de Alfenas, TVE do Mato Grosso do Sul. Essas dez novas emissoras vieram se juntar às nove iniciais e, por muitos anos (até 1994), integraram o SINRED, até a sua extinção, em 1996.

O Governo Federal decidiu lançar mais uma modificação do Regulamento dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Televisão (as versões anteriores foram explicitadas pelos Decretos Nº 52.795, de 31/10/1963, Nº 81.600, de 25/04/1978 e Nº 87.074, de 31/03/1982). E essa modificação trouxe uma novidade que iria marcar, profundamente, o futuro da radiodifusão educativa. Isto porque, o Art. 1º do Decreto Nº 96.291, de 11/07/1988, estabelecia: “as estações retransmissoras de programas gerados por televisões educativas poderão realizar inserções locais da programação definida na alínea “f” do art.4º”. Essa alínea “f” estava assim definida: “Programas de Interesse Comunitário – são programas noticiosos ou de outra natureza de interesse da comunidade servida por retransmissora de televisão educativa”.

A Portaria Interministerial MEC/Minicom Nº 568, de 21/10/1980, substituiu a Portaria MEC/Minicom Nº 408, de 29/07/1970 e ambas dispunham sobre a regulamentação do tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais deviam destinar à transmissão de programas educacionais. Segundo a Portaria Nº 568, a coordenação dessa atividade caberia à Secretaria de Aplicações Tecnológicas – SEAT do Ministério da Educação e Cultura – MEC - e as emissoras

educativas deveriam assumir a produção de programas para as televisões comerciais que não tivessem programação própria para cumprir os ditames legais.

Ao longo da década de 1990, a rede de veículos públicos, junto com uma série de outros órgãos ou empresas públicas foi alvo da influência da ideologia e das políticas neoliberais que buscavam diminuir as estruturas do Estado. Suas principais expressões, a Televisão Cultura de São Paulo e a Televisão Educativa do Rio de Janeiro, foram sucateadas e levadas a adotar um modelo de sustentabilidade mais integrado às verbas publicitárias.

A Portaria MEC/Minicom N° 408 foi suspensa em 1991 por intermédio de um convênio entre o MEC e a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). Tal convênio foi renovado algumas vezes e sua última versão pode ser analisada no documento “Convênio N° 01/03, de 07/05/2003”. A Sua suspensão representou uma perda para a população brasileira, pois esse espaço obrigatoriamente cedido pelas televisões (e também pelas Rádios) comerciais era ocupado por programas educacionais.

Ainda, em 1990, em conseqüência do disposto na Lei N° 8.029, de 12/04/1990, foi instituída a Rede Pública de Televisão (RPT), criada a partir da união de duas grandes geradoras públicas brasileiras e TV Cultura de São Paulo, Televisão Educativa do Rio de Janeiro e a Associação de Emissoras Públicas de vários Estados. Esse decreto foi inicialmente regulamentado pela Portaria Minicom N° 93, de 19/07/1989, que determinava que o conteúdo da programação a ser inserida obedecesse aos critérios estabelecidos, na Portaria Interministerial MEC/Minicom N° 162, de 20/08/1982 e que o tempo de inserção dos programas locais não ultrapassasse a 15% (cerca de duas horas diárias) do total da programação da estação geradora a que a retransmissora estivesse vinculada.

Tal medida fez com que as emissoras geradoras não precisassem mais implantar, por conta própria, suas retransmissoras, pois a possibilidade da inserção de programação local poderia atrair outros interessados na implantação de estações retransmissoras. Com efeito, houve, logo em seguida, um crescimento enorme do número de retransmissoras e, em conseqüência, de todo o sistema.

Essas retransmissoras, tecnicamente denominadas de mistas, passaram a autodenominar-se ‘televisões comunitárias’.

Como não havia uma regulamentação específica, a maioria das primeiras retransmissoras implantadas pertencia a políticos ou a empresários. Poucas foram as entidades de caráter realmente educativo que se interessaram pela novidade. E, por esta razão, aconteceram diversos desvios dos rumos que constituíam os objetivos da legislação inovadora. Várias retransmissoras mistas passaram a inserir publicidade enquanto outras transmitiam jogos de futebol gerados por emissoras comerciais.

Em 1991, por iniciativa da Televisão Educativa do Rio de Janeiro foi baixada a Portaria Interministerial MEC/Ministério da Infra-Estrutura (nome do Ministério das Comunicações àquela época) Nº 236, de 29/10/1991, disciplinando a chamada retransmissão mista.

A TVE do Rio de Janeiro foi a maior beneficiada com a introdução da retransmissão mista, isso ocorreu segundo Fradkin (FNDC, 2007), “por ser a única emissora a transmitir por satélite, atraiu um número maior de interessados, em todo o país”. Não havia, entretanto, nenhum documento legal que estabelecesse os critérios para a ou b. O resultado desta abertura pode ser facilmente comprovado: naquele momento, existiam 178 emissoras geradoras de televisão educativa, conforme constava da Listagem de Geradoras do Ministério das Comunicações. Um número absurdo se for levado em consideração o fato de que essas emissoras não podem veicular publicidade nem propaganda e que a grande maioria pertence a entidades privadas que não recebem verbas governamentais de qualquer espécie. Um sub-resultado é a constatação de que várias dessas emissoras foram vendidas para as seitas religiosas que hoje ocupam vastos espaços do espectro televisivo nacional.

A TV Educativa passou a ser considerada uma emissora privada que, por intermédio de um Contrato de Gestão assinado com o Governo Federal, se obrigava a prestar serviços públicos e que, por um Convênio assinado em 30/04/1998 com a Radiobrás podia utilizar os canais federais (do Rio de Janeiro e

de São Luís do Maranhão) para a transmissão de sua programação. Isto porque, em 1986, a então Funtevê havia incorporado, por determinação do Governo Federal, a Televisão Educativa do Maranhão, que está, agora, incorporada à EBC - Empresa Brasil de Comunicação (TVBrasil).

A intenção do legislador foi a de provocar a implementação de regionalização de produção, conforme preceitua a Constituição Brasileira em seu Artigo 22 - “A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei e respeito aos valores éticos, morais e sociais da pessoa e da família”.

Mas o resultado não foi o esperado, pois pelo fato dessas emissoras não terem fontes de financiamento, quase todas continuaram retransmitindo a programação das geradoras às quais estavam vinculadas quando ainda eram retransmissoras, por absoluta falta de recursos para produzir a própria programação. E ainda, no parágrafo segundo desse mesmo artigo, uma complementação: “efetivada a transferência de canais de retransmissão de sinais provenientes de estação geradora de televisão educativa, o Ministério das Comunicações analisará as solicitações recebidas para outorga de concessão para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens Educativa”.

A partir de 1993, a Fundação Roquette Pinto e suas emissoras, a Televisão Educativa do Rio de Janeiro e a Rádio MEC, enfrentaram uma série crise que resultou no declínio de sua programação e diminuição significativa do apoio financeiro e técnico necessitavam.

No final da década de 1990, a Televisão Cultura fez com que sua programação viesse a substituir a da Televisão Educativa. Este fato, aliado à perda do poder político causado pela transferência da FRP (Fundação Roquete Pinto) do Ministério da Educação e Cultura para a Secretaria de Comunicação, provocou

uma diminuição da área de influência da Televisão Educativa e o fortalecimento e a ampliação da abrangência do sinal da Televisão Cultura.

A Televisão Educativa sofreu uma mudança radical em seu formato institucional. Sua mantenedora, a Fundação Roquette-Pinto (FRP), foi transformada na organização social Associação Educativa Roquette-Pinto (ACERP) no bojo da reforma do Estado. Sob o argumento de maior independência das pressões estatais, a alteração jurídica remeteu a emissora à lei da selva da sobrevivência do mercado midiático.

A Televisão Cultura, por sua vez, passou a ter acesso ao satélite, provocando uma imediata divisão no frágil equilíbrio que sustentava o Sistema (área da televisão), pois sua programação era de qualidade indiscutivelmente superior. Essa divisão foi caracterizada pelo fato de algumas emissoras terem passado a retransmitir a programação da Televisão Cultura. Foi ela que transmitiu o primeiro Telecurso, que pode ser considerado o embrião de uma televisão educativa, destinado a preparar candidatos ao exame de admissão ao ginásio. Posteriormente, a Televisão Continental do Rio de Janeiro e a Televisão Tupi Difusora de São Paulo lançaram, simultaneamente, aulas básicas do Curso de Madureza.

Concomitante, há a regulação dos serviços de TV por assinatura, com a edição do Decreto no. 95.741 e da Portaria do Ministério das Comunicações no. 270/89, resultando na aprovação, pelo Governo Federal da Lei no. 8.977, que instituiu o Serviço de TV a Cabo, regulamentada pelo Decreto no. 2206, de 14/04/1997.

Em seu art. 23, determinou que “as operadoras do Serviço de televisão a Cabo tornassem disponíveis ‘canais básicos de utilização gratuita’, com várias destinações, entre as quais um canal universitário e um canal comunitário”. Estabeleceu ainda que qualquer cidade que possuir mais de cem mil habitantes pode ter TV por assinatura e usufruir desses canais gratuitos. Como resultado, passou-se a ter:

- 01 canal legislativo municipal/estadual (TV Câmara) - reservado para uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores situadas nas cidades da área de prestação de serviço e a Assembléia Legislativa do próprio Estado - com um canal destinado à documentação dos trabalhos parlamentares e transmissão ao vivo das sessões;
- 01 canal para o Senado Federal (TV Senado) – documentação dos trabalhos e transmissão ao vivo das sessões;
- 01 canal Universitário (TV Universitária) - reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço;
- 01 canal Educativo-Cultural – (TV Brasil, TV Cultura, TV Educativa) reservado para utilização pelos órgãos que tratam de Educação e Cultura nos governos federal/estadual/municipal com jurisdição sobre a área de prestação do serviço;
- 01 canal comunitário aberto (TV Comunitária) - para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos.
- 01 canal reservado ao Supremo Tribunal Federal (TV Justiça) - para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça.

Logo após a celebração do “Acordo Global sobre Telecomunicações”, o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, publicou um artigo na imprensa defendendo a abertura total do mercado brasileiro. Emendas foram apresentadas por deputados que apoiavam politicamente o Governo de FHC, propondo a abertura total do mercado ao capital estrangeiro e o texto finalmente aprovado e transformado em Lei usou o artifício de transferir ao Presidente da República o poder de estabelecer os limites para essa participação. O texto da Lei diz que “o Poder Executivo, levando em conta os interesses do País no contexto de suas relações com os demais países,

poderá estabelecer limites à participação estrangeira no capital de prestadora de serviços de telecomunicações” (LGT, Parágrafo Único do Artigo 18).

Em 1998, por iniciativa da TV Cultura de São Paulo, foi criada a ABEPEC - Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, com o intuito de ocupar o espaço vazio deixado pela extinção do SINRED.

A ABEPEC é uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega 23 (vinte e três) geradoras de sinal aberto de televisão com finalidade educativa, pública e cultural. Tem como fundamento conceitual a defesa de uma televisão pública independente, cuja programação esteja a serviço do cidadão e da sociedade; por isso valoriza a análise e o espírito crítico como ferramentas que conduzem ao conhecimento. Entre suas tarefas institucionais mais significativas destaca-se a representação dos interesses da televisão pública nas relações com os poderes constituídos, quer na esfera do Legislativo, do Executivo quer do Judiciário. Daí o contato freqüente da entidade com ministros e secretários, a realização de seminários dirigidos no Congresso Nacional, além da participação ativa no grupo de trabalho da Comissão de Defesa dos Consumidores da Câmara dos Deputados, no Conselho Superior de Cinema, na elaboração do novo manual de classificação indicativa e no Comitê Consultivo do SBTVD (Sistema Brasileiro de Televisão Digital).

A Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais determina que suas programações sigam alguns mandamentos:

- A defesa do entretenimento saudável e enriquecedor, que demonstre respeito à inteligência e à sensibilidade do telespectador, sobretudo das crianças;
- A valorização dos programas como complemento à ação educadora da escola e formadora da família;
- A condenação a atos que incitem a sexualidade precoce na programação;
- A não submissão às imposições mercadológicas, em respeito ao telespectador como cidadão;

- Repúdio ao estímulo a todas as formas de violência na programação e condenação a qualquer tipo de exploração que conduza à humilhação do ser humano na programação.

No âmbito interno da Associação discute-se de forma permanente o desenvolvimento técnico e de produção das emissoras, tendo em vista a qualidade e as características de programação exigida pela televisão pública, mecanismos de gestão que garantam a viabilidade financeira das associadas, promoção de cursos e palestras voltados para o desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional das emissoras.

Segundo Novaes (1999, p. 311), “numa estimativa preliminar, sujeita às imprecisões próprias do setor (como aquelas que caracterizam de modo contumaz o Ministério das Comunicações), em 1999 eram apenas 19 TVs Educativas”. Dez anos depois, em 2009, contabilizava 147 (cento e quarenta e sete) emissoras educativas no País. Há, no conjunto, emissoras realmente educativas e outras que são educativas apenas na fachada.

Informações colhidas no sítio oficial da ABEPEC descrevem que, o Brasil possui 1.885 emissoras públicas de TV's Educativas e Culturais, entre geradoras, retransmissoras e afiliadas, que atingem 70% da população em 2.880 municípios; a maior parte da programação é constituída por programas infantis, telejornais, transmissões esportivas, musicais, games, filmes, variedades, documentários, produtos culturais e paradidáticos. Essas emissoras operam 1.444 retransmissoras próprias e têm 82 geradoras e 218 retransmissoras afiliadas. Recentemente, algumas prefeituras têm implantado emissoras próprias.

Até 2008, tais iniciativas foram registradas nas administrações municipais de São Carlos (SP), Ponta Grossa (Paraná), Fortaleza (CE) e Volta Redonda (RJ). Há ainda 52 canais universitários e outros 63 canais comunitários, transmitidos, em sua grande maioria, por sistemas de televisão por assinatura. Uns e outros se declaram públicos, mas não atendem, de modo geral, aos pré-

requisitos da comunicação pública. Os canais universitários, por exemplo, muitas vezes, atuam como veículo de promoção das universidades a que pertencem.

A ABTU – Associação de Televisão Universitária – cogitou em lançar em 2008 a Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária (RITU), porém seu funcionamento ainda não aconteceu. Em depoimento gravado em vídeo durante o II Fórum Nacional de TVs Públicas, Claudio Magalhães (Abtu, 2011), atual presidente da ABTU afirmou:

A meta para 2011 é colocar em efetivo o funcionamento um sistema de intercâmbio de programação (RITU), gerenciado pela entidade, tendo como possível parceiro tecnológico o Estúdio Multimeios do Centro de Computação Eletrônica da USP. Estamos trabalhando em uma solução alternativa de baixo custo, de simples e rápida implantação. Também criaremos um repositório central de vídeos, mantido pela ABTU, para disponibilizar o mais rápido possível conteúdo para os associados.

É preciso listar nesse conjunto, as televisões Legislativas: duas no âmbito federal (TV Câmara e TV Senado), que contam com sinais abertos em algumas localidades, mas são vistas em geral nos serviços de TV por assinatura; 17 no âmbito estadual e 49 na esfera municipal. Tanto essas como a TV Justiça, pertencente ao Supremo Tribunal Federal, não contam com conselhos independentes, mas se subordinam funcional e diretamente às cúpulas dessas casas. A TV Câmara e a TV Senado respondem às mesas da Câmara e do Senado, respectivamente. A TV Justiça é controlada diretamente pela presidência do STF. Todas elas estão a serviço da divulgação desses órgãos, não a serviço da fiscalização deles pela sociedade. Não são, por isso, emissoras públicas. Em sua programação exibem seções plenárias, reuniões de comissões temáticas, comissões parlamentares de inquérito (CPIs), audiências públicas, além de programação educativa, cultural e jornalística.

O sítio na internet da TV Senado apresenta como diretriz a 'independência editorial para o desenvolvimento dos seus projetos e produtos jornalísticos'. A TV Câmara, por sua vez, alicerça sua independência num Conselho Editorial formado pelos dois Diretores, Geral e Executivo da TV, seis responsáveis pelos Núcleos de Produção e dois representantes dos colaboradores (servidores e terceirizados) que participam de reuniões nas quais são decididos os projetos a serem desenvolvidos e aferido o controle de qualidade da programação.

As Televisões Legislativas tornaram-se importantes instrumentos de cidadania, possibilitando o acompanhamento mais transparente do cotidiano do parlamento. Isso pôde ser comprovado nas transmissões das seções da CPI dos Correios, em 2005.

O debate sobre a televisão pública esteve estagnado por muito tempo e retornou a pauta somente em 2003, durante o I Fórum Nacional de Televisões Públicas, denominado "O futuro da Televisão Pública", ocorrido em Brasília, graças ao esforço conjunto de setores ligados ao meio televisivo, sociedade civil, parlamentares e governo federal. A organização desse evento coube à Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP).

Na primeira gestão do governo Lula houve uma tímida tentativa de discussão sobre os propósitos dos veículos públicos nas estruturas do governo federal. Com o intuito de disciplinar a questão da veiculação de publicidade por parte das emissoras educativas, instituiu-se o Decreto N°5396, de 21/03/2005, que procurou regulamentar o já citado art. 19 da Lei N° 9.637.

O governo federal publicou o Decreto N. 5.820 de 29 de junho de 2006, regulamentando as diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógico para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão. Tendo em vista a ampliação do espectro de canais disponíveis com a implantação da televisão digital, o interesse da sociedade e o cumprimento da Constituição Federal, o governo julgou o momento oportuno para viabilizar o projeto da Televisão Pública Digital no Brasil.

Em 2007, a convite da Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU) da qual fui membro do Conselho de Ética (2005-2007) participei do II Fórum Nacional de Televisões Públicas, em Brasília, onde se reuniram à mesma mesa para um diálogo representantes do Governo Federal, da sociedade civil e do campo público da televisão brasileira. Entre os participantes estavam: a SECOM (Secretaria de Comunicação), o MiniCom (Ministério das Comunicações), a recém criada EBC (Empresa Brasil de Comunicação), parlamentares do Congresso Nacional, associações como a ABCCOM (Associação Brasileira de Canais Comunitários), ABEPEC (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), ASTRAL (Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas), ABTU (Associação Brasileira de Televisão Universitária), ABERT (Associação Brasileira de, Emissoras de Rádio e Televisão o Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social), representantes de canais comerciais, pesquisadores e especialistas nacionais e internacionais, OSCIP's (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e ONGs (Organização Não Governamental), além de estudantes de comunicação.

Ainda, em 2007, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através da Medida Provisória 398 enviada ao Congresso, com força de Lei, autorizava o governo a criar a EBC – Empresa Brasil de Comunicação e propunha um avançado marco legal para a comunicação pública no Brasil, suprimindo uma lacuna até então existente. A MP foi votada pela Câmara em fevereiro de 2008 e pelo Senado em março e passou a ser a Lei 11.652/2008 sancionada em 07 de abril do mesmo ano. Essa Lei facilitou a criação de uma Rede Nacional de Televisão Pública (RNTP), liderada pela TV Brasil.

Mas os canais até agora não deram e não estão dando muito certo; a audiência é baixíssima, a não ser em casos esporádicos como, por exemplo, quando a TV Câmara transmite sessão que aborde questões que interessem a boa parte da população.

Os canais universitários não têm contribuído para o arejamento da linguagem e da grade de programação; os canais comunitários não têm atendido

à(s) comunidade(s). A frustração trazida pela TV Educativa do Rio de Janeiro ao ser criada como quê abarca a todas.

Mesmo com o diretor-presidente da EBC, Nelson Breve, falando que a televisão pública não vive do Ibope, “o que não pode ser medido não pode ser avaliado”, toca em dois problemas nodais:

- a) O lento processo burocrático, o que faz com quê o equipamento ao chegar já está ultrapassado devido à dinâmica atual da tecnologia; e
- b) A média salarial de R\$1.800,00 iniciais dificulta a contratação de bons profissionais do meio.

As televisões públicas brasileiras vivem num hiato entre o modelo de televisão comercial, baseado no binômio publicidade e audiência, e o modelo de radiodifusão pública europeu do século XX, estruturado a partir de um sistema público, próprio dos estados nacionais. O resultado é que temos televisões públicas fragilizadas, dependentes de um Estado omissivo, dirigido por governos comprometidos com as políticas neoliberais e contaminados por práticas clientelistas. Diante da falta de políticas públicas promovidas pelos governos para o setor associada ao esvaziamento político da sociedade civil, as televisões públicas estão buscando modelos de negócio semelhantes às televisões comerciais.

O assunto sobre televisão pública esteve estagnado no país até a Constituição de 1988, pois nunca foi interesse da elite brasileira discutir uma regulamentação que se consolidasse em leis bem fundamentadas e aplicáveis. É preciso ter ciência que os meios de comunicação e informação de qualquer fonte de recursos (estatal, privado ou público) obtêm autorização do Estado para explorar um espectro público de tráfego, ondas, sinais.

A mencionada Medida Provisória 398 não criou a televisão pública. Criou a EBC, empresa-mãe do Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão que lhe caberia implantar e gerir.

O seu surgimento deve-se à fusão dos patrimônios da Empresa Brasileira de Comunicação (RADIOBRÁS) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), gestora das Televisão Educativa do Rio de Janeiro, Televisão Educativa do Maranhão e TV Nacional de Brasília.

A EBC está vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência, congrega televisão, rádio e internet e é responsável pelo desenvolvimento de um sistema público de comunicação no País. Dados atuais indicam que a EBC gerencia 03 (três) canais de televisão:

- NBR – o canal do governo federal, do poder executivo – é distribuído pelo serviço de TV a cabo, “chegando hoje a 5,5 milhões de lares e cerca de 12 milhões de pessoas”, segundo a SETA - Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Sistemas de Televisão por Assinatura, entidade patronal que representa o setor de TV por Assinatura em todo o Brasil, tem como tarefa permanente desenvolver projetos para apoiar seus associados, desde ações para a capacitação dos profissionais do setor até o combate à pirataria, que prejudica o País, as empresas, seus colaboradores e clientes. Dedicar-se ao acompanhamento das ações do governo federal, incluindo a transmissão de eventos dos Ministérios e da Presidência da República, em especial dos discursos do Presidente. Não previsto especificamente na Lei do Cabo, a NBR utiliza-se de um canal exclusivo educativo-cultural para viabilizar sua transmissão pelas operadoras de cabo.
- A Televisão Brasil Integración– Canal Internacional – é um serviço que visa levar aos países das Américas conteúdos sobre o Brasil e a visão brasileira sobre os fatos do continente. Disponibiliza seu conteúdo por satélite para livre transmissão, o que dificulta o cálculo exato de seu alcance. Mas segundo dados de seus diretores já chega a dez países das Américas do Sul e Central, além dos Estados Unidos, estando autorizado a ser reproduzido por mais de 350 operadoras de televisão por assinatura.
- A TV Brasil é a TV do Poder Executivo, um dos quatro canais públicos, os outros três são da Educação, Cultura e Cidadania, previstos no Decreto 5.820/06.

Antes da Empresa Brasil de Comunicação não havia no país um sistema público de televisão em desenvolvimento. Havia sim, uma desorganização no Sistema de Radiodifusão Brasileiro. O que ocorria eram experiências isoladas (Televisões Educativas, Televisão Cultura, Televisões Governamentais, por exemplo) de caráter não comercial, mas elas não estavam aparelhadas em torno de um sistema ou com base em uma política para essa modalidade de comunicação, no máximo, possuíam algum intercâmbio de conteúdo entre si, mas nem mesmo se constituíam redes.

Diante desse quadro, a EBC veio com o propósito de garantir o preceito da complementaridade entre os sistemas de radiodifusão privado, estatal e público, referente ao artigo 223 da Constituição Federal Brasileira. Os dispositivos constitucionais sobre comunicações não foram regulados até hoje. O único ponto regulado foi o limite de capital estrangeiro, quando alguns grupos tiveram problemas de caixa. Ainda não se regulou a regionalização, a produção independente e a desconcentração dos meios.

O sistema público de comunicação brasileiro existe apenas como uma figura prevista na Constituição Federal. Na radiodifusão, os serviços da União são explorados pela EBC, enquanto os meios estaduais e municipais são operados pelos executivos das respectivas esferas da federação. Na televisão por assinatura, proliferam canais dos legislativos e judiciários estaduais e municipais e do executivo federal.

Em 2008, surge o esforço para a transformação das televisões estatais federais, em parceria com as estaduais, em uma rede pública de televisão. Pensando em democratizar os meios de comunicação, o governo teria reservado quatro canais dentro do sistema de televisão digital exclusivamente para a televisão pública. Um deles seria reservado para as comunidades locais, dando assim voz à população. Os demais se alternariam em programações de cultura, de educação e de notícias do governo.

O II Fórum terminou sob a promessa do ex-presidente da Câmara, e hoje, Vice-Presidente da República, Michel Temer, de que a regulamentação do

sistema público de televisão terá prioridade no Congresso, caso seja encaminhado na forma de um projeto de lei. O assunto foi alvo do primeiro dos temas que integram a “II Carta de Brasília”, lida durante a mesa por representantes do campo público e entregue, em partes, às autoridades presentes.

Em 17 de abril de 2009, o governo federal publicou o decreto que constituiu oficialmente a Conferência Nacional de Comunicação, denominada 1ª CONFECOM, cujo principal tema foi “Comunicação no Brasil”. Enxuto, o decreto confirmou as sinalizações dadas por membros do Governo, estabelecendo o Ministério das Comunicações como órgão responsável pela coordenação do processo, recebendo colaboração direta da Secretaria Geral e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Os recursos financeiros destinados a esse evento ultrapassaram R\$8.2 milhões.

O encontro reuniu o chamado “campo público de televisão” (incluindo também as legislativas, as universitárias e as comunitárias) para discutir e ouvir a sociedade civil e amplos segmentos do setor de telecomunicações, no que tange a subsídios e formulação de políticas governamentais para a rede de televisões estatais do Brasil. Trouxe, também, o diagnóstico realizado pelas entidades participantes do setor: redução constante de receitas orçamentárias e dificuldades de competição no mercado por recursos advindos de captações externas. Tal quadro tende a agravar-se com os altos custos da transição para a transmissão digital na televisão e com provável transferência de parte das verbas dos anunciantes e patrocinadores para novas mídias como a internet.

Em agosto, seis entidades que congregam os grupos de comunicação dos setores de rádio e televisão, jornais, revistas e internet se retiraram da Confecom. Deixaram a Conferência as seguintes instituições: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Associação Brasileira de Internet (ABRANET), Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTVA), Associação de Jornais e Revistas do Interior do Brasil (ABERJ), Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER) e Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Ao comunicar sua saída, as empresas emitiram uma nota conjunta, na qual anunciaram ser defensoras dos preceitos constitucionais da livre iniciativa, da liberdade de expressão, do direito à informação e da legalidade. E afirmaram que a Conferência era um jogo de cartas marcadas, pois os sindicalistas e as Organizações Não Governamentais (ONGs), aliados aos representantes do Governo, pretendiam expor o setor a um massacre público.

Em 3 de maio de 2010, iniciaram-se as transmissões simultâneas da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), liderada pela TV Brasil, em parceria com emissoras educativas de 23 estados brasileiros. A nova rede tem como meta atingir 1.716 municípios, dos cerca de 5.560 existentes no país, aproximadamente 100 milhões de brasileiros. Em uma primeira fase, a rede deve oferecer até dez horas de programação em transmissões simultâneas, sendo quatro horas de responsabilidade das emissoras associadas.

O fortalecimento da televisão pública no Brasil dependerá da própria consolidação do processo de construção da democracia, social, política e cultural do país. É a cidadania organizada, consciente de seus direitos e deveres, que irá qualificar a demanda por uma televisão pública autônoma em termos políticos, administrativos e financeiros, e conseqüentemente, independentes das leis de mercado e do primado da audiência, característicos da televisão aberta comercial.

Dentro do contexto atual, não foi só a maneira de ver e fazer televisão que apresentou mudanças, a própria televisão pública passa por um momento de transição tecnológica, é um fenômeno global, o qual vem transformando a forma de produção, operacionalização e até mesmo o perfil de seus profissionais. O parque tecnológico, no momento da digitalização, precisa ser substituído por equipamentos, compatíveis a nova demanda. As emissoras públicas apresentam dificuldades em acompanhar essa transição, sobretudo pela questão financeira, onde equipamentos e mão de obra possuem altos custos, mas são necessários para acompanhar à realidade da Televisão Digital (TVD).

O reequipamento da televisão pública digital (TV Brasil) começou em 2008, com a aquisição de mais de cem câmaras digitais de última geração,

dezenas de ilhas de edição, três carros de *up-link*, transmissores por micro-ondas, carros de externas e equipamentos diversos para rádio e televisão. Continuou em 2011, com a compra dos exibidores HD (Alta Definição), que completa o processo de digitalização.

Quanto ao modelo de financiamento da Televisão Digital (TVD), Bolanõ e Brittos (2007, p. 291), apontam três problemas que devem ser necessariamente considerados:

1. O financiamento das infra-estruturas públicas necessárias, tanto físicas (sistemas de telecomunicações, parque de computadores e sua distribuição) quanto intelectuais (ligadas às políticas de educação e de ciência e tecnologia), incluindo as políticas de comunicação e informação ligadas à manutenção e constante atualização das grandes bases de dados (públicas e privadas) que estruturam a atual economia do conhecimento.
2. O financiamento para aquisição de receptores e capitalização das emissoras, sem o que a televisão digital, no Brasil, não poderá existir com padrões de desempenho aceitáveis.
3. O financiamento ao consumidor final. É necessário que os conteúdos incluídos na TVD despertem no telespectador o interesse de migrar para o novo sistema e, além disso, represente avanço em termos de incorporação da cidadania, educação e pluralidade, valores historicamente relegados pela televisão brasileira.

O governo de Dilma Rousseff sinaliza a intenção em investir em conteúdos interativos para a televisão pública, com o intuito de levar os serviços governamentais para a população. Para isso, secretários executivos dos ministérios das Comunicações, Ciência, Tecnologia e Inovação e Desenvolvimento já estão discutindo o lançamento de editais de subvenção para estimular a criação desses aplicativos.

CAPÍTULO III

A TELEVISÃO PÚBLICA NA ATUALIDADE

O anúncio, por parte do Governo Lula, em criar uma rede de televisão pública para o País, causou alvoroço e descontentamento no Planalto, por parte da mídia, parlamentares da oposição e da sociedade civil. Houve intensas negociações, muita polêmica e embate na Câmara e no Senado. Sua implantação foi defendida com discursos emocionados. Os políticos de oposição e parte da mídia estavam receosos com a “TV do Lula” (assim que ficou conhecida na mídia), pois temiam que esse instrumento, mantido pelo governo, pudesse ser utilizado como plataforma eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT).

A imprensa questionava: Mas em que se apóia o projeto do Estado para essa nova televisão pública? Quais garantias ele oferece ao público de que essa será uma televisão que priorizará o sentido comum, que será um lugar decisivo na inscrição de novas cidadanias e de reconhecimento? Em quê essa nova televisão pública se diferencia das velhas televisões educativas? Quais as críticas aos modelos de gestão e financiamento adotados e como elas se fundamentam? Qual o sentido de uma televisão pública onde o público não participa?

Na democracia vigente é natural e salutar que surjam esses questionamentos, pois há uma cobrança muito grande por parte da sociedade em relação à TV Brasil. Afinal, quem paga suas contas é o dinheiro que sai do bolso do contribuinte.

Muitas das críticas em relação à criação da TV Brasil foram respondidas no dia 27 de outubro de 2011, quando mais de trezentas pessoas – entre artistas, produtores culturais, jornalistas, funcionários e representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário – participaram da celebração dos quatro anos de sua existência.

Tereza Cruvinel (Agência Brasil, 2011), ex-presidente da EBC, cujo mandato encerrou-se no dia 31 de outubro de 2011, prestou contas de suas

realizações à frente da TV Brasil no quadriênio (2007-2011), enfatizando a associação direta que existe entre a televisão e a comunicação pública, perseguidas no país desde a primeira metade do Século XX, e a consolidação da democracia, que se firmou apenas a partir das últimas décadas:

A criação da empresa representou um importante passo para a democracia brasileira e latino-americana, além da articulação de uma rede pública de televisão, a implantação de uma sólida infraestrutura de produção e transmissão, de última geração, a produção e difusão de conteúdos diferenciados e complementares.

Em toda a América Latina, neste momento de reafirmação da democracia, os meios públicos estão se fortalecendo. Na Argentina, a TV pública, feita por Evita Perón, existe há 60 anos. Nos últimos anos, nenhum projeto foi tão atacado como o da Televisão Pública. Mídias públicas existem em toda a democracia. O objetivo continua sendo o de ser a primeira televisão efetivamente pública de dimensão nacional do país, com um perfil voltado para o jornalismo, e programas culturais, do local ao internacional.

A Rede Nacional de TV Pública (RNTP) liderada pela TV Brasil deve promover a cidadania, de todos os cidadãos, de todos os grupos sociais, e, sobretudo daqueles que historicamente têm sido marginalizados da sociedade brasileira e, por extensão, do conteúdo da televisão brasileira, sempre submetida aos jogos e às relações de poder que estruturam essa sociedade.

Cruvinel foi substituída pelo também jornalista Néelson Breve que, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi Secretário de Imprensa da Presidência da República, quando trabalhou ao lado de Franklin Martins, um dos principais articuladores da TV Brasil. Desde abril de 2011, ocupa na EBC o cargo de superintendente de Comunicação Multimídia. A escolha de Breve se deu após intensa disputa nos bastidores do Governo. Uma parte pedia a

recondução de Cruvinel e outra, tendo à frente o ex-ministro Franklin Martins (Comunicação Social), defendia Breve.

A TV Brasil destaca-se, nesse fio da meada histórico, como um momento novo, um salto à frente no processo evolutivo de construção e consolidação da democracia social, política e cultural, como corolário da qualificação do conceito de cidadania para todos. É uma oportunidade ímpar para aparar todas as arestas legais que impedem o seu pleno desenvolvimento.

Estreou sua programação no dia 2 de dezembro de 2007, ao meio-dia, mesma data que se iniciaram as transmissões de televisão digital no território brasileiro pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital-Terrestre ou SBTVD-T. Foi nessa data também, que a Televisão Educativa do Rio de Janeiro e a Televisão Nacional de Brasília, emissora da Radiobrás, passaram a transmitir o canal público.

Segundo o Ex- Ministro das Comunicações Franklin Martins:

A missão da TV Brasil é ser independente do governo federal em um país cujas dimensões e diversidade, expressa, em sua programação, o traço multicultural que caracteriza os brasileiros, exibindo programação de conteúdos de natureza regional e, também, originários da produção audiovisual independente, geralmente excluída das grandes estruturas comerciais de televisão. Por isso, a Lei de criação da TV Brasil estabeleceu que a programação deve reservar uma cota de pelo menos 10% para a produção regional e de pelo menos 5% para a produção independente.

Em quatro anos de funcionamento, a TV Brasil, em relação às produções independentes pulou dos 5% para cerca de 40% de reserva de sua programação.

A política de comunicação da TV Brasil está subordinada ao Conselho Curador da EBC, cuja principal função é zelar pela observância dos princípios legais que regem a comunicação pública praticada pela empresa, fiscalizando

ainda a execução dos planos anuais de trabalho. É composto por vinte e dois membros, sendo: 15 representantes da sociedade civil; 4 representantes do Governo Federal; 02 representantes do Congresso Nacional (Câmara e Senado); 1 representante dos funcionários da EBC.

A existência de Conselhos é comum nas televisões públicas de todo o mundo. São vistos como uma garantia de controle da sociedade sob a coisa pública. O Conselho é o instrumento de participação da sociedade na gestão de empresas públicas de comunicação, diferenciando-os dos canais meramente estatais, controlados exclusivamente por governos ou poderes públicos. O fato de, no Brasil, este Conselho ser escolhido e nomeado pelo presidente da República levantou questionamentos importantes sobre o nível de isenção que ele pode ter.

O Conselho Curador tem como finalidade estimular a Educação, a Arte, a Cultura Regional e a produção independente, assim como a proteção ao meio-ambiente e o incentivo à Responsabilidade Social. Também tem a obrigação de dar publicidade às suas deliberações. As ações do Conselho Curador são mais consultivas do que efetivas. Aprova anualmente o plano de trabalho e a linha editorial da Empresa Brasil de Comunicação, além de acompanhar e fiscalizar a veiculação da programação. Mas tem poder para, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, emitir voto de desconfiança à diretoria ou a um de seus diretores.

Enquanto empresa pública, responde a um Conselho Administrativo em que a União, como acionista majoritária, é predominante. É também supervisionada por um Conselho Fiscal, mas estes são controles administrativos. O Conselho Fiscal tem por atribuição fiscalizar a gestão administrativa da EBC. É composto por um representante do Tesouro Nacional e outros dois representantes de acionistas minoritários, além de três suplentes, designados pelo Presidente da República. O Conselho Administrativo é quem elege ou pode destituir os diretores da empresa. O Diretor-Presidente e Diretor Geral, por sua vez, são escolhidos diretamente pelo Presidente da República. No entanto, os cinco membros do conselho de

administração são indicados pelo poder Executivo (Ministérios ou pelo próprio presidente da República).

Na experiência internacional da comunicação pública, os Conselhos variam quanto à forma, funcionamento, composição e duração do mandato, mas guardam, entre si, a prerrogativa fundamental de controlar a linha editorial e a qualidade dos conteúdos veiculados.

No que se refere ao Brasil, o Conselho, apesar de presumível boa intenção, ainda se ressentido do estigma governamental: a escolha dos Conselheiros conserva um viés predominantemente político.

Para garantir o rodízio dos integrantes, os conselheiros da EBC têm mandatos que variam de dois a quatro anos. A Legislação prevê que, em suas próximas renovações, o Conselho faça consultas a um conjunto de entidades representativas de diferentes setores da sociedade para elaborar a lista de indicações.

Em depoimento à Agência Brasil, em 2007, Franklin Martins admitiu em entrevista que:

As personalidades que estão no Conselho têm evidente independência em relação ao governo e poderão fiscalizar se a televisão pública será uma televisão plural. A ingerência dos governantes é um dos maiores problemas a ser enfrentado por qualquer televisão pública. Para isso, é preciso haver mecanismos por meio dos quais a sociedade controle a tentação dos ocupantes do poder. A idéia é que os conselhos se regulem entre si e regulem o andamento da empresa – financeiramente, administrativamente e, sobretudo, em relação ao cumprimento do seu compromisso social na produção e transmissão de conteúdos ou na disponibilização do seu espaço televisivo. Os membros destes conselhos são, na prática, representantes da sociedade civil, que tem ingerência direta no funcionamento da emissora. O bom funcionamento desses conselhos deve garantir a independência e a isenção da emissora,

mas isso também depende do nível de independência e isenção que estes conselhos têm do governo.

Na Lei que deu origem à TV Brasil foi aprovada a contribuição para o Fomento da Radiocomunicação Pública, com recursos oriundos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL). Dessa forma, ela não dependeria apenas da verba do orçamento da União e do empenho do Governo para a sua aprovação. Porém, em 2008, os recursos do FISTEL ficaram retidos depois que a oposição questionou a sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Essa Lei, embora limitada às emissoras do Governo Federal, incorporou os fundamentos há muito consagrados entre aqueles que fazem televisão pública no País.

A Portaria Nº 19, de 2008, criou o Programa de Estímulo à Parceria entre a Produção Independente e a Televisão. Em 2009, consolidaram-se as parcerias com Empresa Brasil de Comunicação/TV Brasil, Fundação Padre Anchieta/TV Cultura, Instituto de Radiodifusão da Bahia - IRDEB, Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais. Em 2010 houve uma aproximação junto à ABCCOM - Associação Brasileira de Canais Comunitários no intuito de ampliar seu raio de ação no país.

A TV Brasil conseguiu uma forte parceria com a TV Cultura e já está disponível nos seguintes estados:

- São Paulo (Geradora);
- Amazonas (Manaus);
- Bahia;
- Goiás (90% do estado);
- Mato Grosso do Sul;
- Pará
- Paraíba (Campina Grande, Fagundes, Guarabira, Mamanguape, Monteiro, Pombal, Rio Tinto, Sousa e João Pessoa);

- Paraná (Curitiba e regiões oeste, norte, noroeste e região dos campos (11 cidades)
- Piauí (Teresina, Timon, regiões centro sul e litoral)
- Rio Grande do Sul
- Santa Catarina.

A TV Brasil implantou na montagem de sua grade de programação, com especial destaque, às políticas de fomento à produção independente para tentar disputar os maiores índices de audiência e, com isso, ser capaz de competir com as emissoras comerciais. Isso não quer dizer que emissoras públicas não disputem audiência. Elas disputam, mas com um propósito essencialmente crítico. Boa parte de sua programação está sendo feita em parceria com a produção independente e com outras instituições públicas e privadas.

Havia a necessidade de expandir os sinais, pois a cobertura do território nacional era precariamente proporcionada por apenas três canais (TVE-RJ, TVE MA e TVE-RJ). Para enfrentar o problema foram articuladas novas plataformas de distribuição e entrega da programação à sociedade brasileira, sob pena de a televisão pública permanecer restrita aos três estados da Federação em que tinha canais abertos analógicos (RJ, DF e MA). Em 2008 eram cinco canais, sendo um deles digital (SP). O primeiro da rede da TV Brasil com a nova tecnologia.

Na distribuição aberta analógica, transmite diretamente para esses estados e para a cidade de São Paulo. As redes incorporadas deixam de transmitir a sua grade de programação e passam a transmitir apenas a TV Brasil, a rede de Televisão Pública brasileira.

Para Franklin Martins (Tela Viva, 2007, p.46):

A importância da produção independente na grade da televisão pública é vital. O modelo de televisão pública não pode como a comercial, ser de cima para baixo. Deve haver interação. Em primeiro lugar vamos partir de alguma coisa, mas haverá

produção de muitos lugares. E não apenas na hora do jornalismo local, como é de um modo geral na rede.

A TV Brasil é parceira do Ministério da Cultura e de outras entidades, públicas e privadas, num conjunto de políticas de fomento cultural que têm dinamizado o audiovisual brasileiro. Os índios, os negros, os portadores de necessidades especiais e outras minorias estão entre as preocupações da programação da emissora, que oferece programas com legenda oculta e Libras em número de horas superior ao exigido pelo Ministério das Comunicações.

A grade de programação provisória da TV Brasil foi montada com programas da antiga TV Educativa, amplamente majoritários, e muitos poucos da grade da TV Nacional/Radiobrás, que transmitia basicamente programação governamental

Fiel ao compromisso de expressar a diversidade cultural do país, a TV Brasil começou a buscar uma nova programação, observando os princípios e a natureza diferenciada preconizada pela lei. Ela precisa ser arrojada e atraente, mas deve ser basicamente educativa, informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania.

Depois de São Paulo, a Empresa Brasil de Comunicação tomou providências para obter a consignação e planejar a instalação de outros canais digitais. Com o novo modelo de rede e com a instalação de retransmissoras próprias, a perspectiva da direção da empresa é levar a TV Brasil a vinte e quatro unidades da federação. No sinal digital, estão reservados canais no espectro de radiofrequências para a emissora nessas mesmas localidades. A Lei estabelece para as operadoras de televisão por assinatura de veicular obrigatoriamente o canal em todos os seus pacotes e planos.

No sitio da TV Brasil consta que a emissora é oferecida a 1,9 milhão de assinantes (96,27% do total) do serviço via Satélite DTH, a 2 milhões de assinantes (57,66%) do serviço de TV a cabo em 96 cidades, e gratuitamente pela banda C

para quem possui parabólica, o que representa um universo de 50 milhões de brasileiros.

No dia 21 de abril de 2009, foi inaugurado o segundo canal digital em Brasília. A TV Brasil foi a primeira emissora aberta a transmitir com a nova tecnologia na cidade. Em junho foi a vez do Rio de Janeiro. Em 2011, entram em operação os canais digitais de Porto Alegre, RS, São Luis, MA e Belo Horizonte (MG).

Nas televisões aberta e fechada (cabo), o sinal está disponível nas seguintes cidades:

- ✓ Rio de Janeiro: Canal 2 (VHF analógico), canal 32 (UHF analógico), canal 41 (UHF digital), Canal 18 (Net Cabo analógica) e Canal 116 (Sky / Direct TV).
- ✓ Brasília: Canal 2 (VHF analógico), Canal 15 (UHF digital), Canal 16 (Net Cabo) e Canal 116 (Sky / Direct TV).
- ✓ São Luís: Canal 2 (VHF analógico), Canal 34 (UHF digital), Canal 18 (Net Cabo analógica) e Canal 116 (Sky / Direct TV).
- ✓ São Paulo: Canal 68 (UHF digital), Canal 4 (Net Cabo digital) e Canal 116 (Sky / Direct TV).
- ✓ Tocantins: TV Palmas – Canal 23 (UHF digital) e Canal 11 (VHF analógico)

Para quem não dispuser de nenhuma destas formas de sintonização, ainda será possível receber a programação da TV Brasil, ao vivo, através do TVWEB. Essa é uma forma muito utilizada pelos brasileiros que moram no exterior, em países que a TV Brasil Internacional ainda não chegou.

A unificação e gestão, sob controle social, das emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação, bem como a articulação e implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública é um dever da EBC/TV Brasil. Dentro do sistema de radiodifusão público não-estatal, as diretrizes de gestão, programação e fiscalização devem ser atribuídas ao órgão colegiado

deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Estado ou o Governo não devem ter maioria.

A formação do comitê de rede da TV Brasil aumentou o seu alcance de forma criativa, através de uma estrutura já existente, mas não resolveu o problema de fato, até porque, das vinte e sete unidades federativas, apenas vinte e uma recebem o seu sinal, um número expressivo, mas ainda insuficiente.

Em 2010, a emissora transmitiu simultaneamente em rede com as demais emissoras geradoras e chegou a alcançar 38% dos domicílios brasileiros com televisão. Soma-se a isso o universo de público alcançado pelas operadoras de TV por assinaturas – NET, SKY, DIRECT TV e TEC SAT. Pode ser sintonizada por mais de 15 milhões de antenas parabólicas instaladas em locais isolados e com dificuldades de captação de sinal de TV, como a região de palafitas da Amazônia, bairros da periferia das cidades, assim como outras comunidades isoladas.

As emissoras que retransmitem seu sinal têm a obrigação, conforme regulamento, de terem no mínimo quatro horas diárias de programação local. A parceria com o governo inclui, além de auxílio na capacitação técnica, apoio ao financiamento das redes.

Nos municípios em que a parceria for fechada, a TV Brasil será transmitida. Onde não houver parceria, caberá ao Governo estudar cada caso. A princípio não há intenção de montar rede aberta para transmissão em todas as 5.561 cidades do país. Segundo o Governo, isso é praticamente inviável, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista técnico.

Apesar de ter uma estrutura muito mais pública do que suas antecessoras, a TV Brasil ainda é vulnerável às vontades do Planalto. Isso não quer dizer que ela seja cotidianamente instrumentalizada pelo poder, mas sua estrutura confere à Presidência da República os meios para constrangê-la, pressioná-la e enquadrá-la em finalidades de propaganda, quando, é claro, existe tal intenção. Se o presente governo aparentemente não se vale desses meios, não tem como garantir que, no futuro, outros ocupantes do Planalto exerçam esse tipo de poder.

O Ministério da Cultura, através da Secretaria do Audiovisual, tem não só apoiado como também trabalhado junto às televisões públicas para sua nova concepção. Investindo em recursos financeiros, no desenvolvimento de conteúdos, ressaltando os programas destinados ao público infantil de alta qualidade, produções de documentários independentes de cinema e vídeos nacionais.

De acordo com o relatório de atividades da EBC 2008/2009, a TV Brasil, no espaço de um ano de existência, criou dez programas jornalísticos de televisão, além de programas com formato para debates e de abordagens sobre questões sociais do país e de ordem cultural. Exibiu durante esse período a cultura regional de cada canto do país, como o carnaval e festas juninas do Nordeste; datas cívicas como 7 de setembro, que foram mostradas em sua programação, direto de Brasília DF, o que rendeu à TV Brasil o maior índice de audiência já em seu primeiro ano de vida, ao alcançar 20% do *share*. Outros programas que antes obtinham média de 1% a 2%, alcançam hoje *share* de 3% tendo já superado a marca dos 5% o que indica boa aceitação do telespectador.

A formação da Rede Nacional de Televisão Pública (RNTP) vem sendo articulada desde 2007. Gradualmente, diversas emissoras foram adotando a programação da TV Brasil e firmando acordos, no início informais. Recentemente, duas pendências foram resgatadas pela EBC/TV Brasil. Em Rio Branco, no dia 30 de setembro de 2010, foi assinado o acordo com a TV Aldeia. No dia 7 de outubro, em Porto Alegre, foi assinado o acordo com a Fundação Piratini/TVE-RS.

Em alguns estados, a Empresa Brasil de Comunicação tem firmado convênios com Universidades Federais para que elas possam operar os canais geradores obtidos pela empresa. Estas emissoras seguem a norma da rede e retransmitem parcialmente a programação da TV Brasil, reservando espaço para sua própria programação na grade. O número de horas varia, mas em média são garantidas dez horas para televisão pública nacional. Já estão operando sob esta modalidade: João Pessoa, Goiânia, Cuiabá, Recife, Natal e Boa Vista. As Universidades Federais de Porto Velho e Macapá também vão operar emissoras EBCUs, por esta modalidade de contrato, o mesmo será assinado com as

emissoras estaduais congregadas a ABEPEC. Por isso todas elas integram a chamada Rede Nacional de Televisão Pública, que tomou forma jurídica e operacional no encontro de 27 de maio de 2010, quando foram assinados boa parte dos contratos de rede, firmados acordos para a produção de conteúdos jornalísticos, com ajuda financeira da EBC, e pactuada a grade de transmissão simultânea entre a TV Brasil e todas elas, entrando no ar em 3 de maio de 2010.

A TV Brasil transmitiu, em 2010, pela primeira vez, ao vivo, o que há de melhor em cultura popular de vários estados do nosso País. Dois novos programas entraram na grade da TV Brasil: “Cara e Coroa” e “Brasilianas.org” – programa semanal de debate sobre políticas públicas e questões nacionais.

Entre 2007 e 2011, o jornalismo dos canais das EBC fez grandes coberturas nacionais e internacionais, destacando-se:

- Carnavais do Brasil (todos os anos);
- Olimpíadas e Paraolimpíadas de Pequim;
- Festa juninas do Brasil;
- Enchentes brasileiras (em diferentes estados);
- Conferencia do Clima;
- Reuniões do G-20;
- Terremoto do Haiti.

A EBC/TV Brasil valorizou o cinema e a animação, abrindo espaço para a diversidade étnica com o objetivo de fortalecer o filme brasileiro. Continua a incentivar a exibição de filmes nacionais, longas e curtas, documentários. Estreou novos programas na grade: “Programa de Cinema”, “Curta Brasil”, “Animania”, “Doc-África”, “Oriente”, “Doc-TV”, “Fic-TV”, “Mais Cultura”, “Etnodoc”, “AnimaTV” e o “Doc-CPLP”.

Segundo a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ, 2008), a programação da TV Brasil é dividida em faixas temáticas: infantil, animação, audiovisual, cidadania, esportes. Um dos grandes atrativos da Emissora são os

filmes e documentários nacionais, exibidos três vezes por semana. Com quatro horas diárias de produção independente e regional, a Televisão Brasil, também, veicula alguns programas de outras emissoras públicas, como é o caso do “Roda Viva” da TV Cultura de São Paulo. Os programas estão veiculados aos seguintes gêneros: Jornalismo (13), Documentários (14), Dramaturgia (2), Esportes (3), Infantil (32), Cultura (9), Cidadania (13), Educação (5), Música (7), Juvenil (9) e Filmes (2).

A tradição de uma programação infantil de qualidade, com viés nacional e conteúdo formador, tiveram início na Televisão Cultura de São Paulo e foi seguida pela Televisão Educativa do Rio de Janeiro. Essa programação busca dar continuidade a este compromisso, mantendo no ar e produzindo novas séries de programas como “A Turma do Pererê” e “O Menino Muito Maluquinho”.

O cartunista Ziraldo, criador de conteúdos infantis, estreou o “ABZ do Ziraldo”, programa que incentiva o hábito da leitura entre as crianças. Apresentado pelo próprio escritor, o programa é exibido aos domingos, com participação de um coral infantil e de uma platéia repleta de crianças que estudam em escolas públicas. A cada domingo, um escritor é convidado para divulgar sua obra e ser entrevistado por Ziraldo e pelas crianças. O programa ainda abre espaço para o contador de história, com apresentação rica de objetos cênicos, acompanhamento musical e interatividade das crianças da platéia.

Em entrevista a jornalista Alessandra Bastos, da Agência Brasil de Notícias (24/11/2006), Jorge Cunha Lima, então presidente do Conselho Curador da TV Cultura e da ABEPEC – Associação Brasileira das Emissoras Pública, Educativas e Culturais, afirmou:

O governo tem que começar a entender que a criança fica, em média, quatro horas em frente à TV. Toda educação que recebiam em casa, na mesa de jantar, a formação cívica que recebiam na velha escola republicana não recebem mais. A televisão virou não apenas a baba, mas o professor, a mãe, o pai. É

preciso ter um senso crítico maior em relação à programação da televisão e um jornalismo onde não prevaleça o espetáculo da notícia sobre a compreensão do acontecimento. É uma educação complementar para revelar valores da nossa identidade, como artistas não consagrados.

Quase toda a programação exibida nos programas infantis é feita fora do país. Só a TV Ratibum, TVE, TV Cultura e, agora a TV Brasil, fazem produção brasileira. Para os jovens, a TV Brasil oferece o programa “Atitude.com”, além de programas de variedades como “Conversa Afinada” e “Comentário Geral”.

Com o programa “Revista Brasil”, uma janela para diferentes temáticas culturais abriu um novo espaço de debates e entrevistas. A faixa musical estreou com o programa “Bossa Sempre Nova”, “Clube do Choro”, “Samba na Gamboa”, “Nos Braços da Viola” e “Som na Rural”.

Para o jornalista Lauro Jardim:

A audiência de vários programas da TV Brasil, já está acima do traço e alguns filmes na programação da madrugada, como o “Repórter Brasil” está com audiência crescente continuada. Na última semana de julho de 2010 chegou a 1.72. A TV Brasil vem praticando percentuais até superiores, em busca de uma grade que melhor expresse nossa diversidade social, cultural e regional. Ao mesmo tempo, criou a faixa “Sons do Brasil”, dedicada à nossa riqueza musical, e vem seguindo um calendário de transmissão das festas populares brasileiras.

O “traço” significa 0.0 ou 0.2 de audiência e algumas emissoras têm muita dificuldade para se livrar dele. De três anos para cá (2009/2011), a TV Cultura vem sendo seguida de perto pela TV Brasil. As duas, no entanto, direta ou indiretamente, padecem de vulnerabilidades estruturais advindas da existência de vasos comunicantes que as vinculam ao poder Executivo.

Segundo estudiosos e especialistas do setor televisivo, a nova Rede Nacional de Televisão Pública pode representar a concretização do princípio da complementaridade dos sistemas de radiodifusão pública ou comprometer o princípio do pluralismo mediante uma programação que não observe todos os pontos de vista político-partidários e seja apenas favorável ao governo de plantão. Compete ao seu Conselho Curador a missão de cuidar dos princípios e objetivos que vinculam a televisão estatal. Se falhar nessa tarefa, a própria democracia na televisão brasileira estará em perigo.

Em 2011, a pedido do Conselho Curador da TV Brasil, a professora Inês Vitorino (2011, p. 87) da Universidade Federal do Ceará, fez um estudo qualitativo sobre sua programação. Apesar de ter recomendado atenção a alguns aspectos, como a redução do segmento internacional, ressaltou que “os programas são considerados provocativos, divertidos, envolventes e agradáveis. Estando em sintonia com o mundo de experiência da criança, além de levá-la a sério”. A professora destacou ainda que em termos da qualidade de conteúdos específicos, a emissora pública oferece uma programação de qualidade.

A televisão pública pode encher de esperança milhares de cidadãos brasileiros que sempre sonharam com melhor qualidade de vida, educação, cultura e cidadania. Para cumprir este papel de cunho social esperado precisa atingir toda a população.

Na posse da presidenta Dilma Rousseff, a EBC coordenou o *pool* de emissoras que fez a transmissão ao vivo. A cobertura integrada da Agência Brasil e TV Brasil foi das mais completas e diferenciadas. A TV Brasil Internacional transmitiu para mais de 60 países e seu sinal foi usado por dezenas de emissoras estrangeiras, inclusive pela CNN Internacional.

A TV Brasil Internacional é distribuída no exterior pelas seguintes operadoras:

- África – Canal 574 da Multichoice, Pacote Premium Portuguese ou canais associados a Multichoice em 49 países africanos;

- EUA – Canal 597 da Dish Network, em todo o país;
- Portugal – Canal 94 da operadora Meo TV; e
- América Latina – Diferentes operadoras a cabo em diferentes países.

A Rede Nacional de Televisão Pública vem se esforçando para ampliar a cota de conteúdos nacionais, mas isso só será possível quando a emissora puder aumentar sua produção própria ou quando o mercado brasileiro responder à demanda e oferecer mais conteúdos para licenciamento. É preciso investir na televisão pública para que ela possa tornar-se mais atrativa e presente na sociedade, não com o intuito de defender governos, mas para mostrar o trabalho, por exemplo, de infra-estrutura que está a ser feito.

CAPÍTULO IV

PERSPECTIVAS DA TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA

O esforço da EBC - Empresa Brasil de Comunicação para formação de uma Rede Nacional de Televisão Pública (RNTP) pode não ter sido suficiente para levar o sinal a todo país, incluindo as áreas não cobertas pelas emissoras estaduais ou por qualquer sinal terrestre de televisão, mas as perspectivas de sua atuação são positivas e refletem o anseio por parte do Governo, empresários do setor e sociedade civil por uma televisão pública, cidadã, pluralista e democrática.

No sítio da Empresa Brasil de Comunicação, a ex-Diretora-Presidente Tereza Cruvinel comentou sobre as perspectivas futuras quanto à postura da TV Brasil:

As expectativas são as melhores possíveis, se entendermos que ela (TV Brasil) veio atender a uma antiga aspiração da sociedade brasileira por uma televisão pública nacional, independente e democrática, cuja finalidade deve ser de complementar a migração do sistema analógico para o digital e ampliar a oferta de conteúdos, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania.

A questão, é que o país não sabe como colocar tanto conteúdo na televisão, faltam profissionais e *Know-how*. Segundo o especialista em televisão digital Marcelo Zuffo (ZUFFO, 2009), “O problema está muito mais concentrado em como produzir conteúdo do que se há tecnologia para isso. É preciso resgatar a ousadia na experimentação dos conteúdos”.

Os primeiros estudos no País sobre avanços tecnológicos para a radiodifusão e telecomunicações da era digital tiveram sua origem na formação, em 1991, da Comissão Assessora para assuntos na Televisão (Com-TV), pelo Ministério das Comunicações. Estudos estes que não deram resultados, sendo

boicotados pela pouca vontade política para o avanço do tema, que ficaram em aberto, no campo da hipótese.

A Comissão tinha como objetivo principal o estudo e a análise da TV de alta definição (HDTV) em desenvolvimento em alguns países, principalmente no Japão e nos EUA, e em discussão no âmbito da União Internacional de Telecomunicações UIT (sigla em inglês). Após o surgimento dos sistemas digitais, a TV de alta definição passou a ser chamada de TVD - Televisão Digital, uma vez que praticamente pararam os estudos sobre a TV Analógica.

Entre as várias inovações da televisão digital (TVD) encontram-se: a ondulação digital de sinal (Digital Television – DTV), a mobilidade (mTV mobile Television), as transações bidirecionais de informação multimídia (iTV interactive Television) e a maior definição de som e imagem (HDTV High Definition Television).

Na transmissão digital, os sinais de som e imagem são representados por uma seqüência de *bits* (simplificação para dígito binário, "*Binary digit*" em inglês) que é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida e reconhecida por um computador. Essa transição não significa apenas uma mudança na forma de geração, transmissão e recepção dos sinais, mas principalmente, possibilita uma interação do receptor com a programação e o oferecimento de novos serviços.

Depois que o processo de digitalização da televisão no País estiver completado, em 2016, a população terá mais do que sons e imagens melhores. Com a abertura de mais canais para a TV aberta, a oferta de conteúdo vai aumentar e haverá mais opções para o público. O aprimoramento das tecnologias de compressão de sinal fará com que a banda digital comporte dois canais em alta definição onde hoje cabe apenas um.

A maior oferta de faixas pressupõe, em princípio, um salto na produção de novos programas e de forma mais socializada, como afirma Navarro (SBPC, 2008). "Haverá um aumento da oferta de produções independentes". No caso das televisões públicas, esse número pode ser multiplicado por quatro. Isso porque, ao

contrário das produtoras privadas, as televisões estatais têm autorização para dividir a banda digital em quatro, o que, em contrapartida, diminui a qualidade da imagem, mantendo-a em padrões similares aos atuais.

O sistema digital, já empregado em outros países, chega ao Brasil com o projeto, por parte dos radiodifusores, de especialmente transportar som e imagem em alta definição, além de viabilizar serviços com interatividade, portabilidade e mobilidade.

Para veicular programas em HD é preciso produzir conteúdo nesse formato, o que requer mudança nos processos de realização, já que muitos detalhes imperceptíveis no modelo analógico são realçados no digital. Abre-se também a exigência de produzir mais conteúdo, para incluir opções de interatividade, o que afeta as TVs abertas, a cabo e por satélite.

Novas perspectivas estão surgindo após a criação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T). A opção deste sistema digital terrestre atendeu satisfatoriamente à proposta do Governo Federal. O objetivo é disseminar o serviço público através do e-gov (governo eletrônico), penetrando na maior quantidade possível de lares brasileiros. Porém, para que essa interatividade se dê para o usuário, este deverá possuir um canal de retorno em sua casa.

O SBTVD-T permite a transmissão de aplicativos interativos no padrão Ginga NCL/LUA e Ginga JAVA. Esses aplicativos precisam obedecer a normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para funcionarem adequadamente nos receptores. Com o laboratório de transmissão de conteúdo interativo, a área de engenharia da EBC pode então homologar os aplicativos elaborados pela empresa. Alguns aplicativos estão sendo desenvolvidos em parceria com instituições públicas como a CEF e a Previdência Social.

Para os pesquisadores Bolanõ e Brittos (2007, p. 17):

O modelo televisivo de transmissão digital via terrestre é uma inovação que pode representar a continuidade do processo de

exclusão típico do país ou a abertura democrática para inclusão digital. Para isso, só há uma possibilidade: desenvolver a infraestrutura material e intelectual do país, pensado na sua diversidade.

Nesse sentido, o SBTVD-T, permitiu que pesquisadores repensassem o sistema de comunicações no Brasil, em especial tanto na defesa do direito à comunicação, quanto no de apontar diretrizes para regulação e políticas públicas de fomento para o setor, estabelecendo referências para a construção de um novo modelo institucional para as comunicações no País; isto sem perder a identidade, a qualidade do conteúdo da programação e o compromisso com a diversidade regional, a ética profissional e a multipluralidade artística e cultural.

O Governo Federal elegeu a inclusão social e digital como forma de democratização da informação e ainda previu a criação de uma rede de educação universal como meta a ser alcançada pela televisão digital. Tal decisão fica explícita no artigo 1º, inciso I e II do Decreto lei N. 4.901/2003:

I - promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;

II - propiciar a criação de rede universal de educação à distância.

No setor público, ao final de 2010, a EBC deu um passo concreto nesse sentido. Colocou na praça um edital para a construção da rede de transmissão nacional de televisão digital, destinada aos canais não comerciais. Prevê-se que até 2014 os 273 municípios brasileiros com mais de cem mil habitantes estarão cobertos pelo sinal dessas emissoras. Se o Governo atingir essas metas será um trunfo para um País que detém um dos maiores sistemas de televisão aberta do mundo, tendo como característica marcante o acesso gratuito para os usuários (6 grandes redes e mais de 400 retransmissoras).

Há cerca de 5.565 municípios em todo território nacional; a Rede TV Brasil estima cobrir 1.716 municípios em 23 estados, atingindo 100 milhões de brasileiros, que passarão a receber a programação em sinal aberto e gratuitamente. A tendência é de uma expansão física ainda maior para os próximos anos. Mas por enquanto, a implantação é lenta e somente o mecanismo de HDTV (alta definição) é disponibilizado, sendo que o acesso a essa tecnologia se dá somente àqueles que se encontram nas cidades que já transmitem em sinal digital e que possuem o televisor com receptor digital ou o “set-top-box” (conversor de sistemas).

Como informa o professor e Diretor da RTV Unicamp José Eduardo Ribeiro de Paiva:

A TV digital está muito mais acentuando uma exclusão do que uma inclusão. Para ser beneficiado da tecnologia digital, o telespectador tem que ter um aparelho de alta definição que custa mais caro. A sociedade não está se beneficiando da TV digital enquanto uma ferramenta a mais para o processo de inclusão social.

Outro entrave que torna o processo mais moroso, uma vez que só quem tem poder aquisitivo para adquirir o aparelho poderá usufruir dessa nova tecnologia.

Por outro lado, Cláudio Magalhães (ABTU, 2011), presidente da ABTU, afirma que, “as TVs Universitárias estão prontas para ocupar o espectro digital e contribuir para a construção de uma rede pública de televisão compromissada com informação de qualidade, educação, cidadania, cultura”.

O espectro eletromagnético, por onde trafegam as ondas televisivas pode ser comparado, no Brasil, às terras devolutas. Desde os anos 1930, grupos interessados no uso comercial da televisão as foram ocupando. Favorecidos por legislações feitas segundo seus interesses particulares acabaram por dominar

praticamente todos os espaços, perpetuando-se na área, como se fossem donos dos lotes. E não apenas ocupantes temporários, como diz a Lei. Hoje não há mais espaço disponível nos grandes centros para emissão de sinais analógicos de televisão. Existem indícios fortes de irregularidades em diversas das atuais concessões.

A televisão pública digitalizada pode se apresentar como uma plataforma tecnológica capaz de realizar a convergência de inúmeros serviços de comunicações, podendo reduzir as fronteiras entre as indústrias culturais e os modelos organizacionais característicos de cada uma delas. Como exemplo, ela poderá se constituir num novo dispositivo midiático a serviço da escola, posto de saúde, museu interativo e leitura de jornal, bem como para ver filmes, telenovelas e telejornais na hora que cada um quiser. Porém, levará um bom tempo até que os brasileiros possam usufruir dessa tecnologia também chamada de 'interatividade plena' ou 'interatividade nível III'.

Pode-se até pensar que a chave para a aceitação do modelo público seja a ampliação do circuito de emissoras públicas e, ainda, que a população brasileira possa ter/ver a oportunidade de alcançar visibilidade de suas questões regionais. Acredito que seja mais do que isso e sim que sua linguagem e modo de se apresentar, sendo próprios, tenham o apelo de comunicação que as emissoras comerciais têm.

É imprescindível que se desprenda do engessamento governamental. Para tais é fundamental a garantia de seu funcionamento independentemente e comprometido com as expectativas inerentes à formação e ao amadurecimento do telespectador-cidadão.

As emissoras do campo público têm o dever de liderar uma Rede Nacional de Televisão Pública que possa concorrer (no bom sentido) com as redes privadas. É assim que a qualidade ainda se mantém em alguns países da Europa, onde os canais mantidos pela propaganda disputam palmo a palmo a liderança da audiência com as emissoras públicas. Três exemplos: na Alemanha, as emissoras públicas tem cerca de 43% da audiência, na França 45%, e na Inglaterra 53%.

Eis aí outros índices que devem ser perseguidos pela televisão pública no Brasil. Seria ideal que, além de baixar a taxa de juros e evitar o crescimento da inflação, segundo Leal Filho (2006, p.110), “o governo aumentasse as taxas de audiência das emissoras públicas e estatais, elevando o nível da programação para o bem da saúde mental do país”.

Para transmissão em todo o país, a TV Brasil tem buscado convênios com outras emissoras do campo público, com o objetivo de cobrir todos os estados, podendo, assim, espelhar suas realidades. Em 2009, conseguiu sua primeira afiliação, ao ganhar cobertura no Estado de Tocantins: a TV Palmas, em 1 de janeiro, depois de ser afiliada à TV Cultura por quase 12 anos (1996-2008).

Em tese, o Governo tem três alternativas para a expansão da Rede Nacional de Televisão Pública:

1. Implementar as parcerias com redes estatais, educacionais e comunitárias;
2. Investir em parque tecnológico próprio;
3. Se aliar às redes privadas comerciais, que transmitem seu sinal para a rede aberta, e se utilizar dos canais adicionais que as mesmas terão disponíveis quando migrarem para a TV digital.

A primeira alternativa é a que está sendo cogitada desde o final do governo Lula. A conquista da concessão de canais abertos por redes federais e estaduais governamentais e o início da sua operação efetiva devem aumentar as chances de expansão do sinal da televisão pública, em caso de sucesso na parceria.

Mais de 20 (vinte) milhões de parabólicas levam sinal de televisão a cerca de 60 (sessenta) milhões de brasileiros em todo o Brasil. Hoje este é um meio fundamental na distribuição da programação da TV Brasil. Outro dado fornecido pela Anatel mostra que 30 (trinta) milhões de pessoas têm acesso à TV por assinatura.

As TVs Câmara e Senado obtiveram a possibilidade de operar em sinal aberto UHF em Brasília (DF). O Senado, sem a necessidade de parabólicas ou de assinatura de TV a cabo, começou a investir na instalação de emissoras UHF em outras capitais brasileiras:

- ✓ Salvador (canal 53 UHF)
- ✓ João Pessoa (canal 40 UHF)
- ✓ Recife (canal 55 UHF)
- ✓ Manaus (canal 57 UHF)
- ✓ Fortaleza (canal 43 UHF)
- ✓ Rio de Janeiro (canais 49 e 64/UHF)
- ✓ Maceió (canal 35/UHF)
- ✓ Natal (canal 52/UHF)
- ✓ Goiânia (canal 21/UHF)
- ✓ Belém (canal 44/UHF)
- ✓ Cuiabá (canal 56/UHF)
- ✓ Boa Vista (canal 13 VHF)

Segundo Santos (INTERCOM, 2006), “nessas emissoras, a programação consiste em seções plenárias, reuniões de comissões temáticas, comissões parlamentares de inquérito (CPIs), audiências públicas, além de programas de cunho educativo, cultural e jornalístico”. Elas estão administrativa e financeiramente atreladas às mesas diretoras das respectivas casas legislativas. O sítio da Televisão Senado apresenta como diretriz a ‘independência editorial para o desenvolvimento dos seus projetos e produtos jornalísticos’. A TV Câmara alicerça sua independência num Conselho Editorial formado por Diretores Geral e Executivo da TV, seis responsáveis pelos Núcleos de Produção e dois representantes dos colaboradores (servidores e terceirizados) que participam de reuniões nas quais são decididos os projetos a serem desenvolvidos e aferido o controle de qualidade da programação.

As televisões legislativas tornaram-se importantes instrumentos de cidadania, possibilitando o acompanhamento mais transparente do cotidiano do Parlamento. Isso pôde ser comprovado nas transmissões das seções da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, em 2005.

De acordo com a ANATEL, o país tem hoje cerca de 600 (seiscentas) emissoras geradoras de televisão analógica, aproximadamente 3.000 (três mil) retransmissoras, além de outras 12.000 (doze mil) repetidoras. As redes abertas estão presentes em praticamente todas as cidades do Brasil. Apesar de possuírem formatos totalmente diferenciados, tanto do ponto de vista de constituição, quanto de conteúdo e de sustentabilidade financeira, um modelo econômico de parceria com redes de televisão aberta deve ser estudado pela televisão pública. Nesse sentido poderia viabilizar financeiramente a migração das redes abertas analógicas para a tecnologia digital.

A Rede Nacional de Televisão Pública deve tornar-se a grande alavanca para que a sociedade possa ter acesso à comunicação e informação de qualidade e conteúdo. Para que isso ocorra, deverá investir em infra-estrutura própria de transmissão: *software*, *encoder*, multiplexador, transmissor, antena, cabos, modulador, microondas, local para instalação, concessão de canal, além de associar-se a programas de fomento às produções associadas, incentivando a descentralização das produções audiovisuais e fazendo uso do financiamento de pesquisa de conteúdos digitais oferecidos pelos programas em curso nas diferentes esferas de Governo.

Para garantir a mais rápida implantação e desenvolvimento destas redes, e da sua própria rede digital, hoje apenas com seis canais implantados (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte e São Luis, as três últimas em transmissão experimental), a EBC investiu no desenvolvimento do projeto de um Operador Único da Rede de Televisão Pública Digital, inspirado em sistemas semelhantes do Japão, operado pela NHK. A plataforma digital comum permitirá que cada emissora transmita sua programação, dispensando os gastos superpostos com torres, antenas e outros equipamentos, o que representaria

grande economia e enorme avanço temporal na migração do campo público-estatal de televisão para o sistema digital.

Em 2010, a EBC/TV Brasil decidiu que sua rede irá trafegar pela malha de fibra óptica da Telebrás. As informações foram confirmadas pelo diretor de serviços da EBC, José Roberto Garcez (Valor, 2010):

Estamos na fase inicial dos testes para compararmos o que está previsto tecnicamente no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) da Telebrás e a estrutura que nós precisamos. Vimos na Telebrás não só a chance de reduzir consideravelmente os gastos, mas também de ampliar o alcance do nosso sinal digital. Uma das possibilidades é a Empresa Brasileira de Comunicação firmar um contrato de prestação de serviços com a Telebrás. Outro caminho seria as estatais se unirem em um tipo de consórcio para dividir as despesas da infra-estrutura utilizada.

A parceria com a Telebrás mexeu com as metas de cobertura da rede da EBC, que engloba os canais TV Brasil, TV Senado, TV Câmara e TV Justiça, além dos futuros Canal da Cidadania e Canal da Educação. A meta inicial é chegar a 1.012 cidades até 2014, ano em que o Brasil sediará a Copa do Mundo, alcançando quase 70% da população. Com a Telebrás, segundo Garcez, “será possível alcançar até 4,3 mil cidades em quatro anos”.

A redução de custo que a EBC teve com a rede da Telebrás ainda não foi quantificada, mas a estatal acredita na possibilidade de reduzir em 50% os gastos anteriormente previstos, o que significa R\$ 1,4 bilhão. Além do aproveitamento da malha de fibra da Telebrás - que hoje atinge 11,4 mil km, com meta de chegar a 30,8 mil km em 2014, está em estudo o uso das torres de transmissão que a tele vai instalar para transmitir seu sinal de banda larga para os municípios. A idéia é que, além do transmissor do sinal de internet, a torre também carregue um sistema de radiodifusão para o sinal digital da televisão. "As torres de distribuição do sinal de banda larga costumam ter, no máximo, 100 metros de

altura, quando as torres de televisão alcançam, em algumas situações, até 120 metros. São questões como essas que estamos equacionando", comenta Garcez.

A Telebrás iniciou o mapeamento dos provedores de internet interessados em parcerias com o governo na implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Os provedores terão que oferecer ao usuário final um *link* com velocidade mínima de 512 kbps a um preço de R\$ 35,00. Segundo a estatal, cerca de 550 provedores já sinalizaram interesse em participar do projeto até agora. O caixa atual da Telebrás soma R\$ 284 milhões, mas há um pedido de mais R\$ 600 milhões que tramita no Congresso Nacional. A proposta orçamentária apresentada pelo governo para 2011 prevê o aporte de mais R\$ 413 milhões.

A estatal iniciou a rodada de compra de equipamentos para colocar em funcionamento sua rede de fibra óptica. A primeira compra foi fechada com a brasileira Padtec, em 2010, um contrato de R\$ 63 milhões. A Telebrás realiza ainda outros quatro pregões eletrônicos, todos com prioridade às empresas que fabriquem no país e que sejam sediadas no Brasil.

Com tantos investimentos, a EBC/TV Brasil deve ser mais valorizada para poder efetivamente servir como ponto de equilíbrio, em ética, qualidade, compromisso social e isenção política. É o que cabe aos brasileiros construir, em favor das gerações futuras.

Ao longo desses quatro anos, o projeto desenvolvido pela EBC tomou a forma jurídica de uma Parceria Público-Privada (PPP), evoluindo depois para a proposta de um consórcio entre a EBC e a Telebrás, que usaria a rede de fibras óticas do Programa Nacional de Banda Larga para transitar conteúdos digitais até o município, onde a EBC finalizaria a estrutura.

O projeto foi apresentado à Presidenta Dilma Rousseff pela ministra-chefe da Secom (Secretaria de Comunicação), Helena Chagas, e pela EBC, obtendo a promessa de que se tornará uma prioridade do Governo. Seu custo pelo modelo EBC/Telebrás chegaria a R\$ 1,9 bilhão de reais. Mas tratando-se de um projeto do Estado brasileiro, sua implantação envolverá decisões e financiamento do Governo que escapam ao controle da EBC.

Até lá, como lembra Eugenio Bucci:

O caminho será com certeza acidentado, talvez longo. Muito dinheiro público ainda vai escoar nesse rio que é um dos veios mais renitentes do patrimonialismo na política brasileira: os agentes políticos crêem fervorosamente que, quando o patrimônio público é constituído de antenas, estúdios, câmeras e microfones, e pode ser usado sem cerimônia para fins partidários, familiares ou escancaradamente pessoais.

O músico, compositor baiano e Ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil é um entusiasta e otimista em relação à TV Brasil. Na abertura da I Confecom, fez um apelo emocionado aos participantes:

A televisão pública brasileira que queremos é um processo que vai além de governos e presidentes. Vai se consolidar e se qualificar por todas as gerações que virão e farão parte da história de nosso país. Peço a todos sensibilidade e grandeza de perceber a importância e a força desse processo, de apostar nesse processo, de fazer dele sua própria história, porque a TV Brasil é de todos e, portanto, de cada um. É dever do governo disponibilizar uma televisão efetivamente do povo.

Há muitas questões ainda pendentes que precisam ser solucionadas com urgência: a ampliação da oferta da TV Brasil no território nacional, a constituição de processos que garantam seu efetivo caráter público e a sua própria identidade.

A Lei que rege o modelo de concessões públicas não se restringe somente à política, mas engloba telefonia móvel, funcionamento de rádios comunitárias, distribuição de verbas de publicidade dos governos a veículos impressos e eletrônicos, enfim, tudo o que tem a ver com o direito à produção e ao

acesso à informação; funciona, entretanto, sob uma legislação obsoleta pela velocidade das transformações nos meios de informação nos últimos anos.

As televisões públicas deveriam imprimir um novo olhar sobre vários temas e áreas fundamentais para a construção do desenvolvimento sustentável, a formação integral do ser humano e a conquista da cidadania plena.

O fortalecimento da televisão pública no Brasil dependerá da própria consolidação do processo de construção da democracia social, política e cultural do país. É a cidadania organizada, consciente de seus direitos e deveres, que irá qualificar a demanda por uma televisão pública autônoma em termos políticos, administrativos e financeiros, e conseqüentemente, independente das leis de mercado e do primado da audiência, característicos da televisão aberta comercial.

Segundo Scorsin (2008, p.305):

A televisão pública é uma das modalidades de serviço integrante do sistema de radiodifusão público, caracterizada como um serviço público não-privativo do Estado, cuja função primordial é a execução de serviços sociais relacionados à educação, à cultura e à informação, realizada por organizações independentes do Estado, com a participação e o controle social, que não integram a administração pública e voltados ao crescimento do telespectador. Não visam à obtenção de lucros com seus serviços e, para tanto, necessitam juridicamente estarem sob modelo público.

É um erro pensar que a comunicação estatal é a que passa o ponto de vista do Governo, nenhuma instituição estatal deve promover pontos de vista do Governo, que é uma instância administrativa, eleita por critérios políticos. Até mesmo a propaganda paga do Governo, quando incorre pontos de vistas partidários, ofende à Lei. A comunicação institucional é aquela que um poder da república dirige diretamente ao público, como a TV Senado, o objeto da comunicação não é a controladora do meio. A estatal é uma modalidade da pública. Assim como a comunitária é uma modalidade da comunicação pública.

A aplicação da noção de serviço público, baseada na idéia de titularidade exclusiva do Estado, limita-se ao sistema de radiodifusão estatal, o qual se destina, basicamente, à realização da comunicação institucional dos Três Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário). Porém, atente-se que a televisão estatal pode realizar outros objetivos no campo da educação e da cultura.

Nesse sentido, a denominada televisão “pública” (TV Brasil), criada pela Medida Provisória n. 398/2007, convertida na Lei n. 11.652, de sete de abril de 2008, é, em verdade, um dos elementos integrantes do sistema de radiodifusão estatal e não propriamente do sistema de radiodifusão público. Diferentemente de uma televisão estatal, algumas emissoras educativas, embora veiculem uma programação diversificada, se consideram estatais por obedecerem integralmente aos governos aos quais estão vinculadas.

Em relação ao sistema privado, os serviços de televisão por radiodifusão de natureza comercial devem ser qualificados como uma atividade econômica em sentido estrito, afastando-se a aplicação da noção de serviço público a esse setor.

O termo televisão “pública” não se trata de uma contraposição ao termo “privada”, pois algumas televisões públicas são privadas. A classificação está ligada ao modo de organização da emissora, no caso em que é administrada por um Conselho que tenha em sua composição representantes dos diversos segmentos da sociedade, coisa que na prática dificilmente ocorre. Pouquíssimas emissoras podem, realmente, usar essa denominação.

Em relação ao sistema de radiodifusão público, duas situações precisam ser diferenciadas.

De um lado, no caso das televisões educativas propôs-se o seu afastamento do setor estatal e sua respectiva integração no sistema de radiodifusão público, tratando-se de um serviço público não privativo do Estado, porém compartilhado com a sociedade.

De outro lado a televisão comunitária, uma das modalidades de serviço de televisão, integrante do sistema de radiodifusão público, de baixa potência nos termos definidos em lei, cuja finalidade é a de assegurar a realização de uma

comunicação de âmbito comunitário, em afirmação à cidadania e os direitos à liberdade de expressão, informação e de comunicação social, por organizações independentes do Estado, sem compromissos ou relações financeiras religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

No dia 18 de outubro de 2011, a regulamentação para o serviço de radiodifusão comunitária foi atualizada por portaria publicada no Diário Oficial da União pelo Ministério das Comunicações. As novas normas incluem a documentação e os procedimentos necessários para a renovação das outorgas nessa modalidade por mais dez anos. A nova regulamentação também preve a formação de redes de radiodifusão comunitária em casos de calamidade pública.

O conceito de televisão educativa como dispõe o Decreto-Lei n.236/67, em seu art. 13, há muitos anos se tornou anacrônico diante do processo de evolução histórico-social. Evidentemente que não é possível limitar o papel educativo de uma emissora de televisão à veiculação de “aulas, conferencias, palestras e debates”, sob pena de comprometer a própria finalidade educacional. Daí porque tal regra há de ser revisada para garantir a autonomia à emissora de televisão para definir os meios pelos quais atenderá ao conteúdo educacional.

O universo da TV Educativa abrange as emissoras culturais e universitárias, exceto as estatais e as comunitárias. As televisões universitárias são emissoras pertencentes a Universidades ou a Institutos de Ensino Superior (IES). Podem ser de dois tipos: as que transmitem em sinal aberto e as que transmitem (a grande maioria) no sistema de TV a cabo;

A televisão pública não deve se pautar pelas regras do mercado, pois o público não é produto, mas destinatário dos conteúdos televisivos. O produto é a programação, que não deve ser avaliada pelo índice de audiência, mas por sua qualidade ou necessidade. Há muitas controvérsias em relação à audiência das televisões públicas.

A audiência de uma televisão pública deve ser analisada a partir de seu papel na democracia e na formação da cidadania, especialmente na formação das futuras gerações. Sua relevância deve ser medida por suas contribuições à

sociedade e à cultura de seu tempo, pelos serviços que presta, pelo apoio que dá aos produtores, criadores ou grupos sociais que não teriam oportunidades nas outras emissoras.

Existe, ainda, outra categoria de emissoras não comerciais, cujas características não foram abordadas neste texto por não haver qualquer tipo de legislação a elas relacionada e, também, por não consistir objeto da pesquisa. Trata-se das chamadas TVs de Rua, emissoras móveis que transmitem sua programação em praças, em parques, em recintos cedidos pelas comunidades. No Brasil, as experiências mais significativas de TV de Rua são: a TV Viva de Recife/Olinda/PE, a TV Mocaranga de Santarém/PA, a TV Liceu de Salvador/BA, a TV Sala de Espera de Belo Horizonte/MG, a TV dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo/SP, a TV Maxambomba do Rio de Janeiro/RJ, a Bem TV de Niterói/RJ, a TV Olho, a TV Tagarela, a TV Égua-92 e a TV Pinel, todas do Rio de Janeiro/RJ, a TV Mangue de Recife/PE, a TV Memória Popular de Natal/RN e a TV Mandacaru de Teresina/PI.

Os parâmetros de qualidade dos conteúdos, a valorização da economia do audiovisual, a formação de profissionais de comunicação com espírito social, a experimentação, a diversidade de idéias e opiniões são apenas alguns compromissos e missões do sistema público. O conteúdo diz respeito à liberdade de expressão e ao direito à informação, fundamentos de uma sociedade democrática.

Segundo o jornalista e coordenador geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (INDECS), Gustavo Gindre (AMARC, 2007), “a televisão pública deve funcionar com base na gestão democrática, plural e participativa, destacando princípios e diretrizes, como a pluralidade e diversidade cultural e social brasileira”.

Um exemplo evidente do muito que a televisão pública pode contribuir para um outro olhar da e sobre a sociedade brasileira, na linha da construção da cidadania integral. O modelo da televisão pública brasileira, se ela efetivamente será independente das relações de poder, se será autônoma na elaboração de sua

programação, dependerá e muito do formato do seu financiamento, dos incentivos que ela terá, dos modelos de negócio que ela vai envolver.

CAPÍTULO V

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA À TELEVISÃO PÚBLICA: FINANCIAMENTO, FOMENTO E MODELOS DE NEGÓCIO.

Durante o regime militar, o financiamento dos meios de comunicação de massa constituiu-se em uma forma poderosa de controle estatal, uma vez que todos os bancos eram dirigidos ou supervisionados diretamente pelo Governo Federal. A concessão de licenças para importação era liberada aos veículos de comunicação que apoiavam as políticas governamentais, assim, aqueles que mantinham relações amistosas com o Governo sempre foram e, mesmo em plena democracia, continuam sendo beneficiados com empréstimos, subsídios, isenção de impostos e publicidade oficial.

Atualmente, a má gestão de recursos públicos, políticos despreparados e sem liderança, ausência de políticas públicas a vários segmentos da sociedade, escândalos e corrupção em diversos Ministérios do Governo são fatores preocupantes para o desenvolvimento do País.

Como vivemos em um regime democrático seria natural que a sociedade tivesse opções de acesso à informação, ao conhecimento, ao entretenimento, à educação e à cultura, permitindo que, através dos meios públicos de comunicação de massa (agora, digitais), refletisse criticamente sobre o que acontece na rua onde mora, no seu bairro, na sua cidade, no seu estado, no seu país e no mundo. Uma discussão que inclui, naturalmente, um modelo de gestão adequado às características regionais e adversidades do país. Daí a importância de uma Rede Nacional de Televisão Pública que englobe emissoras da esfera federal, estadual, municipal, inclusive as universitárias e a comunitárias.

Em junho de 2010, após dezessete meses de implantação da Empresa Brasil de Comunicação, ocorreu a Primeira Audiência Pública, cujo objetivo foi debater com representantes de entidades da sociedade civil brasileira as formas de

gestão, fomento, financiamento, grade de programação e atuação do Conselho Curador da TV Brasil.

As informações consideradas mais relevantes envolvendo os debates foram extraídas do sítio da EBC e estão sintetizadas a seguir:

- A Constituição Federal deve ser considerada referência para a construção do Sistema de Comunicação Pública;
- A televisão pública deve ser caracterizada pela oferta de pluralidade na sua programação, privilegiando as produções regionais;
- A programação da televisão pública deve ser pautada exclusivamente pelo caráter informativo e cultural e com controle social, requerendo a participação da sociedade para a garantia de sua autonomia e independência;
- A publicidade de produtos e serviços é proibida, mas é possível a sua autogestão e sustentabilidade por meio da prestação de serviços na área de comunicação, permitindo a obtenção de receitas próprias, independentemente do orçamento do Estado.
- A televisão pública deve ser apartidária, democrática e independente, procurando sempre a promoção da cidadania;
- A televisão pública deve buscar modelos de gestão e fomento diferenciados daqueles tradicionalmente utilizados pela televisão comercial, tendo como foco a educação, cultura, cidadania, informação, arte e ciência, contribuindo para a criação e implementação de um modelo de gestão público;
- O financiamento é um pilar fundamental para a garantia da autonomia e independência da televisão pública, tendo impacto direto na sua programação. Isso pode ocorrer mediante o estabelecimento de convênios.
- A gestão deve garantir que a população possa incidir no funcionamento do Sistema Público de Comunicação Brasileiro, exercendo o controle necessário a este importante serviço público. Em decorrência, contribuirá para a independência de mercados e governos desse sistema, fazendo valer os

princípios de pluralidade, diversidade, intrínsecos à programação das emissoras que o compõem, promovendo com transparência suas atividades.

- A televisão pública deve estabelecer alianças estratégicas e parcerias com outras instituições de caráter cultural, audiovisual, educativa e de produções independentes;
- A questão da audiência e da informação na televisão pública deve ser considerada uma nova dimensão de importância para a sua sobrevivência;
- A televisão pública deve criar espaços e mecanismos de fomento para produções audiovisuais que sejam fruto de trabalhos continuados de pesquisas que usem tanto na forma quanto no conteúdo.

Dois aspectos importantes na realização das televisões públicas são: a independência e o financiamento. Não há no mundo um modelo único de financiamento nos países em que a televisão pública está fortemente consolidada. O financiamento é elemento-chave para qualquer sistema público de comunicação. Ele condiciona a independência, a amplitude da distribuição e as condições de produção e veiculação de programação.

Seja no plano político (relações com o Governo e o Estado), ou no plano econômico (relações com o mercado), a independência é indispensável para a realização de qualquer projeto de radiodifusão pública. Atualmente, o desafio ético é aprender a conviver em um ambiente onde não existe mais a possibilidade do isolamento absoluto de nenhum ator, país ou comunidade. A independência em relação ao poder (governamental ou econômico) é pré-requisito para a interdependência da emissora pública em suas relações com a sociedade.

Todo tipo de sujeição tem sido imposta às emissoras públicas no Brasil e, de modo geral, em toda a América Latina. Se o canal que se diz público é gerido por gente escolhida direta ou indiretamente pelo Governador ou pelo Presidente da República, o que resulta não é 'interdependência', mas dependência explícita. Um canal como esse não corresponde aos ideais da comunicação pública. Do mesmo modo, quando sua sobrevivência depende de recursos vindos dos anunciantes, a

emissora que se diz pública também não é independente e, nesse sentido, não realiza a razão de ser da comunicação pública.

As sociedades norte-americana e a européia reservaram para as emissoras públicas alguns espaços cativos e de grande valor. As estações estão presentes em várias cidades, com programação e gestão tipicamente não comerciais e não governamentais.

Os modelos de negócio de televisões públicas que deram certo em outros países se deram através de cobrança de uma taxa da população. Isso coloca o Brasil em um dilema, uma vez que é necessário incrementar o bolo de receitas sem cair na dependência do Governo Federal ou do mercado. Há certamente pouca possibilidade da adoção de taxas diretas em virtude das previsíveis resistências que devem gerar esse tipo de instrumento quando não há um processo de legitimação do sistema perante a população, como é o caso atual do Brasil.

A experiência internacional mostra que as televisões públicas são viáveis e podem cumprir um importante papel na oferta de fontes diversificadas de informação. É preciso investigar como se deu o desenvolvimento do sistema de financiamento da televisão pública em outros países, notadamente na Europa, para identificar caminhos à sustentabilidade econômica da televisão pública brasileira. A idéia é aprender com os exemplos destes países, mas não imitar, pois os cenários são muitas vezes semelhantes, mas nunca idênticos.

Em 2010, a EBC/TV Brasil conseguiu o apoio do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (PRODAVE), criado pela Agencia Nacional de Cinema para o fomento de séries televisivas, com recursos do Fundo Setorial Audiovisual (FSA), operacionalizados pela Financiadora Nacional de Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (FINEP). O valor previsto para o investimento nestas produções foi de R\$1,8 milhão.

O Edital de Apoio à Produção de Documentários Etnográficos sobre o Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (ETNODOC), produzidos através de parceria entre a Associação Cultural Amigos do Museu Edson Carneiro

(ACAMUFEC), o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Estas entidades colaboraram para o financiamento de produções dos documentários (16). O investimento total foi de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) oriundos da Petrobrás.

A Ação Girô é uma ação integrada aos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC do MINC) e visa uma política de valorização da tradição oral no Brasil. Tem por objetivo estimular o vínculo entre educadores e comunidade, e sistematizar uma dinâmica de fortalecimento da identidade local.

Desde sua criação, a TV Brasil fixou como estratégia a aliança que deveria ter com o cinema nacional, nos termos propostos pelas principais entidades representativas do setor e por cineastas. Hoje é a emissora que mais exibe filmes nacionais.

A possibilidade de captação de receitas prevista pela Lei, através da prestação de serviços a outros órgãos públicos (afora as obrigações para com a Secretaria de Comunicação) é saudável para uma empresa que busca a redução da dependência financeira da União. Mas, no quadriênio de implantação, com a infra-estrutura comprometida pelas atividades da própria EBC, e o quadro de pessoal também esgotado pela criação de novas unidades como a TV Brasil, a EBC Serviços não pode executar seu planejamento inicial de captação de serviços de terceiros. Com os recursos disponíveis, a EBC Serviços pode apenas cumprir sua obrigação legal de prestar serviços ao Governo Federal, oficializada em contratos com a Secretaria de Comunicação no ano de 2010.

A Medida Provisória 398, do Decreto Lei N. 6.246, de 24 de outubro de 2007, fixou as seguintes fontes de financiamento para a EBC:

- Dotações orçamentárias da União;
- Publicidade institucional;
- Patrocínios culturais;

- Prestação de Serviços;
- Doações

Em 2008, a EBC articulou a regulamentação da cobrança de uma nova receita junto aos órgãos federais competentes, aceitando pagar uma faixa correspondente a 2,5% à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para que esta fizesse o recolhimento. Desde então as empresas de Telecom, a partir de uma liminar, depositam em juízo a contribuição – equivalente a uma redução de 5% no Fistel. Os recursos bloqueados já ultrapassam os R\$600 milhões. A EBC conseguiu apropriar-se de apenas R\$40 milhões. Em 2010, a EBC teve o maior volume de receitas próprias: R\$80 milhões, somando-se estes recursos com os de outras fontes, como veiculação de publicidade legal remunerada, mas ao final do primeiro quadriênio, a EBC/TV Brasil ainda é amplamente dependente do Orçamento da União.

A grande preocupação apontada pela televisão pública para sua sustentabilidade econômica é a de desenvolver um modelo de negócios que possibilite a obtenção de financiamentos e fomentos para não se tornar dependente somente do aporte de recursos advindos da esfera federal.

Em 2011, no ajuste fiscal que cortou recursos de todos os órgãos do Governo Federal, a EBC perdeu R\$76 milhões de seu orçamento, destinado a gastos discricionários (custeio e investimento). Assim, pela primeira vez desde a criação da empresa, o investimento teve uma queda significativa. De quase R\$93 milhões previstos pela Lei Orçamentária, aprovada pelo Congresso, para apenas R\$50 milhões. Esta queda afetou a aquisição de bens importantes para o reequipamento e a digitalização dos canais.

Reduzir a dependência financeira do estado é importante, mas num país como o Brasil, onde a radiodifusão privada é forte e bem sucedida, o sistema complementar levará ainda muitos anos para construir mecanismos de autofinanciamento. No plano jurídico, serão necessários alguns ajustes e eles exigirão mudança legislativa. Devem tratar de aspectos relacionados com a

simplificação administrativa, a maior autonomia organizacional e o clareamento das competências entre os dois conselhos (Curador e de Administração), buscando sempre fortalecer a natureza pública da televisão, mas assegurando condições de governança à diretoria executiva.

CAPÍTULO 5. 1

MODELOS DE FINANCIAMENTO EM OUTROS PAÍSES

Em boa parte do mundo, a radiodifusão nasceu prioritariamente pública. O setor comercial só emergiu de fato posteriormente.

Há dois modelos para organizar o serviço de comunicação mundial. Um deles é o totalmente privado, como o norte-americano, onde não tem a figura da concessão. Neste modelo, há a figura das Agências Reguladoras - no caso americano, é a FCC (Federal Communications Commission), que desde 1934 existe com uma dupla função: a de controlar as radiofrequências e a não-intromissão de uma frequência na outra, ou seja, de garantir a qualidade do sinal. A FCC tem também a função de garantir o respeito a alguns princípios, como contra o racismo, a igualdade e a pluralidade, a proibição da propriedade cruzada (quem tem a rádio não pode ter o jornal, quem tem a TV não pode ter o rádio), que compõem o modelo americano. Segundo Bezerra (1999, p.59), “em nenhum momento da história a televisão americana esteve submetida ao monopólio do Estado”.

E tem o modelo europeu, que é o mesmo do Brasil e restante da América, baseado na idéia de serviço público. Na Europa, o serviço público televisivo surgiu em uma época em que a televisão era uma novidade. O amadurecimento democrático da sociedade acabou impondo a participação dos cidadãos na gestão das emissoras, levando ao efetivo controle público.

Em meados do século XX, quando a social-democracia europeia decidiu prover o serviço de radiodifusão (definido como *serviço público* em quase todos os países democráticos) por meio das redes públicas (não-comerciais), o seu propósito era assegurar a proteção do debate público entre seus cidadãos. O projeto era assegurar que os atores convidados a atuar dialogicamente na esfera pública não estivessem expostos à colonização pelo capital ou mesmo pelo Estado. Com isso, o fluxo das notícias e os diálogos teria como pressuposto a igualdade de condições de acesso à informação.

Naqueles tempos, tomava corpo a utopia da comunicação pública: as emissoras não comerciais e não governamentais protegeriam a esfera pública. A radiodifusão comercial, se tomasse conta do espectro, era vista por esse projeto como um fator de risco. Dessa concepção brotaram as redes públicas nacionais de televisão nas diversas democracias européias, que perduraram por um longo ciclo.

A maior parte dos sistemas televisivos europeus esteve sujeita a processos de transformação mais ou menos profundos. Os fatores políticos, econômicos e sócio-culturais na origem desses processos interagiram de modo específico em cada país, mas puseram também em evidencia contradições e tendências que manifestam elementos de caráter geral. Inclusive a introdução de novas tecnologias tornadas disponíveis, sobretudo pelos grandes progressos da eletrônica no campo da comunicação.

Pelo menos até meados da década de 1980, a fatia mais importante da radiodifusão européia ainda era controlada pelas instituições públicas. Mais tarde, alguns canais foram privatizados e estabeleceu-se, a partir de então, um novo equilíbrio entre emissoras públicas e comerciais. Como resultado, a mentalidade nesses países sofreu um deslocamento, incorporando a idéia de que a comunicação comercial também não poderia faltar na ordem democrática. A convivência entre os sistemas público e comercial seria bem mais saudável do que o monopólio do primeiro.

As privatizações não afetaram as bases da convicção, ainda hoje dominante entre intelectuais de diferentes tendências, de que só se pode falar genuinamente de esfera pública se esta for mediada, ainda que não exclusivamente, pelas redes públicas, com regras que protejam as simetrias dialógicas e as culturas nacionais contra as distorções do mercado. Essa convicção baseia-se no princípio de que os bens culturais e a informação de interesse público não se esgotam em sua dimensão de mercadoria.

Durante a pesquisa detectou-se que nos sistemas televisivos europeus evidenciam-se ao menos duas tendências gerais: uma tendência em direção à 'internacionalização' e outra, concomitante, para a 'descentralização' do próprio

sistema. Estas duas tendências se apresentam com maior evidência na Itália, França, Inglaterra e Bélgica, e constituem, em muitos casos, dois momentos homogêneos de um mesmo processo que está se firmando no campo da televisão (mas não apenas ele). De um lado, a concentração da produção e do controle do mercado de *hardware* e de *software* nas mãos de grandes *holdings* multinacionais, de outro, observa-se a multiplicação dos canais de difusão e a diversificação dos meios de recepção.

Os casos europeu e norte-americano demonstram que, no mundo da comunicação social, os riscos potenciais de contradição entre mercado e democracia constituem um cenário conhecido de longa data, o que requer a presença de regras públicas. Tais riscos só podem ser contidos por marcos legais, que devem ao mesmo tempo regular o mercado e obstruir a possibilidade de interferência estatal ou governamental nos conteúdos culturais e jornalísticos da grade de programação.

A regulação democrática, nesse sentido, fortalece a liberdade e afasta a possibilidade de censura, não o contrário. Nos mercados de radiodifusão onde não há marcos regulatórios democráticos, a liberdade se fragiliza e as chances de interferência governamental ou estatal nos conteúdos da radiodifusão aumentam consideravelmente.

Segundo Leal Filho:

O conceito de serviço público que vigora em muitos países europeus, pressupõe o atendimento de necessidades fundamentais da população. Dessa forma, os serviços de televisão se equiparariam aos de água, telefone, energia ou correio, por exemplo. E teriam duas vertentes básicas: a referente à cidadania, procurando elevar as condições de participação dos cidadãos na vida democrática e a da cultura, servindo como disseminadora da riqueza lingüística, espiritual, estética e ética de povos e nações.

O autor destaca, então, uma clara relação entre essa televisão pública, encarada como serviço público, a serviço da cidadania, e a forma como ela é financiada. Para executar com autonomia esse serviço público, as emissoras devem manter distância das interferências do Estado e dos negócios. Por isso, em praticamente todos os países da Europa Ocidental, parte do financiamento das emissoras de televisão pública vem da taxa cobrada dos telespectadores. Ao mesmo tempo em que essa cobrança garante a autonomia das emissoras, ela estimula também o telespectador a exigir qualidade dos produtos que recebe em casa.

Apenas como referencial, conheceremos, resumidamente, alguns formatos de financiamento, fomento e modelos de negócio aplicados a televisão pública de outros países.

Entre os modelos mais destacados e conhecidos estão o da inglesa BBC (British Broadcasting Corporation), o da norte-americana PBS (Public Broadcasting Service) e o da japonesa NHK (Japan Broadcasting Corporation). Especificidades à parte, os três têm em comum o fato de ser financiados com o dinheiro do contribuinte (pessoa física ou jurídica) e de suas programações não sofrerem cerceamento por parte do governo destes países.

Os ingleses foram os primeiros no mundo a assistir televisão – a BBC (British Broadcast Corporation/1936) – e também os primeiros a criar critérios de regulação para o setor. Quando o tema é televisão pública, nos fóruns de discussão sempre vem em evidência o modelo da BBC cuja missão é "informar, educar e entreter".

A emissora britânica é fundamentada em dois princípios que podem inspirar o modelo brasileiro de televisão pública, baseados na autonomia da emissora, tanto em termos econômicos quanto em relação ao Poder Público e à pluralidade/diversidade na sua programação, cujo intuito é atender todos os públicos da sociedade mediante a produção e a veiculação de programas de formatos diferenciados. O sucesso da televisão pública independente no Reino Unido não foi propriamente na área da política. Mas, foi bem-sucedida na educação

pública sobre temas locais importantes, na participação social, na proteção do consumidor e até em melhorar o padrão geral dos programas no país.

O professor britânico John Ellis, em visita ao País, comentou que “a experiência no Reino Unido mostra que a Televisão Pública deve ser separada do governo e questiona se esse modelo de Televisão Pública é possível no Brasil?”

Este questionamento tem fundamento, pois nenhum governo iria querer criar uma empresa de telecomunicações se não pudesse controlá-la diretamente. Especialmente agora, quando há muitas televisões espalhadas pelo mundo.

Muitos críticos afirmam que se permitiu, ao longo dos anos, que a rede pública crescesse demais e sem limites. Semanalmente, mais de 97% da população britânica vê, ouve ou lê algo produzido pela BBC. A rede opera atualmente dez canais televisivos e dezesseis estações de rádio no Reino Unido. Com seu Serviço Mundial de rádio em várias línguas, possui público global de 180 milhões de ouvintes.

A BBC tem uma diretoria executiva, nomeada por um conselho formado por doze pessoas representativas da sociedade. Os conselheiros são independentes e não possuem vínculos com organizações ou com a televisão comercial. O modelo de financiamento garante total autonomia à televisão.

Mas, desde o Governo de Margareth Thatcher, a emissora passou a ser considerada área industrial com potencialidades de lucro, aparentemente uma contradição para quem sempre primou por fornecer comentários competentes e imparciais, programas de vários gêneros e de alta qualidade.

Segundo Colin Leys, autor de *Marked driven politics*, a BBC tentou regular e garantir que anunciantes não tivessem influência demasiada sobre os conteúdos, e nessa tarefa contou com a ajuda da consciência de serviço um público fortemente internalizada pela maioria dos profissionais da emissora. Mas o surgimento de empresas de comunicação gigantescas, a digitalização dos sistemas e a necessidade de competição com outras programações vêm contaminando a BBC com um espírito de racionalidade empresarial e as forças do mercado têm atuado fortemente contra a televisão prestadora de serviços públicos.

A taxa anual paga por todas as residências britânicas que possuem um aparelho de televisão e que hoje custa cerca de \$130 libras, também surgiu em 1922. Atualmente, este dinheiro gera \$3.6 bilhões de libras por ano, ou 80% da receita total da BBC. Por financiarem a rede, os cidadãos britânicos acreditam, com toda a razão, que são seus donos e costumam reclamar quando não gostam de alguma coisa. Recentemente, milhares de pessoas se queixaram da trama da novela *EastEnders* – o bebê de uma personagem morre vítima da Síndrome da Morte Súbita Infantil e a personagem troca o corpo do bebê morto pelo bebê, vivo, de sua vizinha. As reclamações foram tantas que os roteiristas tiveram que reescrever os capítulos seguintes para que a mulher finalmente devolvesse o bebê.

O maior desafio da BBC, no momento, é descobrir de onde cortar \$1.3 bilhão de libras que precisa para concretizar o plano de gastos que termina em 2017. Poderão sofrer o Serviço Mundial, as operações online, as divisões de notícias e entretenimento e até mesmo a cobertura de eventos tradicionais britânicos como o torneio de tênis de Wimbledon.

O congelamento da taxa anual – que por anos sofreu aumentos – foi anunciado depois de uma série de negociações duras entre a BBC e o Governo, que havia ameaçado cortes ainda maiores. Pela primeira vez, a rede também terá que arcar com os custos do Serviço Mundial, que era financiado pelo *British Foreign Office* ou Ministério das Relações Exteriores Britânico. Esse Ministério anunciou no ano passado que cortaria o financiamento calculado em \$237 milhões de libras anuais e, em seguida, a BBC informou que teria que cortar cerca de 650 (seiscentos e cinquenta) empregos do braço internacional, além de planos para eliminar a programação em línguas como mandarim e russo.

Em seus serviços no Reino Unido, a rede também já vem passando por uma dieta rígida. Em resposta às críticas sobre os altos salários dos executivos, congelou alguns salários e diz ter reduzido a remuneração de alguns altos cargos em 18%.

Ex-executivo da BBC e crítico feroz do sistema de financiamento por taxas de telespectadores, David Elstein diz que a rede vive hoje a maior crise

financeira de sua história. Steve Barnett, professor de comunicação da Universidade de Westminster, em Londres, afirma que os cortes recentes são apenas o começo e que a BBC terá que passar por uma grande auto-análise.

Mas existem algumas coisas em que não há crítica ou crise financeira que segure. É o caso do casamento do príncipe William. A BBC forneceu o vídeo da cerimônia na Abadia de Westminster para transmissões em todo o mundo. Participaram cerca de 550 funcionários na cobertura do evento real, segundo informações de Sarah Lyall e Eric Pfanner, do jornal *The New York Times*, em 24/4/2011.

No entanto, enquanto permanecer inabalável a idéia de que a televisão é, acima de tudo, serviço público, pode-se ter certeza de que os produtos, não apenas da BBC, mas de todo o sistema de radiodifusão britânico continuarão como referência internacional de alta qualidade.

Na França, a reserva de mercado para o cinema nacional tem sido praticamente uma unanimidade entre as forças políticas, da direita à esquerda. Ou os bens culturais são relativamente preservados por medidas de ordem pública, ou a própria cultura seria devastada por pressões dos mercados. Com as emissoras públicas, o raciocínio tem sido mais ou menos o mesmo. Se os meios públicos de comunicação (estatais ou não, mas fundamentalmente não comerciais) dão o quadro da comunicação social, o espaço público é menos vulnerável a pressões do poder (econômico ou governamental) e é, portanto, mais democrático e inclusivo.

Por isso, até hoje as redes públicas têm forte presença nos países europeus, ainda que seu prestígio venha declinando. Esse declínio se deve, em primeiro lugar, às barbeiragens recorrentes da má gestão, o que gerou estruturas perdulárias e ineficientes em boa parte dessas emissoras, e, em segundo lugar, às controvérsias sobre a pertinência (ou não) de vultosos investimentos em emissoras cuja eficiência e necessidade vêm sendo postas em questão.

A França possui cinco canais públicos: *Telefrance* 2, 3, 4 e 5, além de um canal dedicado a assuntos de colônias francesas. O TF2 e TF3 são canais

públicos e populares, com programas voltados para jovens. Os canais TF4 e TF5 são essencialmente culturais, mas nem por isso televisões educativas.

Os diretores gerais das emissoras do sistema *France Television* são nomeados pelo Presidente do Conselho de Administração, que, por sua vez, é nomeado pelo Conselho do Audiovisual. O Conselho de Administração é formado por catorze membros: quatro parlamentares, cinco do Estado e cinco pelo Conselho do Audiovisual. Os conselheiros têm mandato de cinco anos.

Cerca de 70% dos custos da TV são bancados por verbas orçamentárias. O resto vem de patrocínios, prestação de serviços e anúncios institucionais. O espectador também colabora. Uma taxa de \$116 euros anuais é cobrada de cada cidadão que possui um televisor.

Em 22 de outubro de 2008, conforme divulgação da Agência France-Press, o governo aprovou um projeto de lei que modifica o funcionamento da televisão pública. O projeto inclui a supressão da publicidade e modifica o sistema de nomeação de sua diretoria. A reforma também estabelece a integração dos canais da *France Television* em uma sociedade única. Para compensar a receita que a sociedade *France Television* deixará de receber, o Governo garantiu 450 milhões de euros, obtidos de um imposto de 3% sobre os lucros com publicidade dos canais privados e de 0,9% sobre o volume de negócio dos operadores de telecomunicações. O financiamento da televisão pública francesa é majoritariamente com recursos do Estado, complementado pela venda de propaganda e patrocínios.

Mas isso tudo pode mudar até o fim de 2011, quando a publicidade na TV pública francesa deverá ser eliminada, informou uma comissão especial formada pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy. As emissoras de televisão pública temem que o fim do anúncio publicitário restrinja sua capacidade de investimento, mas Sarkozy apresentou como alternativa a cobrança de impostos sobre a propaganda nos canais privados e em outras mídias, incluindo a Internet.

"Elaboramos esse cronograma de fim gradual, com a primeira etapa que se iniciou em 2009", afirmou o presidente da comissão, Jean-François Cope (Agência de Notícias Reuters, 2008).

No Canadá, o maior problema é de identidade. Não bastassem as culturas inglesa, francesa e indígenas que dividem o país e as recentes imigrações japonesa, portuguesa, jamaicana, o segundo maior país do mundo sofre com a invasão do seu espaço aéreo e subterrâneo pelos milhares de sinais de televisão aberta e a cabo vindos dos Estados Unidos.

Historicamente, o país sofreu com a influência da máquina cultural americana desde o início das comunicações de massa. Conforme Fioreti, Campos e Stivanin (Almanaque da Comunicação, 2007), "a rede pública de televisão da *Canadian Broadcasting Corporation* foi a solução encontrada para resguardar e promover a produção e a cultura canadense". A CBC é dirigida por um Conselho Curador de 12 integrantes, responsável por todas as atividades da corporação. O Governador-Geral indica os integrantes do Conselho, sendo vedada a participação de pessoas relacionadas à área de radiodifusão. A rede pública conta com uma contribuição dos cidadãos para o financiamento da rede. Cada canadense paga cerca de US\$30 em impostos por ano para ajudar a financiar os vinte e oito serviços de comunicação oferecidos pela CBC, que, além de redes de televisão e rádio em francês e inglês, incluem portal na internet e até uma gravadora e distribuidora de música. A venda de espaço publicitário e a exportação de programas contribuem para fechar o orçamento. Desde 1950, a CBC tem 75% de receita do orçamento financiado pelo governo, complementada de 20% de venda de publicidade e 5% de serviços e doações.

No sítio da PBS (Public Broadcasting Service) consta que o serviço de Televisão Pública norte-americano foi inaugurado em 1969, e é constituído por uma federação de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) emissoras públicas e independentes, nos Estados Unidos, Porto Rico, Ilhas Virgens, Guam e Samoa Americana. A direção executiva tem onze membros e é presidida por um dos

membros do Conselho Diretor, que por sua vez é composto por vinte e sete representantes das emissoras associadas.

O sistema de financiamento é misto: parte vem do governo e a maior parcela é de origem privada. O espectador também ajuda a manter a rede, ao colaborar com as campanhas de arrecadação de dinheiro realizadas de três a quatro vezes por ano. A verba do governo, em torno de 15% do orçamento, vem de um fundo chamado *Corporation for Public Broadcasting* (CPB). No quesito conteúdo, a PBS tem um papel educativo muito forte para as crianças, mas também é conhecida pelos documentários, noticiários e programação local.

Ainda que o modelo tenha sido privado e comercial, o Estado implantou regras e regulações de ordem pública para impedir, no linguajar do liberalismo, a captura - na semântica da social-democracia o termo seria "colonização" - da agenda pública de debates por interesses privilegiados.

Apesar de a televisão brasileira aberta seguir o modelo econômico de televisão norte-americano, ela não está submetida a um órgão regulador com o rigor que tem a FCC nos EUA, sem um controle público que lá existe. Mesmo a televisão pública americana é submetida ao rigor do controle público que, com órgãos e Leis que impedem situações que no Brasil são consolidadas como absolutamente naturais. A propriedade cruzada, situação instituída no Brasil, não é permitida nos EUA. A existência das redes de televisão, que no Brasil têm atribuídas para si a responsabilidade pela integração da língua e da cultura nacional, também, é relativizada nos EUA, considerando que o oligopólio ou monopólio, seja da audiência, seja da estrutura das redes, compromete a democracia. Isso no sistema comercial. Segundo Schröder (FNDC, 2007), há no Brasil uma hipertrofia do modelo comercial de radiodifusão. “Além do que, a legislação brasileira é insuficiente e antiga. Surgiu principalmente a partir dos interesses privados, nunca a partir de debate público, mas a partir de fatos consolidados”.

Na Alemanha, as características regionais, culturais e ideológicas ditam as regras na forma de regular o setor das comunicações. Foi o primeiro país a

oferecer um serviço público de televisão, em 1935, porém só décadas mais tarde foi iniciado o processo de privatização. A legislação de radiodifusão local foi criada em 1984 por representantes da sociedade e dos governos locais, e tem a função de traçar os objetivos e critérios de cada emissora.

A ARD (Arbeitsgemeinschaft der öffentlich-rechtlichen Rundfunkanstalten der Bundesrepublik Deutschland – "Consortium of public-law broadcasting) e a ZDF (Zweites Deutsches Fernsehen, segunda Televisão alemã) são emissoras públicas de prestígio e duas das maiores da Europa. Ambas, integram dezesseis emissoras públicas estaduais de doze estados e são dirigidas por dois conselhos: o de Radiodifusão e o de Administração. O Conselho de Radiodifusão da ZDF é formado por 77 membros indicados pelo Governo Federal, Governos regionais, partidos e organizações diversas. As verbas federais bancam 75% dos custos e são complementadas por receitas próprias. Cerca de 70% da receita vêm da taxa paga pelos proprietários de aparelhos, publicidade ou patrocínio – restritos a 20% da programação diária – e 10% de vendas de programas.

A RTP (Rádio e Televisão de Portugal) e a TVE da Espanha, conhecida como "La Primera", foram, por muitos anos, as únicas televisões de seus países. Têm modelo público de gestão, com conselhos de representantes atuantes e financiamento misto: basicamente estatal complementado por receitas próprias.

A Rádio e Televisão de Portugal é uma empresa estatal. Antes de 2004, a Radiodifusão Portuguesa (RDP) e a Radiotelevisão Portuguesa (RTP), empresas públicas de rádio e televisão respectivamente, estavam separadas e eram entidades jurídicas independentes e distintas. A partir de 2004, foram reestruturadas e fundidas numa empresa pública, a Rádio e Televisão de Portugal. A partir desta mudança, a RTP tornou-se o canal de televisão mais visto do país, sendo que diariamente cerca de 50 milhões de pessoas põem os olhos na RTP, entre portugueses, franceses, brasileiros, espanhóis e pessoas de outras nacionalidades.

A "Televisión Española" é o canal de televisão pública mais antigo da Espanha. A empresa foi fundada no dia 28 de Outubro de 1956 e, desde o dia 1º

de Janeiro de 2007, pertence à “Corporación de Radio y Televisión Española” (RTVE). A “Corporación de Radio y Televisión Española” engloba tanto a própria “Televisión Española” (TVE) como a “Radio Nacional de España” (RNE), o “Instituto Oficial de Radio y Televisión” (IORTV) e a “Orquesta y Coro de Radiotelevisión Española”. A RTVE é associada da União Europeia de Radiodifusão.

A TVE é a marca de referência do maior grupo audiovisual de Espanha. Está presente nos cinco continentes via satélite e através dos principais operadores de cabo da Europa, América e Ásia. A RTVE participou do canal de notícias Euronews até maio de 2008 e no apoio à produção de cinema espanhol.

No dia 11 de maio de 2006, foi aprovada uma nova lei de radiotelevisão pública na Espanha. Em Janeiro de 2007, iniciou-se a aplicação de um polémico plano de reestruturação da RTVE que acabou despedindo 4.150 trabalhadores fixos maiores de 52 anos a fim de reduzir custos e contratando centenas de outros

Frente aos 9.212 empregados da RTVE no final de 2006, a RAI (Itália) tinha contratado 11.800 trabalhadores, “France Télévision” tinha contratado 13.500; a BBC superava os 20.000 trabalhadores contratados, enquanto as alemãs ARD e ZDF somavam entre as duas cerca de 40.000 trabalhadores contratados. No entanto, a TVE é a televisão que mais se endividou de todas elas porque desde 1984, os governos PSOE (primeiro) e os conservadores do Partido Popular cumpriram a lei da radiodifusão e o ente público RTVE deixou de receber ajudas do Estado.

Nos últimos 22 anos, a gestão da TVE não custou dinheiro ao contribuinte, mas o déficit contábil gerado a partir da aparição das televisões privadas teve que ser pago com subvenções de dívida que a banca privada espanhola assumiu com a garantia do Estado e que agora o Estado assumirá.

Desde o dia 1^o de Janeiro de 2010 é financiado através de subvenções públicas e impostos diretos sobre os operadores privados de televisão e telecomunicações, abandonando o mercado publicitário. A Espanha é um dos poucos países da União Europeia onde os cidadãos não pagam para subvencionar de maneira parcial ou total a radiotelevisão pública.

Na Suécia, a televisão pública (SVT) têm seu financiamento garantido através de uma taxa de televisão cobrada de cada agregado familiar que possua um aparelho de televisão. Já, na Nova Zelândia, a televisão pública (TVNZ) tem 90% (noventa) de seu financiamento bancado por anúncios publicitários e opera duas televisões, a TVONE e a TV2. O Governo possui uma rede de canais comunitários (não-comerciais) reservados para transmissão de programação local e regional.

Em entrevista à jornalista Lília Diniz (Observatório da Imprensa, 03/06/2009, edição 540), Jeroen Verspeek, diretor de audiência da TV Pública Holandesa (NPB), explicou que na Holanda o sistema foi estabelecido nos anos 20. "Foi um tempo em que em todos os países europeus só havia televisão pública, a televisão particular só surgiu posteriormente, nos anos 80", A sociedade holandesa daquela época era baseada em dois pilares: setores religiosos – como católicos e protestantes - e grupos políticos – como os socialistas. O governo decidiu que o rádio e posteriormente a TV seriam baseados nestas duas esferas. "O sistema começou com diversos escritórios unidos em um canal ou estação de rádio. Depois nós ampliamos para outras emissoras de TV e de rádio e também trabalhamos em conjunto para estabelecer a programação", disse. Atualmente, a grade é montada em cooperação com emissoras de outros países e através da compra de produção independente.

Jeroen Verspeek, afirmou que no início das atividades da NPB quase a totalidade das verbas vinha dos cofres públicos, por meio de subsídios, impostos, licenciamentos. Verspeek ressaltou que a Holanda não tem uma larga experiência em TV privada, por isso, nos anos 60, a TV pública passou a exibir comerciais. Atualmente, cerca de 25% dos recursos são provenientes dos comerciais exibidos e 75% de impostos. O diretor de audiência da NPB garantiu que a emissora tem independência em relação ao governo holandês.

A televisão pública holandesa transmite comerciais e adota regras inflexíveis e transparentes para nortear a exibição de conteúdo publicitário. Não é permitido veicular comerciais nos intervalos dos programas, apenas ao final. E há

regras também para os apresentadores. "Se ele está falando sobre um automóvel Ford, por exemplo, é obrigado a mencionar os demais fabricantes", comentou. A empresa que vende o espaço dos anúncios é separada da emissora. A verba recebida pelos anúncios primeiro passa pelo governo e só depois é encaminhada para a NPB. "Não há uma linha direta entre os anunciantes e a emissora. Há uma parede entre os dois", assegurou Verspeek.

A programação da NBP reúne diversos estilos: esporte, novelas, documentários, programas de entrevistas e de conteúdo religioso. O fato de a TV contar com três canais facilita a variedade de temas tratados. O Holanda 1 é de conteúdo variado, o Holanda 2 destina-se a produções "de caráter mais profundo" e o Holanda 3 é voltado para o público jovem. O carro-chefe da TV pública holandesa é o noticiário noturno. Em seguida, vêm os programas que aliam notícias e entretenimento.

A Corporação de Radiodifusão Japonesa *Nippon Hōsō Kyōkai*, oficialmente em inglês *Japan Broadcasting Corporation*, é a organização nacional de radiodifusão pública do Japão. A NHK (www.nhk.or.jp), que sempre se identificou para o seu público pela pronúncia inglesa de suas iniciais, é uma corporação de propriedade pública financiada pelos pagamentos de uma licença de televisão paga por seus telespectadores.

A NHK opera dois serviços de televisão terrestre (NHK General TV e NHK Educational TV), três serviços de televisão via satélite (NHK BS-1, NHK BS-2 e NHK Hi-Vision), um serviço de televisão de alta-definição e três redes de rádio (NHK Radio 1, NHK Radio 2 e NHK FM).

A NHK também fornece um serviço de rádio e teledifusão internacional, conhecido como NHK World. A NHK World é composta pela NHK World TV, NHK World Premium, e pelo serviço de rádio em ondas curtas NHK World Radio Japan.

A NHK World TV é a subdivisão internacional da NHK responsável por transmitir notícias e informações sobre o Japão e a Ásia em geral para o resto do mundo. Sua programação é transmitida principalmente em língua inglesa (sendo que alguns programas podem também ser transmitidos em idioma japonês).

Começou como um canal de notícias em fevereiro de 2009 usando o logotipo da NHK tradicional.

O canal pode ser sintonizado via Internet e em sinal FTA (*Free-to-air*) via satélite em formato SDTV (Standart Definition Television) e HDTV (High Definition Television), com idioma inglês e japonês, pelas antenas parabólicas em praticamente todo o mundo, através dos satélites Intelsat 10 em Portugal, Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Macau, Timor-Leste e também em muitos países da Europa, grande parte da África, Oriente Médio, sudoeste e centro da Ásia e parte da Oceania; pelo Intelsat 8 para a região de Macau, Timor-Leste e resto da Ásia e região do Pacífico; e pelo satélite Intelsat 9 para o Brasil e o restante do continente americano.

A NHK World Premium possui uma variedade maior em sua programação, transmitindo notícias, programas infantis, esportes, música e documentários. Diferentemente da NHK World TV, que transmite sua programação prioritariamente em inglês, a World Premium exhibe seus conteúdos voltados mais para a língua japonesa. Na Europa possui o nome de JSTV e nos Estados Unidos é chamado de TV Japan. Esse serviço só é transmitido através de pagamento de uma taxa para a Japan International Broadcasting Inc. (responsável pelo canal), ou através de serviços de TV por assinatura. A NHK World Premium cobriu para todo o mundo o terremoto e tsunami em 2011.

Na América Latina, os destaques são as televisões públicas da Argentina, do Chile e do Brasil.

O Chile tem a TV Nacional ou TVN (*Televisión Nacional de Chile*) que existe desde o início dos anos noventa. Ela é pública e totalmente independente de financiamento estatal, mas adotando o sistema comercial. Com 140 (cento e quarenta) transmissoras no país, a TVN tem por dever zelar pela formação dos cidadãos chilenos. Líder de audiência está inserida no mercado competitivo do País e tem com missão apresentar programas de qualidade e mostrar a 'pluralidade' do Chile.

A programação vai desde documentários e noticiários até telenovelas, séries e programas infantis. A TVN é pública apenas por ser patrimônio público, mas opera como se fosse uma emissora comercial qualquer. Por isso, assume a fisionomia de uma televisão comercial como as demais. Não faz exatamente radiodifusão pública; oferece um cardápio de programas que misturam humor, notícias, esportes, como uma rede privada.

Na Argentina, o Canal 7 foi o primeiro canal de transmissão no País, constituí-se em uma rede pública de emissoras de televisão. Ocupa uma das cinco principais estações de recepções de transmissão de radiodifusão aéreas do país. Só a cobertura nacional é feita através de repetidores, baseados na cidade de Buenos Aires. Especializou-se em uma programação cultural e documentários, por vezes em cooperação com a Universidade de Buenos Aires, e também tem um serviço de notícias que transmite, entre outras coisas, a maioria dos atos de governo, e é atualmente o único canal do ar sob a órbita estatal.

Cristina Fernandez de Kirchner eleita no primeiro turno para um segundo mandato (2011-2015), conquistou maioria nas duas Casas do Congresso argentino. Em seu primeiro mandato (2007-2011), a Presidente conseguiu aprovar uma Lei que reserva um terço dos meios de comunicação ao Estado, um terço ao setor privado e outro terço à sociedade civil. A mesma Lei veda a um único grupo privado a propriedade de vários meios de comunicação numa mesma área.

A presidente trabalhista, herdeira política do ex-presidente trabalhista Néstor Kirchner, além de ter enfrentado com coragem a imprensa hegemônica, comercial e privada, apresentou projeto que trata da criação da “Ley dos Medios”, que é o marco regulatório para as diversas mídias, para os meios de comunicação, que, sem serem regulamentados (não confunda com censura), conforme acontece com os principais segmentos de atividade econômica, teimam em desestabilizar governos trabalhistas legitimamente eleitos, ao tempo em que, no decorrer de sua história, derrubados por golpes de estado promovidos pelos empresários, com o apoio bélico dos militares.

A presidente Kirchner comprou a briga com os grandes grupos que monopolizam a mídia no país e está batendo de frente com eles. A “Ley dos Medios” só não entrou ainda em vigor porque os grandes grupos monopolistas e os setores políticos que os apoiam estão usando todos os recursos jurídicos possíveis para evitar que isso ocorra. Mas tudo indica que a Lei, que fere de morte os privilégios que estes grupos têm hoje, controlando TV’s (aberta e a cabo), rádios, jornais, internet etc., vai mesmo começar a vigorar logo. Com a nova Lei, simplesmente não poderá mais haver grupos de sejam proprietários de todos estes meios ao mesmo tempo, nem em nível local e muito menos em nível nacional. No Brasil, por exemplo, seria uma lei que atingiria fortemente o poder de vários grupos comerciais.

Um programa interessante, tanto em conteúdo e inovação, é o “6,7,8”, que pode ser assistido no site da televisão pública argentina. O programa vai ao ar às 21 horas todos os dias, menos sábado. Vale a pena conferir.

Na Colômbia, historicamente, a radiodifusão sempre foi tratada como um serviço prioritariamente de caráter público, onde o governo nacional tomou para si a prerrogativa de gerenciá-la e executá-la. Suas primeiras estações de televisão foram fomentadas pelo Estado, que continua sendo o principal ator da existência de canais regionais e nacionais. O sistema sobrevive predominantemente de repasses governamentais, mas também dispõe de mecanismos legais que prevêm a taxação das empresas comerciais: um dividendo que, segundo Pereira da Silva (Coletivo Intervozes, 2009. p.97), “é direcionado para subsidiar a vida das empresas públicas. O Ministério das Comunicações, através da Radio Televisión Nacional de Colombia (RTVC) e, principalmente, um organismo independente chamado Comisión Nacional de Televisión (CNTV) são os dois principais órgãos encarregados da política e do gerenciamento do sistema.

Em suma, o sistema público colombiano sobrevive graças a duas fontes principais de financiamento: o erário público e os patrocínios/apoios culturais.

Na Venezuela, em meio a tropeços do presidente Hugo Chávez, a televisão pública segue avançando na busca de transformações estruturais. Uma

delas é no campo da comunicação. O ministro do Poder Popular para a Comunicação e Informação, Andrés Izarra, tem caminhado por todo o país anunciando a proposta de um Sistema Nacional de Meios, que dará uma nova ordem para a produção de conteúdos da televisão estatal venezuelana.

O projeto, que tem sido debatido em todos os pontos da Venezuela, tem como objetivo gerar, no âmbito dos meios públicos, um sistema que funcione de forma complementar e solidária. Segundo o jornalista Willian Castillo, vice-presidente de conteúdo da Venezuelana de Televisión, “muitas vezes os perfis das emissoras se confundem, e de tal maneira, que elas esgotam os seus recursos sem que a população possa ter, realmente, um conteúdo diversificado. As exceções são a Telesur e a ANTV, que já nasceram com um perfil determinado”.

É por isso que nasce a idéia de um “Sistema Nacional de Meios” que definirá os perfis de cada canal estatal para que a programação possa dar conta da universalidade de desejos e necessidades comunicacionais da população. Assim, os venezuelanos poderão ter a VTV como um canal informativo e de opinião, ou seja, o canal deixará de ser generalista. Já a programação de entretenimento que envolve musicais, esportes, filmes, telenovelas, será absorvida pela TVES. A Telesur segue com seu perfil de informação internacional e integracionista. A Vive TV ficará centrada no desenvolvimento de novas experiências e participação dentro do Poder Popular, através da experiência comunitária. Com esta divisão, os venezuelanos poderão contar com uma programação aberta muito mais diversificada e com opções bem delimitadas.

Conforme explica Castillo (Observatório da Imprensa, 2008):

Até agora todos os canais praticamente repetiam as mesmas informações, os mesmos noticiários e, muitas vezes, sem a devida qualidade. Além disso, era comum ver duas ou três equipes de TVs estatais fazendo a mesma cobertura. Com esta racionalização, a idéia é ter muito mais fatos sendo cobertos porque as equipes estarão mais bem divididas.

Esta proposta não é unanimidade entre os venezuelanos e existem as críticas de que assim definidos os canais podem ter diminuída a participação noticiosa. Mas, para Castillo, o que vai acontecer é o contrário. A população terá muito mais possibilidade de informação. Para garantir a qualidade técnica existe ainda a proposta de se criar a Rede TV, que será o organismo concentrador de todas as áreas de transmissão e transporte de sinal dos meios do Estado. Isso significará melhorias para todas as emissoras. Assim, a VTV não precisará mais se preocupar se o sinal caiu, por exemplo. A Rede TV será o organismo técnico encarregado de resolver este tipo de problema.

O grupo que está à frente desta proposta acredita que, com o novo sistema, será rompido o paradigma do que comumente se conhece como televisão estatal, como salienta Castillo:

Para nós é um rompimento porque a televisão estatal na Venezuela, ao contrário do que se vê na Europa, nasceu depois da TV privada. E qual é o mal? É que copiamos o modelo. A VTV, por exemplo, é uma cópia da cadeia estadunidense CBS, suas instalações foram concebidas como se fosse um canal privado. Agora, com a revolução bolivariana, busca-se a construção de meios públicos diferenciados que possam oferecer programas televisivos de qualidade e com a nossa cara.

É bom que se lembre que, na Venezuela, 85% (oitenta e cinco) da capacidade de emissão estão em mãos privadas. São mais de 20 (vinte) canais privados de televisão contra dois estatais de alcance médio e apenas um de alcance nacional. Existem ainda 430 (quatrocentos e trinta) rádios privadas, enquanto duas são estatais. Isso significa que o poder de comunicar na Venezuela está quase todo na mão da iniciativa privada, contrariando assim a informação que se espalha sobre censura ou domínio da comunicação pelo Governo.

Outro organismo que nasce neste contexto é o Instituto de Rádio e Televisão, que ficará responsável pela coordenação das políticas de produção dos conteúdos de comunicação. Na Venezuela existe uma lei – a Lei Resorte – que dá prioridade e valor para a produção independente e comunitária. Para potencializar essa produção que já começa a crescer, o Instituto promoverá a criação de estúdios, a capacitação dos comunicadores e buscará os recursos para financiar as produções que serão feitas para veicular nos canais públicos. "É uma política social que envolve os comitês de usuários e a incorporação da comunidade no controle dos meios públicos e privados. Assim, o Instituto, com a participação direta de quem faz e quem usa, terá a seu cargo o desenvolvimento das grandes políticas, não só dos meios, mas de toda a comunicação.

O ministro do Poder Popular, Andrés Izarra, acredita que com esta mudança será possível fazer uma televisão pública que tenha público, pois a sociedade venezuelana não quer ver uma televisão chata e aborrecida. Segundo ele, o sistema não é uma coisa pronta, ele está em construção enquanto se caminha. Assim como no Brasil, o ano de 2008 marcou um processo de transformação e re-impulso da televisão pública venezuelana.

A seguir, destacamos algumas fontes de financiamento dos maiores serviços públicos de televisão do mundo:

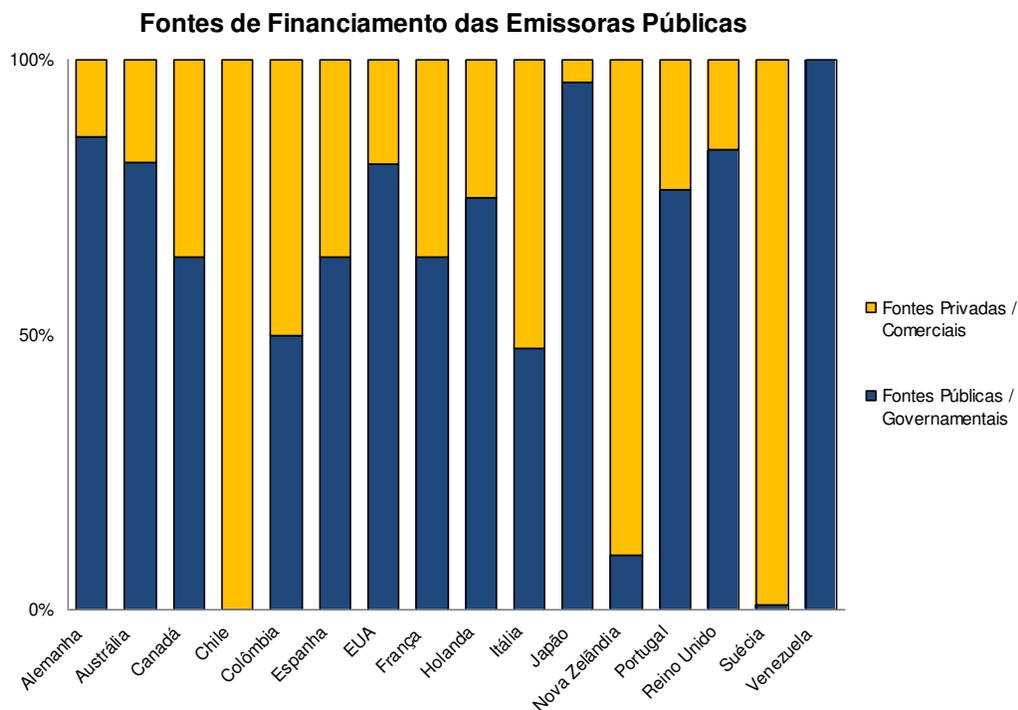


Figura 04 - Moyses, Valente e Pereira da Silva (Coletivo Interviões, 2009)

Como pudemos observar, existem vários modelos de televisões do campo público combinando fontes de receita que, de forma geral, podem ser divididas em dois grupos: recursos públicos e captações próprias. O primeiro compreende taxas, verbas orçamentárias, fundos públicos, empréstimos estatais, subsídios e compensações. O segundo abrange anúncios publicitários e venda de produtos e serviços.

Segundo Moyses, Valente e Pereira da Silva (2009, p. 292, 293):

Os sistemas públicos de comunicação da Alemanha, Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Portugal e Reino Unido, podem ser classificados como sistemas desenvolvidos. Nestes países, a estrutura dos sistemas públicos de

comunicação é relativamente robusta e mesmo em nações de dimensões continentais (como a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos) o sistema opera com sinal ativo em todas as regiões, ainda que possa haver algumas lacunas pontuais (principalmente em regiões remotas ou pouco habitadas, como desertos ou áreas inóspitas). A estrutura desses doze sistemas públicos de comunicação coincide com a situação socioeconômica de seus respectivos países, classificados como economias desenvolvidas.

Países como Alemanha, França, Itália, Japão, Portugal e Reino Unido utilizam a cobrança de taxa periódica (mensal, anual) da população. Há também países como o Japão que utiliza ambas as formas de pagamento. O tributo é cobrado por domicílio ou está agregado a outros impostos ou taxas, como o imposto habitacional (França) ou a conta de luz (Portugal)

Na Itália, França, Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Portugal, Canadá, Austrália (SBS) e Venezuela é utilizada de forma predominante a venda de espaço para anúncios publicitários. No Japão, Reino Unido, Colômbia e Austrália/ABC) a veiculação de publicidade é vetada de maneira integral. Já na Alemanha, França e Austrália (SBS) a veiculação de anúncios é parcial.

Uma outra alternativa de captação de recursos bastante adotada nesses países é a comercialização de produtos e serviços. Na Europa e no Japão, ela tem se materializado com a venda de conteúdos (programas, séries e filmes) ou transmissão de sinal de canais específicos para outros países.

De toda maneira, as informações e os dados disponíveis apresentam que, nos países onde os sistemas são considerados desenvolvidos, as emissoras públicas disputam a atenção dos telespectadores em condições de igualdade com as empresas privadas de televisão e, em alguns casos, estão entre as emissoras mais assistidas pela população. Outra informação relevante é que, após a perda inicial e inevitável da audiência com a abertura das operações privadas de radiodifusão na década de 1980 em muitos países, as emissoras públicas continuaram a despertar o interesse da população. Permanecem sendo

importantes fontes de informação, cultura, educação e entretenimento dos cidadãos desses países.

CAPÍTULO 5.2

ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO À TELEVISÃO PÚBLICA

As regras de controle do poder econômico no sistema de radiodifusão é um reflexo do atraso brasileiro na democratização da comunicação social. Isso do ponto de vista de assegurar a concorrência saudável no mercado e o pluralismo de expressão de idéias e comparativamente em relação aos países desenvolvidos.

A inexistência de restrições à propriedade privada permitiu que as redes nacionais de televisão aberta se constituíssem como elemento aglutinador e instrumento hegemônico de um sistema de mídia que, no total, inclui entre emissoras de rádio, televisão e jornais, aproximadamente, setecentos veículos de comunicação. Essa capacidade oligopolizadora define as bases da estruturação do sistema de mídia do país e condiciona seu contorno econômico, político, cultural e artístico.

Em relação à televisão pública, a decisão da Advocacia Geral da União, aprovada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, no dia 21 de outubro de 2009, abriu possibilidades de financiamento para ela. Trata-se de um despacho, permitindo à TV Cultura de São Paulo a veiculação de propaganda institucional e também de apoio cultural, se apensos a conteúdos de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva, considerados educativos, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais. Além disso, a norma se estende às demais televisões públicas do País.

Em relação ao financiamento de emissoras públicas, não há dados consolidados relativos ao último exercício. O levantamento mais recente foi realizado por ocasião do caderno de diagnóstico do setor no I Fórum Nacional de Televisões Públicas (Ministério da Cultura, 2006) a partir do exercício de 2005 e registra um total de R\$ 407 milhões de reais movimentados pelas emissoras.

Se observados em sua totalidade, os balanços financeiros demonstram desproporção em relação ao faturamento da televisão comercial brasileira em 2007

(R\$11 bilhões de reais), com uma colossal diferença de capacidade de arrecadação entre os veículos. Do total movimentado, as antigas estruturas do Governo Federal (Radiobrás e TVE Rede Brasil) arrecadaram R\$185,7 milhões de reais e a TV Cultura, R\$120 milhões de reais, muito além dos valores das demais emissoras educativas, como a TVE do Paraná (R\$18 milhões de reais), a TVE-RS (R\$16,7 milhões de reais), a TVE Bahia (R\$15,2 milhões de reais) e a Rede Minas (R\$14,6 milhões de reais).

Nas emissoras públicas o orçamento em geral é baixo. Os investimentos giram em torno de 0,05% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso significa que a capacidade de produção é também naturalmente menor. Elas são classificadas de forma especial, qual seja não são nem entidades estatais, nem entidades privadas com o objetivo de lucro. São consideradas “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIPs).

A chamada Lei das Organizações Sociais, a exemplo do que já ocorrera com as Leis Sarney e Rouanet, abriu um novo precedente no que tange à veiculação de publicidade e ao patrocínio de programas, pois foi estabelecido nas Disposições Finais e Transitórias, art. 19: “as entidades que absorverem atividades de televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos”.

Só que até agora, passado quase quatro anos, segundo informações da Casa Civil, o Projeto de reformulação da Lei Rouanet ainda está em análise e não tem prazo para ser enviado ao Congresso.

Em entrevista concedida, em 2009, à TV Brasil e disponível nos sítios do *youtube* ou da EBC, Tereza Cruvinel afirmou que o principal desafio da TV Brasil é assegurar recursos para investimento em um órgão com custeio elevado. E explica:

Em 2009, foram R\$ 60 milhões de reais para investimentos, entre os quais compra de transmissores e renovação de

equipamentos de produção. Pelos cálculos internos, seria necessário três vezes esse valor. Essa situação é bastante visível quando comparamos os baixos investimentos na EBC e em outras emissoras. No nível estadual, as emissoras mantêm sucateadas pelo desinteresse dos Estados da Federação em promover a comunicação pública, recorrendo aos recursos da EBC e de programas do Governo Federal de apoio à produção e reforma do parque técnico.

A TV Brasil tem caráter público e é mantida com o dinheiro do contribuinte, através de uma redistribuição das receitas já existentes, proveniente do pagamento de impostos. Desde 2007 não foi criado nenhum imposto novo para financiar a rede e a cobrança de uma taxa do usuário para ter acesso está descartada. Receitas complementares estão sendo estudadas. Os investimentos previstos pelo Governo consideram a possibilidade de aproveitamento de parte da estrutura técnica da Radiobrás, que já transmite a TV Brasil para cerca de 30% dos municípios brasileiros.

O modelo institucional de financiamento da TV Brasil e da Rede Nacional de TV Pública - vem do Orçamento Geral da União aprovado na Lei n. 11.652, de 7 de abril de 2008. O artigo 11, diz:

- Os recursos da TV Brasil serão constituídos da receita proveniente de dotações orçamentárias e da exploração dos serviços de radiodifusão pública de que trata esta Lei; no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição instituída no art. 32 desta Lei; de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação; de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- De apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projetos;

- De publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços;
- Da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei;
- De recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nos 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
- De recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- De rendimentos de aplicações financeiras que realizar; e
- De rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e objetivos da radiodifusão pública estabelecidos nesta Lei.

Para os fins do disposto nesta Lei, entende-se apoio cultural como pagamento de custos relativos à produção de programação ou de um programa específico, sendo permitida a citação da entidade apoiadora, bem como de sua ação institucional, sem qualquer tratamento publicitário. Entende também que o tempo destinado à publicidade institucional não poderá exceder 15% (quinze por cento) do tempo total de programação.

Durante o II Fórum Nacional de Televisões Públicas, houve um entendimento pelas partes do setor referentes ao modelo de financiamento do campo público de televisão diante do desafio de construir uma televisão pública autônoma e independente.

Presente no evento, Octavio Pieranti, Coordenador Geral de TV e Plataformas Digitais, do Ministério do MINC – Ministério da Cultura deu o seguinte depoimento em relação a fontes de financiamento à televisão pública:

Todas as fontes de financiamento são aceitáveis à exceção da publicidade comercial para o campo público. Há opções como licenciamento de formato e produtos, doações. Hoje diversas instancias governamentais como, por exemplo, o Ministério da Cultura e a Secretaria de Áudio Visual têm diversos programas de fomento voltados às emissoras do campo público de televisão. Além disso, as entidades privadas e públicas podem contribuir para o financiamento e desenvolvimento da televisão pública. (<http://www.youtube.com/watch?v=KghlsfL86eo&feature=related>)

Ao final da transmissão dos debates do II Fórum Nacional de TVs Públicas, a repórter Paula Medeiros entrevistou a deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO), integrante da Comissão de Ciencia e tecnologia:

O Brasil tem uma legislação que ajuda a captação de recursos, principalmente, para a produção de conteúdo através de incentivos da Ancine e das Leis Culturais. O financiamento tem de contemplar a demanda nova (mudança do sistema analógico para o digital) da digitalização. A solução encontrada para o financiamento das emissoras tem de passar por um debate entre os agentes produtores de televisão pública, a Câmara dos Deputados e do Senado Federal que deverão regulamentar uma nova legislação pertinente e necessária nesse novo momento e a própria definição orçamentária do campo público televisivo. (<http://www2.camara.gov.br/tv>)

A SAV – Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura - apoiou e participou desse Fórum, contribuindo com a revisão da missão e finalidade da televisão pública brasileira, com propostas para discussão nos cinco principais eixos temáticos: Regulamentação, Gestão, TV Digital, Programação e Financiamento.

O marco regulatório é um conjunto de disposições legais que disciplina as atividades em áreas que dependem de concessão estatal, como a radiodifusão e a telecomunicação. O controle social é conceito que implica não apenas a regulação da propriedade e do funcionamento técnico dos instrumentos de comunicação, mas, principalmente, dos conteúdos veiculados.

- Marco Regulatório:

1. Alteração imediata, por medida provisória dada sua relevância e urgência, do artigo 13 parágrafo único do Decreto Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967;
2. Edição simultânea de uma portaria interministerial, definindo os objetivos e princípios da radiodifusão pública, exploradas por entidades públicas ou privadas, que não o poder executivo federal ou de entidades de sua administração indireta.

- Tecnologia Digital:

1. Garantir a construção de uma infra-estrutura técnica, pública e única, que viabilize a integração das plataformas de serviços digitais por meio de um operador de rede;
2. A televisão pública considera que a multiprogramação é o modelo estratégico para bem realizar a sua missão;
3. A televisão pública deve ser promotora do processo de convergência digital, ampliando sua área de atuação com as novas tecnologias de informação e comunicação e promovendo a inclusão digital;

1. Que o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) incorpore os canais comunitários e universitários como *players* devidamente identificados no texto da Lei, disciplinando sua operação nos mesmos moldes previstos na Lei do Cabo. As TVs Comunitárias e Universitárias têm direito ao espaço aberto de transmissão no processo de migração dos canais públicos do cabo para redes digitais.

- Gestão

1. Desafio de construir uma televisão pública autônoma e independente;

- Programação:

- 1 - A televisão pública deve se destacar pelo estímulo à produção de conteúdos digitais, interativos e inovadores;
- 2 - Dar apoio à continuidade de pesquisas com vistas à criação de *softwares* que garantam a interatividade plena;
- 3 - O cinema brasileiro é um parceiro estratégico para a realização da missão do campo público de televisão e manifesta a importância de se celebrar um acordo colaborativo, por meio de bases sólidas, entre a televisão pública e o cinema nacional.

- Pesquisa:

1. Que seja incluído um inciso adicional no artigo 3º do Projeto de Lei 277/2007 prevendo o Canal da Universidade, com gestão conjunta, autônoma e isonômica por instituições de ensino superior, autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação, as quais se responsabilizarão por transmitir programação decorrente das produções realizadas por discentes, docentes e colaboradores das referidas instituições de ensino;
2. A realização de estudo específico para a regulamentação da distribuição e do licenciamento de programas e produtos da televisão pública, no novo contexto tecnológico;
3. A criação de um Instituto Autônomo e Independente, para estudo e pesquisa da comunicação pública brasileira, que propõe:
 - a) coordenar o levantamento do conhecimento e experimentações produzidas pelas televisões públicas, universidades e instituições de pesquisa;
 - b) funcionar como um ambiente de discussão permanente para a repercussão e continuidade das reflexões que buscam configurar o campo público brasileiro de televisão;
 - c) abrigar laboratórios, desenhados para refletir, pesquisar, avaliar e inovar sobre as questões centrais na construção dos modelos de comunicação desejados pelo campo público de televisão.

- Financiamento:

1. Participação de todas as emissoras que compõem o campo público de televisão nos recursos provenientes da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública;
2. Repasse de um percentual de publicidade pública institucional do Governo Federal às emissoras que compõem a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM).

O resultado da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (ConFecom) resultou em seis recomendações, reivindicações e deliberações referentes aos diversos segmentos do campo público da televisão brasileira:

1. Participação decisiva da União em um amplo programa de financiamento voltado para a produção de conteúdos audiovisuais, por meio de mecanismos inovadores;
2. Trabalhar em conjunto com o BNDES para encontrar mecanismos de financiamento, por meio do fundo social do banco de fomento, da migração digital das televisões públicas;
3. Proibir a exibição de publicidade de produto ou serviço em todas e qualquer uma das emissoras públicas estatais e não-estatais;
4. Promover a criação de modelos de financiamento estáveis e integrados para todo o campo público de televisão;
5. Disponibilizar mecanismos entre produtoras independentes, televisões públicas, Ministério da Cultura e Agência Nacional de Cinema (Ancine) visando à criação de modelos de negócios que utilizem instrumentos de fomento para a produção independente em televisão;
6. Reconhecer que o modelo de financiamento da Empresa Brasil de Comunicação é uma referência importante para as televisões públicas quanto às possibilidades de diversificação de suas fontes de financiamento.

A área de fomento, apesar da inovação proposta pela legislação, ainda apresenta dependência financeira do Orçamento Geral da União. Daí a importância de se promover debates sobre o campo público e as políticas públicas de comunicação, a favor da constante melhoria e aprimoramento da televisão digital pública no nosso contexto, podendo, esta, ser tema de futuras pesquisas. Hoje, o financiamento da TV Brasil, além do orçamento da União, advém de patrocinadores e até mesmo de doações.

A experiência internacional mostra que a televisão pública é viável e pode cumprir um importante papel na oferta de fontes diversificadas de informação e entretenimento, além de disponibilizar uma programação diferenciada, cultural, científica e informativa, em formato que não combina com a programação da televisão comercial, pautada pela lógica da publicidade como fonte de financiamento.

Por já ter seu financiamento garantido e pela responsabilidade de organizar a comunicação pública definida na Lei que a cria, a EBC/Rede Brasil está trabalhando para apoiar as demais televisões do campo público através de convênios, enquanto aguarda-se que o Congresso e o Governo Federal complementem o processo, resolvendo questões de financiamento, concessão de canais e regulamentação, entre outras. Por sua vez, os representantes do Governo Federal e da Câmara dos Deputados entendem que a legislação brasileira já atende a algumas demandas de financiamento, principalmente através da Lei Rouanet, da Lei do Audiovisual e do Fundo Setorial do Audiovisual.

A busca de convênios e parcerias é uma necessidade da atual conjuntura de recursos escassos por parte do Estado e uma tendência mundial, que pode ser encarada como um aspecto de formação de um novo nicho profissional, altamente positivo e com uma dinâmica ágil, difícil de ser copiada pelas estruturas mais burocráticas de organizações estatais.

As soluções criativas e inovadoras para o financiamento e fomento à Rede Pública de Televisão deverão advir da sua autonomia em relação ao Estado, aos grupos políticos e econômicos que historicamente dominam os destinos da

televisão no Brasil. Uma autonomia que garanta a sua independência de gestão, de definição de conteúdo e de busca e aplicação de recursos financeiros para sua manutenção.

O Brasil não pode perder o bonde da história, é preciso estar atento às mudanças, tanto tecnológicas como econômicas e sócio-culturais, e buscar parcerias com redes de televisões privadas a fim de aproveitar o recurso da multiprogramação para transmitir também o conteúdo da televisão pública. A televisão privada parceira ficaria isenta da responsabilidade de produção dos conteúdos da televisão pública. A emissora poderia transmitir seu canal em HD (*High Definition*) e o da televisão pública em SD (*Standart Definition*), restando ainda mais um canal SD a ser transmitido. Isso não oneraria de forma nenhuma a parceira, pois a mesma estaria transmitindo seu conteúdo principal em alta definição. A multiprogramação é considerada um modelo estratégico, porque atende à diversidade da demanda da sociedade.

Para usufruir do recurso da multiprogramação, a Rede Nacional de Televisão Pública precisa de um parceiro para carregar e transmitir o seu sinal para todo o país. A televisão privada, ao usar a multiprogramação, precisa de conteúdo já produzido para 'ocupar' seus canais adicionais. Existe essa possibilidade para a televisão pública expandir sua programação.

Outra tendência em expansão e constante no exterior, como demonstra as experiências internacionais, é a da regionalização. A RNTP deve estabelecer uma sintonia entre as demandas de informação e de educação de cada comunidade local, por isso as emissoras estaduais e municipais são importantes.

Outras alternativas à sustentabilidade econômica da televisão pública:

1. Fundos públicos ou privados, desde que expressamente desvinculados de interesses - mediatos ou imediatos - governamentais ou comerciais;
2. Donativos ou contribuições voluntárias, como acontece com a PBS (*Public Broadcasting Service*) ou a NPR nos Estados Unidos;

3. Erário, desde que fora do alcance de atos discricionários dos gestores da máquina estatal;
4. Transformação da contribuição para o fomento da radiodifusão, instituída na Lei N^o. 11652, em um fundo de apoio à comunicação pública, a exemplo de países como Portugal, Austrália e Colômbia, que possuem fundos públicos formados pela destinação de parte dos impostos já cobrados ou com rubricas específicas.

No caso brasileiro, esse fundo de apoio poderia manter, por exemplo, as receitas oriundas de 5% do Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações), comunicações comerciais, especialmente os lucros das emissoras de radiodifusão e a comercialização de aparelhos receptores. O fundo poderia ser integrado por dotações orçamentárias definidas pelo Congresso, desvinculando os repasses do Governo Federal.

No artigo 32, da Lei N^o 11652, está escrito que o objetivo dessa contribuição é propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante a utilização de serviços de telecomunicações. Do total arrecadado por essa contribuição, 75% (setenta e cinco por cento) já são destinados à EBC. Os recursos são obtidos de um percentual da taxa de fiscalização e funcionamento das telecomunicações, cobrada anualmente de prestadoras desses serviços, à exceção da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), dos órgãos de polícia militares, civis e federais e dos corpos de bombeiros militares. A contribuição está sendo regulamentada pela ANATEL.

Outra alternativa de sustento econômico seria um sistema de financiamento misto, como sugere Scorsin (2008, p.309):

De um lado, a utilização de recursos orçamentários (federais, estaduais e municipais, dependendo da modalidade de serviço de televisão por radiodifusão), mediante a criação de fundos públicos

especiais para manutenção e operação das atividades. De outro, a cobrança de taxas sobre o consumo de aparelhos de televisão vendidos no país; a flexibilização nas regras de restrições à publicidade comercial; incentivo aos investimentos privados na programação educativo-cultural relacionados à sua responsabilidade sócia e a receita proveniente da remuneração paga pelas empresas comerciais pelo uso das freqüências, licenciamento de produtos, prestação de serviços etc.

Essa alternativa é interessante, pois articula na sua conjuntura os campos público e privado na captação de recursos para produção e distribuição de produtos audiovisuais. É necessário apenas articular a atividade de fomento à produção audiovisual com a operacionalização dos serviços prestados pelo sistema de radiodifusão pública.

Além dessas alternativas existem no País, por exemplo, programas de ações relevantes, como o da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV), que possuem mecanismos de fomentos e financiamentos para a realização e distribuição de produtos audiovisuais, entre os quais, programas televisivos.

A SAV procura desenvolver políticas públicas que tenham como norte a expansão do setor audiovisual, as convergências tecnológicas e empresariais em curso, a defesa do interesse público e nacional.

Os programas de fomento têm se baseado em parcerias que integram ações de produção, capacitação e difusão dos conteúdos realizados pela produção independente, com especial foco na televisão aberta, veículo de comunicação social com penetração gratuita em mais de 97,5% (noventa e sete e meio por cento) dos domicílios brasileiros.

Este leque de parceiros institucionais vem proporcionando uma crescente aproximação entre a produção audiovisual independente e a indústria brasileira de televisão; ao mesmo tempo em que otimiza o investimento de recursos públicos em ações de fomento, ao proporcionar garantia antecipada de que as obras produzidas chegarão gratuitamente ao cidadão brasileiro, por meio de

sua teledifusão. Muitas oficinas de formatação e desenvolvimento de projeto vêm sendo realizadas, visando adequar a criatividade dos produtores independentes às necessidades específicas de programação da televisão.

No âmbito da produção e teledifusão, dentro do escopo do Programa de Editais de Fomento a Produção, a SAV vêm realizando concursos para produção de vídeos ou projetos voltados para a televisão, como, por exemplo, o “DOC TV”, “DOC TV Ibero América”, “FIC TV”, “Mais Cultura”, “Revelando os Brasis”.

O principal instrumento da SAV para alavancar a distribuição internacional das obras audiovisuais brasileiras de produção independente é o programa setorial de promoção à exportação “Brazilian TV Producers” (BTVP), criado em 2005, conjuntamente com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), através de convênio com a Associação Brasileira de Produtores Independentes para a Televisão (ABPITV), entidade gestora do programa. O objetivo primordial do BTVP é criar ambientes de negócio favoráveis ao produtor independente brasileiro nos principais festivais, mostras e mercados internacionais, por meio de ações promocionais e presença sistemática.

A televisão pública pode servir tanto para a divulgação dos filmes, quando estes vão para as salas, quanto para a sua exibição, quando eles saem do circuito. São parcerias em que não se tem ativo circulando, mas tem um instrumento de visibilidade e passa a ter conteúdo para construir programação.

Para o cineasta e professor do Curso de Pós-Graduação em Midialogia, Multimeios e Comunicação, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Adilson José Ruiz (II Fórum Nacional de TVs Públicas, 2009):

Ações como a da SAV poderiam ser agentes multiplicadores de fomentos interligando-se com outros Ministérios na busca por soluções de novos modelos de negócio para o campo público da televisão brasileira. Além de verbas obtidas pela venda de

programas, licenciamento de marcas, doações, publicidade institucional, patrocínio de programas e prestação de serviços a organismos públicos e privados.

Pola Ribeiro, presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), faz coro à afirmação de Ruiz:

É preciso diversificar a forma de financiamento da televisão pública, assim pode-se garantir o espaço para a democratização e autonomia da TV Brasil. Não tem nada definido, mas pensa-se numa forma tripartite, onde o governo do estado banca uma parte; outra parte seria viabilizada através de instrumentos de gestão para oferta de serviços; e ainda uma terceira parte, advinda de recursos de um fundo social federal, algo como o Fistel, Fust, Funtel e outros que pudessem ser aproveitados.

Quanto ao aspecto tributário, a fonte de financiamento para o desenvolvimento da atividade televisiva pública pode ser ainda uma contribuição sobre uma parcela das receitas auferidas pelas televisões privadas com a venda do espaço audiovisual para publicidade ou, como já foi dito, um imposto sobre a venda de televisores. Já existem mecanismos de apoio à atividade cultural, mediante a legislação federal de incentivo à cultura e as legislações estaduais e municipais no mesmo sentido. É necessário apenar articular a atividade de fomento à produção audiovisual com a operacionalização dos serviços prestados pelo sistema de radiodifusão público.

As emissoras públicas brasileiras são tão ou mais atraentes para os assinantes de TV paga do que várias emissoras comerciais, voltadas à informação e mesmo ao entretenimento, ligadas a grandes grupos de mídia nacionais ou internacionais. Paradoxalmente, os “canais de acesso público” são restritos aos assinantes da TV a cabo, o que corresponde a um universo em torno de 18,2% (dezoito vírgula dois por cento) da população.

Dos 200 milhões de habitantes do Brasil, apenas 18 milhões têm acesso a TV a cabo, segundo dados da Associação Brasileira de TV Aberta (ABTA).

Levantamento do Fundo Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC, 2010) revela que apenas 26 das 332 geradoras de TV aberta do Brasil (menos de 10%) são de origem estatal ou pública. Destas, menos de dez estão captando verbas num mercado onde mais de 70% (setenta por cento) dos investimentos do segmento televisivo vão para uma mesma rede de emissoras comerciais.

As emissoras do campo público de televisão devem adotar ações que venham a atender a captação de recursos necessários para despesas como manutenção, recursos humanos, tecnologia, infra-estrutura, produção de conteúdos, entre outras. Também existe a eminente probabilidade das televisões públicas serem beneficiadas de acordo com critérios a serem adotados pelos órgãos competentes, como programas de financiamento de bancos de fomento como BNDS e o JBIC, japonês.

Além disso, a própria ABEPEC pode buscar apoio para projetos maiores, que contemplem o grupo de emissoras associadas. Por exemplo, pode-se buscar financiamento para digitalizar o acervo. Não é necessário instalar equipamento e pessoal em cada uma das televisões.

Também é preciso ousar, propor soluções criativas e até sugerir novas alternativas para o setor em áreas como:

- a) gestão de modelos de negócios;
- b) opções de financiamento, que possibilitem o exercício da cidadania (inclusão digital); e
- c) democratização da comunicação e informação.

Ainda falta esclarecimento satisfatório, por parte das autoridades competentes, sobre a televisão pública digital junto à população explicando porque e para que veio.

Se para Theodoro Filho (2006), “o fomento é considerado como sendo uma prática usual cujo objetivo é promover financiamento e inovação, além de mobilizar recursos financeiros e integrar instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do país”.

Para Di Pietro (2002, p.59, 192):

O fomento abrange a atividade de incentivo à iniciativa privada de utilidade pública, de forma que o Estado deixa a atividade na iniciativa privada e apenas incentiva o particular que queira desempenhá-la, por se tratar de atividade que traz algum benefício para a coletividade. Esses incentivos variam na forma e no conteúdo, podendo ser fiscais, subvenções, financiamentos a juros facilitados ou até mesmo, de forma indireta, cessão de servidores públicos, permissão de uso de bens públicos, entre outros. Vale lembrar que o simples fomento não vincula a ponto de delegar o serviço público, mas de incentivar o exercício de atividades colaboradoras, paralelas, com fim similar.

Existem, ainda, como indica Santos Júnior (Panóptica, 2009) algumas formas de se utilizar o fomento em organizações:

- Contrato de gestão - Na lei 9.637/98, na sua Seção V, é tratado o Fomento às Atividades Sociais, em que soma também às seções III e IV, que versam sobre o Contrato de Gestão, modalidade específica, que nem mesmo se enquadraria como contrato: mas sim como um convênio, pois que, embora sejam pactos bilaterais, não há contraposição de interesses que caracteriza os contratos em geral; há isto sim, uma cooperação entre os pactuantes, visando objetivos de interesses comuns.
- Termo de parceria – De acordo com os termos da lei 9.790/99, em seus artigos 3º e 4º, o termo de parceria é um acordo de cooperação funcionalizado,

através do qual se formalizam os compromissos de fomento e execução de determinada atividade de interesse público. Firmado entre o Poder Público e a organização, tal acordo também delimita requisitos, principalmente quanto à sua qualidade. Estes requisitos estão previstos na mesma Lei, que prevê a constância de determinadas cláusulas e estipula obrigações.

O termo de parceria possui explícita semelhança ao Contrato de Gestão, diferenciando na sua natureza jurídica sob os quesitos contratação e formalização. A princípio, a proposta de firmar tal termo pode ser oriunda do órgão estatal competente (que virá ou não a ser parceiro), sob a forma de concurso de projetos. Não sendo esta a única forma, pode a própria organização propor a parceria, cabendo posteriormente à discricionariedade do órgão público responsável firmá-la ou não. A formalização tanto da organização como do Termo de Parceria deve obedecer a um sistema burocrático detalhado, que procura certificar a idoneidade e probidade da instituição.

Como observa Maria Ancora da Luz (2010, p.93):

Os benefícios totalizados no fomento são reais, e simbolizam milhões investidos anualmente. As formas de incentivo não estão expressas na lei, nesta só se fala vagamente sobre recursos de origem pública, o que deixa em aberto as possibilidades e conteúdo das benesses. Assim, empresas filantrópicas podem criar seu próprio modelo de fomento a ser aprovado pelo órgão estatal correspondente, obedecendo à oportunidade e conveniência.

O fomento, portanto, deve ser considerado como uma ação estratégica para a manutenção e sobrevivência das organizações. Diante disto, as televisões públicas deverão prospectar a existência de linhas de fomento que atendam aos seus anseios. Esta existência acontece através das Chamadas Públicas ou Editais que são anunciados publicamente no Diário Oficial da União e pela Internet. Ao analisar as referidas chamadas, a televisão pública enquanto candidata/proponente

deparará com linhas de financiamento que se enquadram às suas necessidades. Para participar destes Editais necessita-se elaborar Projetos para Captação de Recursos junto aos Órgãos de Fomento.

Nivaldo Freixeda, superintendente de rede da TV Brasil, respondeu ao questionário elaborado pela pesquisadora Maria Ancora da Luz. As respostas obtidas envolveram, em síntese, o que segue:

“Questão 1 - O que considera como sendo o fomento da EBC/TV Brasil em relação à televisão digital pública no Brasil?

R: Existem dificuldades para se executar as práticas de fomento considerando-se a caducidade da legislação e dos processos decorrentes. A EBC/TV Brasil traz consigo um modelo e um sistema de regulação que procura efetuar as condições necessárias à criação de mecanismos envolvendo o fomento.

Atualmente, o aporte mais significativo advém do Tesouro Nacional, sendo sua distribuição efetuada nas dimensões de: gastos com pessoal, investimentos e outros gastos de custeio.

Existem necessidades de estabelecimento de padrões e da criação de sistemas de avaliação, considerando-se ser esta uma área ainda recente no nosso contexto. Ainda, quanto à representatividade da sociedade civil. Nesse processo, existe o compromisso do Conselho Curador de fazer cumprir o Estatuto vigente, em especial aos termos do artigo 11^º.

Questão 2 - Na sua opinião, o atual modelo de fomento da TV Brasil é aplicável às filiadas e ou conveniadas envolvidas? Justifique sua resposta.

R - Sim, desde que seja pressuposto que as instituições envolvidas devam desenvolver novos negócios (produtos e serviços) que estejam em harmonia com a missão e atuação da televisão pública e que possam gerar recursos próprios para assegurar a manutenção de suas atividades e os patamares de investimento necessários para que se mantenham competitivas, além do aporte de recursos advindos da esfera Federal.

Questão 3 – Na sua opinião, quais alternativas ou estratégias de ação considera recomendáveis ao fomento da EBC/TV Brasil e suas filiadas e conveniadas?

R - Deverão contemplar as oportunidades de receita própria, advindas de condições tais como: apoio cultural, doações, publicidade institucional, publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal mediante leis de incentivo à cultura e ao audiovisual, convênios, aplicações financeiras e outras fontes que não venham a comprometer os princípios da radiodifusão pública.

Questão 4 – No seu entender, quais seriam as oportunidades e os desafios acerca do fomento da EBC/TV Brasil em relação às questões que envolvem a televisão pública brasileira?

R - O desenvolvimento de novos modelos de negócios (produtos e serviços) poderá oferecer oportunidades para a área de fomento no ambiente da TV Digital pública e, em decorrência, acredita-se que o desafio estará presente na constituição de certa independência financeira a ser conquistada. Seu próprio modelo de fomento a ser aprovado pelo órgão estatal correspondente, obedecendo à oportunidade e conveniência”.

Pelo que foi exposto até o momento, reafirmamos a convicção de que é viável e salutar fazer e ter uma televisão pública no Brasil, desde que haja uma mudança cultural sobre as diretrizes e os contornos desse tipo de instituição; a começar pelos políticos, que, sem exceção, entendem as emissoras públicas como extensão das assessorias de imprensa pessoal de governantes.

O aparelhamento das ferramentas da comunicação pública é uma constante em governos à esquerda ou à direita do espectro político, sem variações. Naturalmente, a independência das emissoras públicas deveria estar inscrita em lei, o que só seria possível a partir de um pacto democrático no interior das casas legislativas.

A televisão pública deve apostar naquilo que a televisão comercial não mostra e que venha ao encontro de anseios da cidadania. Revelando Brasil que a

televisão comercial, por sua própria lógica, não revela. Renovando-se, renovando a linguagem e recorrendo a este grande filão de qualidade e criatividade que é a produção audiovisual independente no País, em todas as regiões. Um canal de televisão público é um meio de expressão cultural de uma nação e de constituição de sua imagem, para si mesmo e para o restante do mundo, não devendo jamais ser convertida em espaço de divulgação de bandeiras partidárias.

Num sistema predominantemente comercial como o nosso, ela deve fazer o contraponto e a diferença. Por isso é pública e as outras são comerciais. A participação da sociedade na cobrança das autoridades políticas do País para que uma ampla revisão do Código de Comunicações seja realizada, é fundamental para atender o ideal de levar ensino complementar à sociedade, de exibir programas de qualidade de cunho cultural, informacional e de entretenimento, de democratizar as oportunidades de acesso à informação, principalmente, aos mais carentes.

A televisão pública deve ser financiada pela sociedade e patrocinada por aqueles que comungam de seus objetivos e que compartilham da sua missão, mas a única satisfação que ela deve é à própria sociedade, enfim, aos telespectadores. Tanto o dinheiro estatal quanto o dinheiro proveniente da sociedade através da publicidade, não podem impor seus interesses políticos ou mercadológicos a sua programação.

Com a possibilidade de buscar patrocínio cultural, as emissoras ganharão autonomia. Dependendo da concepção de quem está à frente do Governo, a emissora pode ficar sem recursos. Contudo, a mudança nas regras não será simples. É preciso que as televisões possuam gente capacitada para formatar os projetos e buscar patrocínio, além da necessidade de mudar a cultura de mercado. É possível sustentar as televisões públicas com o patrocínio institucional, mas não enquanto o único critério de investimento for a audiência.

A necessária autonomia da televisão pública no Brasil deverá ser conquistada no seu dia-a-dia. Considerando a própria história da televisão no País, no sentido de que ela sempre serviu como instrumento de manutenção do poder, a autonomia da televisão pública não acontecerá por decreto, com o que for apenas

estabelecido na letra da lei. Também terá que ser conquistada, na medida em que comprovar sua independência, em contribuir para a qualificação da cidadania, as demandas da sociedade brasileira e as exigências por uma televisão pública, não somente estatal. Com a autonomia conquistada, a televisão pública terá melhor definidos os mecanismos e as alternativas de financiamento e fomento, visando assegurar a sua sustentabilidade e para que cumpra a sua verdadeira missão.

Os representantes das emissoras públicas, educativas, culturais, universitárias, legislativas e comunitárias devem discutir a conveniência de construção de uma infra-estrutura técnica, pública e única, que viabilize a integração da plataforma de serviços digitais por meio de “um operador de rede” digital. Não há, ainda, clareza sobre o que resultará dos acordos, cujos limites estão relacionados com a regulamentação do compartilhamento de canais parcialmente estabelecida pelo Governo Federal.

O caminho e o futuro da sustentabilidade da televisão pública poderá ser um *mix* de gestão com um modelo de negócio, envolvendo financiamento e fomento advindos das mais variadas fontes, desde que democraticamente na sua prestação de conta com a sociedade.

Para finalizar citaremos o Ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil:

“É preciso que os governos tenham sensibilidade para entender a importância desse tipo de serviço público televisivo e que o mercado reflita sobre a sua responsabilidade e pense em dirigir recursos para a sobrevivência de uma televisão pública mais cidadã”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as políticas públicas voltadas para o campo público da televisão deixam muito a desejar, seja pela legislação obsoleta, pela falta de interesse político e da sociedade.

O Brasil nunca teve de fato um sistema público de comunicação. Durante o decorrer do século XX foram raros os debates públicos sobre o assunto. Com quase um século de atraso, o projeto de um sistema público de comunicação começa a aparecer no País, mas não sem resistências e desagrado aos interesses hegemônicos.

A proposta da Tese foi justamente contribuir para que o debate sobre a sustentabilidade econômica da televisão pública venha a tona e seja discutido de maneira mais ampla possível entre os atores do campo público televisivo, a classe política e a sociedade. Para isso, buscamos trazer um panorama das experiências dos sistemas públicos televisivos de diferentes países, que possuem políticas, economias e culturas distintas.

Acreditamos que a Tese poderá ser útil e auxiliar a esclarecer a importância de se buscar alternativas de financiamento para um sistema público de televisão no País, considerando o processo de inclusão social e digitalização atualmente em curso. Em nosso país, onde a hegemonia comercial e a concentração dos meios de comunicação estão nas mãos de poucos, a existência de uma comunicação pública efetiva e bem desenvolvida é em pré-requisito para a democracia.

A dinâmica inerente aos meios de comunicação e à televisão pública em particular nos remete as seguintes considerações finais:

1. Não há, ainda no Brasil, um modelo (por assim dizer, brasileiro) de televisão pública que contemple uma excelência na grade de programação ao mesmo tempo em que faça de uma maneira

agradável para o espectador; mas de forma própria, sem seguir o mecanismo da televisão comercial.

2. A proposta de uma linguagem diferenciada apresenta dificuldades, tendo em vista que será preciso vencer a natural resistência que o público costuma ter em relação a mudanças no *status quo*, empecilho ao qual pode ser acrescentada a natural animosidade e descrença que o público manifesta ter em relação a entidades e atitudes provenientes do Governo.
3. É importante ousar e experimentar; um exemplo que pode ser dado é em relação aos canais que transmitem apenas e tão somente o que está acontecendo, caso das televisões do Senado e Câmara; será que adicionar comentários não as tornaria mais atraentes?
4. No Brasil, a TV Cultura de São Paulo é a que mais se aproxima do modelo; no mundo, é a BBC de Londres. Mas, mesmo assim, de vez em quando sofrem com injunções, às vezes de procedências políticas, outras de ordem comercial como acontece com a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro que, de quando em quando são ‘bombardeadas’ pela TV Comercial, nos momentos em que ultrapassam determinados níveis de audiência. Elas como quê devem se manter, em linguajar rasteiro, ‘comportadinhas’.
5. A televisão no Brasil ocupa um importante espaço na história da comunicação no País e tentativas têm sido feitas para o seu constante aprimoramento.
6. Ao assumir o poder, a Presidente Dilma Rousseff transferiu para o Ministério das Comunicações e ao Ministro Paulo Bernardo a

responsabilidade de rever o projeto de implantação do novo marco regulatório das comunicações. Este, no Governo Lula, foi elaborado sob a inspiração do Ex-Ministro Franklin Martins, então na Secretaria de Imprensa da Presidência da República, e que promovia, deliberadamente, confusão entre os conceitos de marco regulatório propriamente dito e o “Controle Social” das Comunicações.

7. A televisão pública corre o perigo no País de ficar sempre atrelada, quando se trata de legislação, aos ditames do Governo. Fenômeno idêntico ocorre(eu) com o cinema brasileiro, o que trouxe e traz vantagens e desvantagens.
8. A televisão pública necessita encontrar uma saída para o financiamento integral de suas despesas, para que independa cada vez menos do(s) Governo(s), o que contribuirá automaticamente para a independência de sua programação e de suas atitudes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO .
História da Abert. Disponível em:< <http://www.abert.org.br/site/index.php?/historia-da-abert.html>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TV UNIVERSITÁRIA. **EBC e TV Brasil celebram 4 anos de fundação em solenidade na sede da empresa em Brasília.** Disponível em: Disponível em:< <http://www.abtu.org.br> >. Acesso em: 28 out. 2011.

ALTMAYER, Cyril. **Publicidade na TV Pública francesa dever ser eliminada aos poucos.** Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,publicidade-na-tv-publica-francesa-deve-ser-eliminada-aos-poucos,153850,0.htm>> . Acesso em: 15 jul. 2010.

<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

ATLAS Brasileiro de Telecomunicações. São Paulo: Glasberg, 2004.

BERNARDO, Paulo. **PL 116 Um estímulo à competição no mercado de TV a cabo.**

Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/pl-116-estimula-competicao-no-mercado-de-tv-a-cabo>>. Acesso em: 05 set. 2011.

BEZERRA, Wagner. **Manual do telespectador insatisfeito.** São Paulo: Summus, 1999. 59 p.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** CEBRAP, São Paulo, n. 88, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cebrap.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BOLANÕ, César ; BRITTOS, Valério. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes.** São Paulo: Paullus, 2007, 291 p.

Disponível em: <http://sbtvd.cpqd.com.br/downloads/decreto_4901_2003.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2009.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 39 p.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Decreto n.4.901, de 26 de dezembro de 2003. **Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD-T), e dá outras providências.**

Disponível em: <www.mc.gov.br/tv_digital_decreto4901_27112003.htm>. Acesso em: 15 jul. 2004.

BRASIL. Portaria do Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Comunicação , nº 832, Brasília, DF, 08 nov.1976. Fórum Nacional de TV's,2. Públicas. **Caderno de Debates**, Brasília, 26-29 de maio/2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Secretaria de comunicação social da presidência da república. Ministério da Fazenda. Cria a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, aprova o estatuto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24 out. 2007. 2 p.

CARRATO, Ângela. **A TV pública e seus inimigos.** 17 p. Disponível em: <<http://www.astralbrasil.org/documentos/atvpublicaeseusinimigos.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

_____. **Desconhecida e cara:** um balanço do primeiro ano de implantação da TV digital no Brasil. Brasília, Universidade de Brasília, 2008.

CRUVINEL, Teresa. **Teresa Cruvinel:** depoimento. Entrevista concedida ao Programa Em Construção. Encontro EBC. Diálogo com a sociedade. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=625ytav6Zg0&feature=related>>.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Prestação de Contas.** Relatório de Atividades da EBC, 2008/2009.

Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/prestacao-de-contas/relatorio-de-atividades/download>>. Acesso em: 13 out. 2010.

TEIXEIRA, Raquel. Entrevista concedida a Paula Medeiros. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=myUP-qfEFo>> Acesso em: 15 maio 2010.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS. **EBC precisa ser ágil e republicana no trato com o dinheiro público.** Disponível em <<http://www.fenaj.org.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

ELLIS, John. **Produtor de documentário anti-Globo diz que TV pública vem tarde demais.** Entrevista concedida a Diógenes Muniz. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u375398.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

FIORETI, Bruna; CAMPOS, Silvia ; STIVANIN, Taíssa. **A TV Pública que funciona.** Disponível em: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/blog/?page_id=568>. Acesso em: 15 dez. 2008.

FRADKIN, Alexandre. **A TVE ou não é?** : uma tentativa disciplinada de explicar a caótica legislação da Radiodifusão Educativa, principalmente na área da televisão. Disponível em: <<http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com/2007/05/tve-ou-no-uma-tentativa-disciplinada-de.html>>. Acesso em: 08 maio 2008.

_____. **História da TV Pública/Educativa.** Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=listdocumentos&categ_key=91>. Acesso em: 08 maio 2008.

GARCEZ, José Roberto. **TV pública digital muda e vai usar rede da Telebrás.** Disponível em: <<http://insight-laboratoriodeideias.blogspot.com/2010/11/tv-publica-digital-muda-e-vai-usar-rede.html>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

GINDRE, Gustavo. **Entidades questionam modelo de gestão pública.** Disponível em: <<http://www.amarc.com.br>> . Acesso em: 13 mar. 2011.

FILHO, Laurindo Leal. **A TV pública.** In: HAMBURGUER, Esther; BUCCI, Eugênio (Orgs.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003,.153-165 p.

_____. **A TV sob controle:** a resposta da sociedade ao poder da televisão. São Paulo: Summus 2006. 110 p.

_____. **A TV aos 50:** criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 155 p.

_____. **TV: um poder sem controle.** Revista Comunicação & Educação, São Paulo, set./dez. 1999, 76 p.

JARDIM, Lauro. A propósito de ibope, a TV Brasil não decepcionou no domingo. Alcançou 0,3% de audiência média no Rio de Janeiro durante o dia de ontem continua, portanto, com um ibope estável. **Radar on line**, 7 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.radaronline.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

LIMA, Venício ; CAPARELLI, Lima. **Comunicação e televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Paulus, 2005. 79 p.

LIMA, Jorge Cunha. **A TV pública hoje é financiada pelos estados**. Entrevista concedida a Alessandra Bastos. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-11-24/entrevista-3-tv-publica-hoje-e-financiada-pelos-estados-diz-cunha-lima>. Acesso em: 26 jul. 2009.

LUZ, Maria Luiza Sorbille Veiga Ancora da. **Gestão e Fomento para a Televisão Pública Digital**. 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2010.

LYALL, Sarah ; PFANNER, Eric. **O momento difícil da BBC**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-momento-dificil-da-bbc>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

MAGALHÃES, Cláudio. **Planejamento Estratégico**. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br/site/images/abtu-planejamento-estrategico-2011-2012.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

FRANKLIN Martins pede clima de entendimento na discussão de marco legal. Tela Viva, maio 2009.

Disponível em: <http://www.telaviva.com.br/09/11/2010/franklin-martins-pede-clima-de-entendimento-na-discussao-de-marco-legal/tl/203699/news.aspx>. Acesso em: 19/11/2009.

_____. **Franklin Martins**: depoimento. Entrevista concedida a **Agência Brasil**, 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.org.br>>. Acesso em 16 mar. 2011.

MARQUES DE MELO, José. Televisão brasileira: desenvolvimento e perspectivas. **Revista Comunicação e Sociedade**, São Paulo, 2001. p.37.

MARKUN, Paulo. **País passa ao longe do bonde para modelo digital de televisão**. Entrevista concedida a Sílvia Anunciação. FÓRUM PERMANENTE TELEVISÃO EDUCATIVA E DIGITAL, Campinas, 20 out. 2011. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2011/10/21/pais-passa-ao-longo-do-bonde-para-modelo-digital-de-televisao>>. Acesso em: 22 out. 2011.

MATTOS, Davi José Lessa. (Org.). **Pioneiros do rádio e da TV no Brasil: depoimentos à Pró-TV**. São Paulo: Codex, 2004, 121-122 p.

MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira**: uma visão econômica, social e política. São Paulo: Vozes, 2002.

MOYSES, Diogo; VALENTE, Jonas ; SILVA, Sivaldo Pereira da. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. Interozes, Coletivo Brasil de Comunicação Social. São Paulo: Paulus, 2009. 292-293 p. (Coleção Comunicação).

NAVARRO, Sueli. **TV Digital: sinal entra aos poucos na vida dos brasileiros**. Entrevista concedida a: Fabio Reynol.

Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 out. 2009.

NOVAES, Adauto. **Rede imaginária: televisão e democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991, p. 311.

Revista Mídia e Dados, Grupo de Mídia de São Paulo, 1998. – Apêndice 2 - **Dados Estatísticos sobre a televisão brasileira**, Março/1999, p. 311.

TAVARES, Elaine. **Governo busca mudanças na TV pública.** Observatório da Imprensa, ano 16 , n. 665, 25 out. 2011. ISSN 1519-7670 .Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/governo_busca_mudancas_na_tv_publica>. Acesso em: 04 nov. 2011.

Ribeiro, Paulo. **TV pública precisa desvendar vias de financiamento.** Entrevistada concedida a Ana Rita Marini, 27 jun. 2011, edição 648. In: E – *Fórum*, n. 341, 24 jun. 2011.

Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/tv-publica-precisa-desvendar-vias-de-financiamento>>. Acesso em: 01 jun.2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas.** São Paulo: Atlas, 2005. 376 p.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 39- 40, p. 51.

PUBLIC BROADCASTING SERVICE. **Serviço de Televisão Pública nos EUA.** <<http://www.pbs.org>>. Acesso em: 20 out. 2009.

PAIVA, Eduardo. **País passa ao longe do bonde para modelo digital brasileira.** In: FÓRUM PERMANENTE TELEVISÃO EDUCATIVA E DIGITAL, Campinas, 20 out. 2011.

Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao21/10/2011pais-passa-ao-longo-do-bonde-para-modelo-digital-de-televisao>>.

Acesso em: 22 out. 2011.

PASCHOAL NETO, José Dias. **Análises do reflexo da interatividade na produção, disseminação e recuperação da informação na TV digital.** Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

TVS públicas apontam demandas ao governo.

Disponível em: <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em: 12 maio 2010.

REVISTA TELAVIVA. **TVs públicas apontam demandas ao governo.** Ano 16, n. 171, maio 2007, 46 p.

ALENCAR, Marcelo Sampaio de. **Televisão Digital.** São Paulo: Ética, 2007. 268 p.

RUIZ, Adilson José. Entrevista para TV Senado concedida durante o II Fórum Nacional de TVs Públicas, Brasília, 2009.

SCHODER, Celso. **Debate da TV Pública no RS.** Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=200209> 27/10/2007. Acesso em: 14 jun. 2008.

SANTOS JÚNIOR, F. L. P. dos. **Fomento público: portas abertas ao terceiro setor.** PANÓPTICA, v.122, n. 15, 2009. Disponível em: http://www.panoptica.org/art.pdf/Issue15_6_Lucena_p.118124.pdf. Acesso em: 15 mar. 2011.

SANTOS, Maria Lurdes dos. **Breve história da TV legislativa no Brasil: raízes e origens.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006, Brasília. **Anais.** São Paulo: Intercom, 2006.

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA. Disponível em: < <http://www.seta.org.br>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

SIMÕES, Inimá. **A nossa TV brasileira: por um controle social da televisão.** São Paulo: SENAC, 2004. 43 p.

SINDICATO das Agências de Propaganda de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.sinapromg.com.br/index.php?option...id.>>. Acesso em 24 jun. 2010.

SCORSIN, Ericson Meister. **TV digital e comunicação social: aspectos regulatórios: TVs pública, estatal e privada.** Belo Horizonte: Fórum, 2008. 305 p.

SQUIRRA, Sebastião ; FECHINE, Yvana. **Televisão Digital:** desafios para a comunicação. Porto Alegre: Sulina, Livro da Compôs, 2009.

TAVARES, Elaine. **Governo busca mudanças na TV pública.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/governo_busca_mudancas_na_tv_publica>. Acesso em: 30 nov. 2011.

THEODORO FILHO, J. A. **Plano de negócios:** parte conceitual e financeira & captação de recursos em órgãos de fomento. 2006. Disponível em: <http://concurso.inatel.br/melhoresplanos/index2.php?option=com_docman&gid=9&task=doc_view&Itemid=2>. Acesso em: 22 maio 2011.

VITORINO, Inês. **Estudo qualitativo sobre a programação da TV Brasil**. In: **Quatro anos de um ideal democrático: (2007-2011)**. Brasília, DF: EBC/TV Brasil, 2011. 87 p. Disponível em: <http://issuu.com/tvbrasil/docs/ebc4anos> . Acesso em 16/12/20011.

ZUFFO, Marcelo Kinorich. **O Sistema Brasileiro de TV Digital**. Disponível em: <http://www.arnetminer.org/viewperson.do?naid=1372258>. Acesso em: 19 ago. 2009.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA-ORJUELA, Guilherme Maurício. **15 motivos para "ficar de olho" na televisão**. Campinas: Alínea, 1999.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Tradução de Guido Antonio de Almeida. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1985.

_____. **The Culture Industry**. Londres: Routledge, 1991.

ALENCAR, Marcelo Sampaio de. **Televisão Digital**. São Paulo: Érica. 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **TV Digital**. Brasília, 2001.

ARAGÃO, Alexandre. **Direito dos serviços públicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ARBEX, José. **O poder da TV**. São Paulo: Scipione, 2002.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2006.

BERNAL, Hugo Écija (Dir.). **Hacia una nueva política audiovisual**: modelos de Televisión, Regulación de Contenidos y Consejos Audiovisuales em Espana, Europa y EEUU. Madrid: Écija & Asociados Abogados, 2005.

BITELLI, Marcos Alberto Sant'anna (Org.). **Coletânea da legislação de comunicação social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

BITTENCOURT, Fernando. **TV aberta brasileira**: o impacto da digitalização. Brasília: IEL/NC, 2007.

BRASIL. Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, institui os princípios e objetivos de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências. **DOU**, 11 de out. 2007.

BRASIL. Decreto nº 2.442, de 23 de dezembro de 1997. Qualifica como organização social a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP e autoriza a absorção das atividades da extinta Fundação Roquette Pinto. **DOU**, 24 de dez. 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.413, de 6 de abril de 2005. Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de televisão, ancilares do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de fevereiro de 2005, e dá outras providências. **DOU**, 7 de abr. 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. **DOU**, 30 jun. 2006.

BRASIL. Decreto nº 52.286, de 23 de julho de 1963. Institui normas de regulação as atividades de rádio e televisão do país. Brasília, **DOU** 23 jan.1963.

BRASIL. Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001. Institui o Serviço de Retransmissão de Televisão e o serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. **DOU**, 11 out. 2001.

BRASIL. Decreto nº 4.901, 26 de novembro de 2003. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD, e dá outras providências. **DOU**, 27 de nov. 2003.

BRASIL. Lei nº 10.610/2002. Dispões sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o caput do art. 222 da Constituição, altera os artgs, 38 e 64 da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, o caput 3º da art, 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **DOU**, 23 dez. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. **DOU**, fev. 1998.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria n. 652, de 10 de outubro de 2006. Estabelece critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do SBTVD. DO.

BRASIL. Decreto n. 6.246, de 24 de outubro de 2007. Cria a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências. DO.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.).

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. **Democracia e sistema público de comunicação**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 dez. 2007.

_____. **A TV aos 50.** (Org.) São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Videologias:** ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A TV pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento.** Caderno de Debates, Brasília, 2006.

CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLANÕ, César Ricardo Siqueira (Orgs.).

CARMONA, Beth; FLORA, Marcos (Orgs.). **O desafio da TV pública:** uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

CASHMORE, E. **E a televisão se fez.** São Paulo: Summus, 1999.

CESNE, Andrea Nárriman. **O conceito de serviço público e as transformações do Estado contemporâneo.** Revista de Informação Legislativa, n.167, p.315-337, jul./set. 2005.

CRUVINEL, Tereza. **TV Pública: o feito e o por fazer.** Folha de São Paulo, São Paulo, 05 jan. 2009

DALLARI, Adilson Abreu. O conceito de serviço público e as transformações do Estado contemporâneo. **Revista de Informação Legislativa,** Brasília, DF, n. 167, p. 315-337, jul./set. 2005.

DEORSOLA, Livia; PONTES, Nádia Costa. As relações perigosas da TV Cultura. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 38, p. 29-33, set. 2006.

DIZARD JR., Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DUARTE, J. Barros. A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FORT, Mônica Cristine. **Televisão educativa**: a responsabilidade pública e as preferências do espectador. São Paulo: Annablume, 2005.

FRADKIN, A. **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: Rede Brasil, 2003.

FUENZALIDA, V. **La televisión pública en America Latina** : reforma o privatización. Santiago de Chile : Fondo de Cultura Económica, 2000.

GOBBI, Maria Cristina ; KERBAUY Miceli Maria Teresa (Orgs.). **Televisão digital**: informação e conhecimento. São Paulo: Cultura Acadêmica ; Edit. Unesp, 2010.

GONÇALVES, Pedro. **A concessão de serviços públicos**. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

HERZ, Daniel. **A história secreta da rede globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HOINEFF, Nelson. **A nova televisão**: desmassificação e o impasse das grandes redes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

JAMBEIRO, Othon. **A re-configuração do ambiente regulador das comunicações na sociedade da informação**. São Paulo: Paulus, 2007.

IANNI, Octavio et al. **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNIOR, Luiz Costa Pereira. **A vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano**. 2002.

LEAL FILHO, Laurindo. **A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão**. São Paulo: Summus, 2006.

_____. **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 155.

_____. **Atrás das grades: relações entre Estado, cultura e televisão**. São Paulo: Summus, 1998.

LEVINSON, Paul. **Digital McLuhan: a guide to the information millennium**. New York: Routledge, 1999.

LOPES, Vera de Oliveira Nusdeo. **A lei da selva, em a TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LUZ, Maria Luiza Sorbille Veiga Ancora da. **Gestão e fomento para a televisão pública digital**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2010.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2001.

MACLUHAN, Herbert Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MARCONDES, Ciro Filho. **Televisão**. São Paulo: Scipione, 1994.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Televisão pública, televisão cultural**: entre a renovação e a invenção. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

MARTINS, Franklin. Franklin Martins: depoimento. Entrevista concedida a revista Tela Viva. In:**Converge Comunicações**, São Paulo , n. 171, maio 2007. p. 44-48.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. São Paulo: Vozes, 2002.

MARQUES DE MELO, José. **Televisão brasileira**: 60 anos de ousadia, astúcia e reinvenção. São Paulo : Cátedra UNESCO/UMESP; Memorial da América Latina, 2010.

MESQUITA, L. O modelo de TV pública da BBC. In: Carmona, B.; Flora, M. (Org.). **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003. p. 28-40.

FÓRUM Nacional de TV's Públicas. **Caderno de Debates**, v. 1, 2006.

RUBIM, Antonio. **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: Edufba, 2010.

MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir: **TV digital interativa**: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

MORIN, Edgard. **Cultura de massas no século 20**: o espírito do tempo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

MOTTA, Regina. Sistema brasileiro de televisão digital: uma televisão livre e soberana para todos? **Revista Fonte**, n. 3, dez. Brasília, DF, 2005.

MUÑOZ MACHADO, Santiago. **Servicio público y mercado**: la televisión. Madrid: Civitas, 1998.

MUYLAERT, Roberto. As funções da televisão educativa. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n.2, jan/abr, 1995.

NETO, José Dias Paschoal. **Análise dos reflexos da interatividade na produção, disseminação e recuperação da informação na TV digital**. 2008. f? Dissertação (Mestrado)- Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

NOVAES, Adauto (Org.). **Rede Imaginária**: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

O Futuro interativo. **Revista Marketing**, São Paulo, p.12-13, mar. 2005.

OTONDO, Teresa Montero. Experiência. TV cultura: a diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p. 267 - 200.

ORTIZ, Renato. **A Moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **O desafio da TV pública**. Rio de Janeiro: Rede Brasil, 2003.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser (Org.). **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

QUANDT DE OLIVEIRA, Euclides. **A televisão no Brasil**. Brasília : Ministério das Comunicações, 1975.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Org.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

RAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. **TV regional: trajetória e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2001.

REY, Gérman. O cenário móvel da televisão pública Alguns elementos do contexto. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

RUBIN, Linda . Televisão e políticas culturais no Brasil . **Revista USP**, São Paulo, v. 61, mar./ abr./ maio 2004.p. 16-28.

SALOMÃO FILHO, Calixto (Coord.). **Regulação e desenvolvimento**. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 109-110.

SANTOS, Suzy dos. **O dono do mundo: o estado como proprietário de televisão no Brasil**. Trabalho apresentado ao NP de Políticas e Estratégias da Comunicação, do Intercom, 2005. Televisão pública no Brasil: estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações 38 N12 | 2009.

SCORSIM, Meister Ericson. **TV digital e comunicação social: aspectos regulatórios: TVs pública, estatal e privada**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

_____, **Estatuto dos Serviços de Televisão por Radiodifusão**. 2007. ?f.
Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2007.

SILVA JR, Gonçalo. **País da TV**: a história contada por... São Paulo: Conrad, 2002.

STRAUBHAAR, Joseph ;LAROSE, Robert. **Comunicação, mídia e tecnologia**.
Thonson; Pioneira, 2004.

VICENZI, Fabiane Reschke. **Função e regulação do serviço de radiodifusão**.
2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2003.

LINKS ELETRÔNICOS

TOME, Takashi. **Tome Takashi. Abordagem Sistêmica no Sistema Brasileiro de Televisão Digital: (SBTVD).** Disponível em: <http://www.cpqd.com.br/file.upload/07_artigoforum_sbtvd.pdf> .Acesso em: 15 maio 2010

VÍDEO institucional do quadriênio (2007-2011) da TV Brasil. Disponível em :<<http://tvbrasil.org.br/novidades/?p=39981> ou <http://youtu.be/rXb97uvCk-Y>> ou <<http://www.youtube.com/watch?v=nr4Rj9g9Tdw&feature=related> >.

Entrega da “Carta de Brasília” para o Presidente Lula. In: **FÓRUM NACIONAL DE TV PÚBLICA**, 1, Brasília, DF, maio de 2007.

<http://www.youtube.com/watch?v=EYOg22VJEPY&feature=related>

PIERANTI, Octavio. Financiamento das TVs Públicas. In: **FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS**, 2, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=KghlsfL86eo&feature=related>>

ERUNDINA, Luiza. Entrevista concedida a TV pública e acesso a TV digital. In: **FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS**, 2, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=9h5u6W627Ac&feature=related>>

MAGALHÃES, Claudio. **Claudio Magalhães.** FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS, 2, Brasília, DF. 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=u-6L1le8aB4&feature=related>>

RIBEIRO, Flexa. **Flexa Ribeiro** :depoimento. in: **FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS**, 2, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ll04dJpnrh8&feature=related>>

LIMA, Jorge da Cunha . **Jorge da Cunha Lima**: depoimento. In: Fórum Nacional de TVs Públicas, 2, Brasília, DF. Disponível em:

<<http://www.youtube.com/watch?v=wOZk-9opF7I&feature=related>>

BIELSCHOWSKY , Carlos Eduardo . **Carlos Eduardo**. FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS, Brasília, DF. 2009. Disponível em:

<<http://www.youtube.com/watch?v=uTqS1jA4Gvw&feature=related>>.

HOINEF, Nelson. **Nelson Hoinef**: depoimento. Disponível em:

<<http://www.youtube.com/watch?v=4PTb1Ug6Ajg&feature=related>>.

ARAÚJO, V. M. V. B. TV Pública no Brasil: história, regulamentação e a criação da TV Brasil. <<http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

BRASIL. Leis e Decretos. Decreto 4901 do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Disponível em:

<http://sbtvd.cpqd.com-.br/downloads/decreto_4901_2003.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2009.

CARRATO, A. **TV pública e seus inimigos**. Disponível em: <<http://www.rpbahia.com.br/biblioteca/pdf/AngelaCarrato.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2010.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Relatório de atividades**, nov.2007/dez.2008. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/prestação-de.../relatório-de-atividades/download>. Acesso em: 22 maio 2010.

BRASIL. Leis e Decretos. Medida provisória no 398, de 10 de outubro de 2007. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados

pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/398impresao.htm>. Acesso em: 01 out. 2008.

CÂMARA conclui votação da MP da TV pública; texto segue para o Senado. **Folha Online**, 26 fev. 2008. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376359.shtml>>. Acesso em :03 out. 2008.

BRASIL. Ministérios das Comunicações. **Rádiodifusão** : perguntas freqüentes.

Disponível em: <http://www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=7926>. Acesso em :01out. 2008.

COUTINHO, Josmar Brandão. **O dilema da TV Educativa enquanto um instrumento oficial do governo ou um canal de representatividade da sociedade civil**. Disponível em: <<http://www.reposcom.pontcom.intercom.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

DEBATE na Câmara expõe divergências sobre conselho curador da EBC. **Agência Brasil**, 28 nov. 2007. Disponível em:

<<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/28/>matéria.2007-11-28.2978422855/view>>. Acesso em :05 out. 2008.

DISCUSSÃO de medida que cria a EBC prosseguirá amanhã na Câmara. **Blog Acerto de Contas**, 19 fev. 2008. Disponível em:

<www.acertodecontas.blog.br/atualidades/discussao-de-medida-que-cria-a-ebcprossequira-amanha-na-camara>. Acesso em: 30 set. 2008.

ENTIDADES da sociedade civil defendem aprovação da EBC. **Agência Brasil**, 11mar. 2008.

Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/11/materia.2008-03-11.2810182617/view>. Acesso em: 06 out. 2008.

FERREIRA, Alexandre. **História da Televisão Brasileira**. Disponível em:<http://www.microfone.jor.br/hist_tupi.htm>. Acesso em: 17 maio 2010.

GAZETA. **História da TV**: como tudo começou. Disponível em: <<http://www.tvgazeta.com.br/historia/comeco.php>>. Acesso em: 17 maio 2010.

LEAL FILHO, Laurindo .**Os desafios para a construção de um sistema público de comunicação**

Disponível em:

<http://www.intervozes.org.br/multimedia/Laurindo_Leal_Filho.mp3/view?searchterm=laurindo%20leal%20filho>. Acesso em: 06 out. de 2008.

FRANKLIN Martins elogia proposta de recursos para EBC. Agência Brasil.26 de fevereiro de 2008.

Disponível em:

<<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/26/materia.2008-02-26.4751322415/view>>. Acesso em: 06 out. 2008.

FÓRUM Nacional de TVs públicas. Carta de Brasília. 11 de maio de 2007. Brasília

Disponível em:

<<http://www.tvbrasil.org.br/institucional/cartadebrasil.pdf>> Acesso em: 07/10/08.

GESTORES públicos, pesquisadores e criadores pensam o futuro da TV no País. ASCOM/IRDEB. Disponível em:

<<http://www.irdeb.ba.gov.br/workshoptvpublica/index2>>. Acesso em: 28 set. 2008.

GIL, Gilberto. **Carta Aberta aos Parlamentares**. Disponível em :<<http://www.cultura.gov.br/site/2008/02/18/carta-aberta/>>. Acesso em :18 set. 2008.

LÍDER do DEM afirma que medida provisória que cria EBC será debatida à exaustão. **Agência Brasil**, 10 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/10/materia.2008-03-10.9770377648/view>>. Acesso em: 03 out. 2008.

MATOS, J. M. de B. **TV Brasil: perspectivas e eficácia do direito fundamental à informação**. 2007. Disponível em: <<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/9/91/Matos.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2010.

NOMEAÇÕES para conselho curador da TV pública têm "evidente independência". **Agência Brasil**, 28 nov. 2008. <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/28/materia.2007-11-28.9954703748/view>>. Acesso em: 05 out. 2008.

O MEIO é a televisão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 de março de 1970. Disponível em: <www.tv-esquisa.com.pucRio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=61&PageNo=1>. Acesso em: 19 maio 2008.

POSSEBON, Samuel. **Modelos de gestão e financiamento são apresentados a Lula**. Disponível em: <www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/forum_nacional_de_tvs_publicas/na_midia/index.php?p=26740&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 01/1008.

PRESIDENTE do Senado quer votar hoje medidas provisórias que obstruem a pauta. **Agência Brasil**, 11 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/11/materia.2008-03-11.3920583227/view>>. Acesso em 03/10/08.

REIS, A. C. F. Economia da cultura: cultura e mercado. 22 set. 2005. In: REIS, A.C.F. **Marketing cultural e financiamento da cultura**: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Cengage Learning, 2009. Disponível em <<http://www.culturaemercado.com.br/setor.php?setor=3&pid=56>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

SENNA, Orlando. **TV pública: uma janela para o futuro do audiovisual brasileiro**. Fórum Nacional de TVs Públicas: diagnóstico do campo público de televisão,1, Brasília, Ministério da Cultura, p. 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/livro_TV_s_24-11_1164825028.pdf>. Acesso em: 27 set. 2008.

SCALOPPE, M. de O. M. As potencialidades e responsabilidades da televisão pública no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, n 2003, p. 1-9. <Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/>>. Acesso em: 09 abr. 2009.

TAVELA, Marcelo. **Modelos de gestão e financiamento da TV pública começam a ser definidos**. Comunique-se, 30 maio de 2007. Disponível em: www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshows.asp?editoria=8&idnot=41498.

THEODORO FILHO, J. A. **Plano de negócios: parte conceitual e financeira & captação de recursos em órgãos de fomento**. 2006. Disponível em: <http://concurso.inatel.br/melhoresplanos/index2.php?option=com_docman&gid=9&task=doc_view&Itemid=2>. Acesso em: 22 maio 2010.

ZUFFO, M.K. **TV digital aberta no Brasil**: políticas estruturais para um modelo nacional. 2002. Disponível em:

<<http://www.lsi.usp.br/~mkzuffo/repositorio/politicaspublicas/tvdigital/TVDigital.pdf>>.

Acesso em: 22 maio 2010.

WOLTON, Dominique ; MISSIKA, Jean-Louis. **La Folle du Logis** : la télévision dans les sociétés démocratiques. Paris: Gallimard, 1983. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-010/2008/Lei/L11652.htm.

